



Universidade de Aveiro
Ano 2009

Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e
Políticas

**SARA RAQUEL
LOPES GARCIA**

**AS ACTIVIDADES DE LAZER DOS REFORMADOS:
O CASO DE AVEIRO**



Universidade de Aveiro
Ano 2009

Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e
Políticas

**SARA RAQUEL
LOPES GARCIA**

**AS ACTIVIDADES DE LAZER DOS REFORMADOS:
O CASO DE AVEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Carlos Sangreman, Professor Auxiliar Convidado da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro.

Gostaria de dedicar este trabalho aos meus pais, Maria M. B. L. Garcia e Antônio M. P. Garcia, por me terem dado a oportunidade de estudar e ser alguém na vida, oportunidade essa que não lhes foi dada mas que fizeram questão que eu a tivesse, mas também pelo apoio e carinho incondicional que sempre me deram, ajudando-me a nunca desistir de acreditar que com esforço tudo é possível.

Gostaria, ainda, de dedicar este trabalho ao meu namorado, Bruno M. Lima, por ter estado sempre do meu lado a apoiar-me, quer nos bons quer nos maus momentos, sendo sempre o meu suporte.

Por isto, dedico este trabalho aos meus pais e ao meu namorado como prova de todo o meu respeito, admiração, carinho e amor.

O júri

Presidente

Professor Doutor José Manuel Lopes da Silva Moreira

Professor Catedrático da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Sociais da
Universidade de Aveiro

Professor Doutor Fernando Lopes Ribeiro Mendes

Professor Auxiliar do Departamento de Gestão do Instituto Superior de Economia e Gestão da
Universidade Técnica de Lisboa

Professor Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença

Professor Auxiliar Convidado da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Sociais da
Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus a oportunidade de ter podido estudar e me tornar uma pessoa mais preparada para a vida, tanto social como profissionalmente. Mas gostaria de agradecer aos meus pais, principalmente, pelo carinho e apoio de todos os dias que me fazem de mim uma pessoa tão feliz, e acima de tudo pelo facto de me ajudarem a manter de pé e a lutar pelos meus objectivos.

Agradeço ao meu namorado por ser uma pessoa tão especial e me tornar também especial, pela sua constante companhia, ajuda, conforto, paciência e carinho.

Agradeço à minha família pela constante afeição recebida.

Agradeço aos meus amigos pela ajuda e amizade que me deram.

Agradeço às pessoas que aceitaram fazer parte deste trabalho disponibilizando-se para responder aos questionários.

Agradeço a todos aqueles que estiveram envolvidos no processo de construção e solificação desta tese de mestrado, desde as pessoas da secretaria do departamento, passando pelos professores até aos júris, tendo todos um papel distinto mas importante.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu orientador de mestrado pela paciência, ajuda e amizade recebidas.

A todas estas pessoas o meu muito obrigado!

Palavras-chave

Pensões, Segurança Social, Envelhecimento Demografico, Evolução Pensionistas, Lazer.

Resumo

O presente trabalho propõe-se a divulgar as actividades de lazer das pessoas reformadas por velhice, que já não exerçam actividade remunerada, na cidade de Aveiro.

Este livro é composto pela apresentação, inicial, de todos os conceitos ligados à pensão de velhice, de forma a conseguirmos compreender não só o que é que este tipo de pensão pressupõe mas como se processa. Depois segue-se uma pequena compilação que aborda a Segurança Social, dando a conhecer os primórdios da sua existência e evolução, passando pela análise da actual situação através de diferentes perspectivas. A Segurança Social possui neste trabalho um grande enfoque devido a ser a única fonte de rendimentos que grande parte da população possui, indo condicionar directamente as actividades de lazer.

O estudo demográfico, aparece-nos de seguida, procurando dar a perceber as causas e efeitos adjacentes as alterações na estrutura da população, ligado ao factor demográfico temos a análise da evolução dos pensionistas a nível nacional e distrital. Por último este trabalho aborda a temática do lazer, dando a conhecer quais as actividades de ócio dos reformados de velhice.

O estudo das actividades de lazer dos pensionistas de velhice, bem como os inquéritos realizados, contribuíram para um conhecimento mais profundo sobre o dia-a-dia de um idoso em Aveiro.

keywords

Pensions, Social Safety, Demographic Aging, Pensioners Evolution, Leisure

abstract

The present work intends to publish the activities of the people's leisure reformed by old age, that no longer exercise paid activity, in the city of Aveiro. This work is composed by the presentation, initial, of all of the linked concepts to the old age pension, in way to get to understand not only what is that this pension presupposes but as it is processed, later a small compilation is proceeded that approaches the Social Safety, giving to know the origins of existence and its evolution, going by the analysis of the actual situation through different perspectives.

The Social Safety possesses in this work a great focus due to being the only source of incomes that great part of the population possesses, will condition directly the leisure activities.

The demographic study, appears us following, trying to give to notice the causes and adjacent effects the alterations in the structure of the population, linked to the demographic factor we have analyzes it of the evolution of the pensioners to national level and districted, for I finish this work approaches the theme of the leisure, giving to know which the activities of leisure of those reformed of old age.

The study of the activities of the old age pensioners' leisure, as well as the accomplished inquiries, will contributed to a deeper knowledge on a senior's day by day in Aveiro.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. DEFINIÇÃO DE CONCEITOS.....	4
2.1. Pensão de Velhice.....	4
2.2. Pensão Social de Velhice.....	5
2.3. Flexibilidade da idade para o acesso à pensão.....	5
2.3.1 Reforma Antecipada.....	5
2.3.2 Pensão Bonificada.....	6
2.4. Acumulação da pensão de velhice.....	7
2.4.1 Através de rendimentos de trabalho.....	7
2.4.2 Através de outras pensões.....	7
2.5. Montante e cálculo de pensões	8
2.6. Complemento Solidário para Idosos (CSI).....	10
2.7. Como requerer uma pensão.....	11
3. REFORMA E MODELOS DA SEGURANÇA SOCIAL.....	12
3.1. Fases de evolução da Segurança Social.....	12
3.2. Leis de bases da Segurança Social.....	16
3.2.1 Lei de bases 1984.....	16
3.2.2 Lei de bases 2000.....	17
3.2.3 Lei de bases 2002.....	18
3.2.4 Lei de bases 2007.....	19
4. A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL.....	22
4.1. A Segurança Social em risco de falir.....	22
4.2. Causas da crise na Segurança Social	26
4.2.1 Recessão Económica.....	26
4.2.2 Aumento do desemprego.....	30
4.2.3 Envelhecimento demográfico.....	32
4.2.4 Alteração da estrutura familiar.....	35
4.2.5 Declínio da S.S. informal.....	37
4.3. Soluções face à crise financeira da Segurança Social.....	40
4.3.1 Sistema de pensões/Pensões sustentáveis.....	40

4.3.2 Planos complementares.....	42
4.3.3 Prolongamento da vida activa e reformas antecipadas.....	43
4.3.4 Medidas de combate à crise financeira da Segurança Social.....	45
4.3.5 Acções desenvolvidas pelos Estados-Membros da União Europeia...	46
5. ANÁLISE DEMOGRÁFICA	50
5.1. Evolução demográfica em Portugal.	50
5.1.1 Estrutura da população residente por grupo etário e sexo.....	52
5.2. Pirâmide etária da população residente em Portugal.....	54
5.3.3 Análise demográfica segundo NUTSII.....	55
5.2. Situação demográfica na União Europeia	59
5.3. Natalidade.....	61
5.3.1 Taxa de natalidade em Portugal.....	61
5.3.2 Taxa de natalidade em Portugal, segundo NUTSII.....	62
5.3.3 Alteração do papel da mulher na sociedade.....	62
5.3.4 Alteração dos valores e idade do 1º casamento.....	63
5.3.5 Idade da mulher ao nascimento do 1º filho.....	63
5.3.6 Índice sintético de fecundidade em Portugal.....	64
5.3.7 Taxas de fecundidade por grupos etários.....	64
5.3.8 Taxas de fecundidade por NUTSII.....	64
5.4. Mortalidade.....	64
5.4.1 Mortalidade em Portugal, segundo NUTS II.....	65
5.4.2 Principais causas de morte em Portugal.....	66
5.4.3 Esperança média de vida da população portuguesa.....	67
5.4.4 Esperança média de vida população portuguesa, segundo NUTSIII..	69
5.5. Projecções da população residente em Portugal.....	69
6. EVOLUÇÃO DOS REFORMADOS.....	73
6.1. Em Portugal e nos distritos.....	73
6.2. Em Aveiro.....	75
6.3. Valores de pensões.....	78
7. LAZER – CONFRONTAÇÃO DE TEORIAS.....	79
7.1. Noções de tempo.....	79
7.2. O que é o lazer – teorias.....	80

7.3. Classificação das actividades de lazer.....	82
8. ACTIVIDADES DE LAZER DOS REFORMADOS EM PORTUGAL.....	84
9. ACTIVIDADES DE LAZER DOS REFORMADOS EM AVEIRO	86
9.1. Actividades de lazer em Aveiro.....	86
9.2. Análise dos dados recolhidos.....	89
9.2.1 População inquirida, por sexo e idade.....	89
9.2.2 Recursos auferidos.....	89
9.2.3 Escalões monetários das pensões auferidas.....	90
9.2.4 Actividades dos reformados, por sexo.....	90
9.2.5 Condicionantes das actividades de lazer.....	91
10. CONCLUSÕES.....	93
11. BIBLIOGRAFIA	96
12. ANEXOS.....	100
Anexo 1.	101
Anexo 2.	102
Anexo 3.	103
Anexo 4.	103
Anexo 5.	104
Anexo 6.	104
Anexo 7.	105
Anexo 8.	106
Anexo 9.	106
Anexo 10.	106
Anexo 11	107
Anexo 12	107
Anexo 13	108
Anexo 14	109
Anexo 15.	109
Anexo 16	110
Anexo 17	110
Anexo 18	111
Anexo 19	112
Anexo 20.	113
Anexo 21	114
Anexo 22	115
Anexo 23	116

Anexo 24	117
Anexo 25	118
Anexo 26	119
Anexo 27	120
Anexo 28	121
Anexo 29	122
Anexo 30	123
Anexo 31	124
Anexo 32	125

1.INTRODUÇÃO

Actualmente, o tema sobre o envelhecimento da população tem sido discutido um pouco por todo o mundo, pois é um fenómeno que tem-se manifestado não só em Portugal como em muitos outros países. O facto de nos estarmos a referir a muitos países e não a todos, deve-se ao caso de nem todos os países serem desenvolvidos e disporem dos mesmos acessos a bens essenciais, existindo, ainda, em alguns países um elevado grau de precariedade, falta de condições e qualidade de vida, fazendo com que numerosas populações não tenham uma esperança média de vida tão elevada como nos países mais evoluídos.

O constante progresso e desenvolvimento tem proporcionado, ao longo dos anos, cada vez mais e melhores acessos aos cuidados de saúde, mais informação e prevenção de possíveis problemas, melhores condições sanitárias, um vasto fornecimento de bens alimentares, entre outros, que tem contribuído para que as pessoas vivam durante mais tempo e com melhor qualidade de vida. Contudo, o crescente número de idosos tem vindo a reflectir-se no aumento do número de pensionistas de velhice, que para além de serem cada vez mais, usufruem da sua pensão por um maior período de tempo.

Assim, o referente trabalho tem por objectivo procurar conhecer quais as actividades de lazer dos reformados de velhice, de forma a conseguirmos ficar a perceber como é o dia-a-dia de um idoso.

O facto de querermos saber quais são as actividades de lazer dos idosos, e não de outro grupo etário, deve-se, em grande parte, à preocupação e curiosidade em ficarmos a conhecer o que é que estas pessoas fazem depois de se reformarem, uma vez que vão passar a usufruir de um estilo de vida diferente de quando exerciam uma actividade remunerada, isto na maior parte dos casos. Mas, também, queremos saber se estas pessoas tem oportunidade e condições para poderem ter actividades de lazer, pois afinal de contas todos nós esperamos um dia ser reformados de velhice e há que saber com o que podemos vir a contar.

Apesar de este estudo se debruçar pela obtebção de conhecimento sobre as actividades de lazer dos reformados, iremos, apenas, cingir-mo-nos à população do concelho de Aveiro, devido à proximidade da sua localização geográfica que nos permite

um fácil acesso à população, onde abordaremos uma pequena amostra da população reformada.

Como suporte deste trabalho serão utilizadas muitas referências bibliográficas, artigos científicos e ainda algumas informações recolhidas na Internet, contudo a informação relacionada com as actividades de lazer dos reformados, de Aveiro, será adquirida através de inquéritos por questionários (o inquérito por questionário é uma técnica utilizada nas sondagens de opinião, consistindo na apresentação de um conjunto de perguntas predeterminadas à população)¹, devido à fácil e elevada qualidade dos dados obtidos através deste tipo de inquérito.

Contudo, antes de abordarmos a questão central deste trabalho, existem muitos outros assuntos pertinentes, que iremos abordar de forma a conseguirmos obter uma visão mais ampla sobre o tema de trabalho. Assim, iremos começar por referir alguns conceitos, como o que é uma pensão de velhice, entre outros, visto estarmos a falar de pessoas reformadas pela idade. Depois iremos fazer uma breve abordagem sobre a história e evolução da Segurança Social (S.S), uma vez, que quem paga as pensões aos pensionistas é esta instituição. Ainda, abordaremos outros campos da S.S., nomeadamente, a existência de uma possível crise financeira, procurando dar a conhecer as opiniões, causas e soluções para este assunto. Uma vez que, a instabilidade da Segurança Social se deve, entre outros, a alterações demográficas, mais propriamente à diminuição da natalidade e ao aumento da esperança de vida, resultando em menos receitas e mais despesas para a S. S., iremos abordar a evolução e consequentes alterações da população portuguesa nos últimos anos, de forma a percebermos os motivos que conduziram à situação demográfica actual.

Posteriormente, uma vez que estamos a falar no aumento das despesas da S.S., devido em grande parte ao aumento do número de idosos reformados, iremos analisar a evolução dos pensionistas de velhice quer a nível nacional quer em Aveiro, procurando contrapor a evolução do número de pensionistas com a evolução da população, respeitante a cada local.

Pretendemos, ainda, dar a conhecer alguns pontos de vista sobre o que é o tempo e em que parte do tempo é que se encaixa o lazer, visto existirem várias divergências quanto às divisões utilitárias do tempo. Depois de analisarmos os espaços temporais iremos abordar o que é o lazer, visto ser um ponto chave deste trabalho, dando a conhecer as

¹ OLIVEIRA, Maria da Luz et al (2001), Sociologia – 12ºano. Texto Editora, Lisboa

opiniões de alguns autores quanto ao seu significado mas também quanto as actividades que podem ser consideradas como actividades de lazer.

Uma vez, esclarecido o que é o lazer, iremos procurar saber quais são as actividades de lazer da população em Portugal, para que depois possamos fazer uma comparação entre as actividades que são realizadas em termos globais em Portugal, com o caso mais específico que é Aveiro .

Ao analisarmos as actividades de lazer existentes em Aveiro, pretendemos verificar se as actividades de lazer exercidas pelos reformados, a nível nacional, também existem em Aveiro, isto para ficarmos a perceber se existem limitações de oferta de actividades ou se existem actividades similares, sendo que os reformados de Aveiro poderão usufruir das actividades da mesma forma ou não, que o resto do país.

Por último, iremos proceder a análise dos dados obtidos através dos questionários reralizados, de modo, a ficarmos a conhecer a estrutura da população reformada em Aveiro, através da idade e sexo, quais são as actividades de lazer desta população e se estas actividades se encontram ou não determinadas por algum ou alguns condiconantes, como por exemplo a falta de dinheiro ou de condições físicas para exercer outro tipo de actividades, entre outros.

Assim, com este trabalho esperamos dar a conhecer quais são actividades de lazer de um idoso em Aveiro.

2. DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Este ponto, procura dar a conhecer o significado de vários conceitos, conceitos estes relacionados com a idade da reforma, uma vez que este trabalho se debruça sobre os reformados de velhice.

Começando por explicar o que se entende por idade da reforma, como o próprio nome indica estamos-nos a referir à idade com que uma pessoa se pode reformar, podendo deixar a actividade remunerada que exercia, para passar a usufruir de uma pensão pecuniária.

Apesar de a idade actual para um trabalhador se poder reformar ser aos 65 anos, tendo registado pelo menos 15 de contribuições para a Segurança Social, existem algumas excepções como a reforma antecipada, onde o trabalhador poderá pedir a sua pensão de velhice se tiver pelo menos 55 anos e tenha efectuado no mínimo 30 anos de descontos para a S.S.. Para além das reformas antecipadas existem, ainda, as pensões sociais de velhice que são para aquelas pessoas que tenham 65 anos mas que não tenham descontado para a Segurança Social os 15 anos exigidos e que possuem rendimentos financeiros muito baixos.

Para além dos conceitos referidos anteriormente, este ponto, também referirá outros aspectos que estejam relacionados com a pensão de velhice, contudo importa salientar que estamos a referir-nos a pensões do Estado, pensões essas que todos os trabalhadores podem beneficiar, se assim o desejarem, existindo ainda os planos de poupança reforma, que apesar de poderem serem parecidos com uma pensão de velhice, são da responsabilidade privada, podendo possuir diversas formas dependendo da entidade, não sendo, assim, referidos neste trabalho.

2.1 Pensão de Velhice

Segundo a Segurança Social por pensão de velhice compreende-se a “prestação pecuniária mensal, concedida em vida aos beneficiários, que tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano, (excluindo o regime do seguro social voluntário em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições), e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994, evoluiu de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil”².

² <http://195.245.197.196/left.asp?02.21.03.05>

2.2 Pensão Social de Velhice

Para as pessoas que não tenham feito todos os descontos para a Segurança Social e que se encontrem em situações de precariedade, existe uma pensão denotada de pensão social de velhice. Esta pensão é atribuída aquelas pessoas que tenham 65 anos ou mais e com “rendimentos mensais ilíquidos não superiores a 30% do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) *, ou 50% deste valor, tratando-se de um casal (condição de recurso)”³. Para averiguar se a pessoa se encontra mesmo nesta situação, de precariedade, existe uma Entidade Processadora da Segurança Social que verifica a veracidade das condições do requerente, emitindo uma certificação ou declaração de autenticidade⁴.

2.3 Flexibilidade da idade para o acesso à pensão

2.3.1 Reforma Antecipada

No que diz respeito à reforma antecipada, esta pensão pode ser requerida antes dos 65 anos, desde que o beneficiário tenha pelo menos 55 anos e tenha completado 30 anos civis de registos de remunerações. “O montante da pensão antecipada de velhice é calculado pela aplicação de um factor de redução ao valor da pensão estatutária de 0,5% por cada mês de antecipação até aos 65 anos.

Se o beneficiário, aos 55 anos de idade, tiver mais de 30 anos de carreira contributiva, o número de meses de antecipação a considerar para a determinação da taxa global de redução da pensão é reduzido de 12 meses, por cada período de três anos que exceda os 30”⁵.

“Mediante preenchimento de determinadas condições, previstas em legislação especial, podem ainda ter acesso à pensão de velhice antes dos 65 anos:

- Trabalhadores em situação de desemprego involuntário de longa duração;
- Trabalhadores de actividades profissionais especialmente penosas e desgastantes;
- Trabalhadores de empresas/actividades abrangidas por medidas temporárias de protecção específica, por razões conjunturais”⁶

³ *”A Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, instituiu o Indexante dos apoios sociais (IAS), que substitui a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) enquanto referencial para fixação, cálculo e actualização” das prestações sociais, pelo que as referências anteriormente feitas à RMMG passam a ser feitas àquele Indexante, cujo valor para 2008 é de € 407,41 (Portaria n.º 9/2008, de 3 de Janeiro).

⁴ <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.04>

⁵ http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MTSS/DGSS/pt/SER_pensao+de+velhice.htm

⁶ <http://195.245.197.196/left.asp?02.21.03.05>

2.3.2 Pensão Bonificada

Uma pensão de velhice bonificada, pode ser requerida antes e depois dos 65 anos, proporcionando ao cidadão uma maior percentagem de capital em relação a pensão já usufruída, consoante os tramites estabelecidos.

Antes dos 65 anos de idade

“Se o beneficiário tiver condições para requerer pensão de velhice antecipada sem aplicação do factor de redução e não o fizer, a pensão é bonificada por uma taxa mensal aplicável ao número de meses com registo de remunerações por trabalho efectivo, compreendidos entre o mês em que se verificaram essas condições e os 65 anos ou a data de início da pensão, se esta ocorrer em idade inferior.

Em ambas as situações, o montante da pensão bonificada não pode ser superior a 92% da melhor das remunerações de referência que serviu de base ao cálculo da pensão”⁷.

Depois dos 65 anos de idade

“Se o beneficiário requerer a pensão de velhice com idade superior a 65 anos e pelo menos 15 anos civis com registo de remunerações no âmbito do regime geral, a pensão é bonificada por aplicação de uma taxa mensal, ao número de meses de trabalho efectivo posterior, compreendido entre o mês em que o beneficiário completa os 65 anos e o mês de início da pensão, com limite de 70 anos de idade.

A taxa mensal de bonificação varia em função do número de anos civis de carreira contributiva que o beneficiário tenha cumprido à data de início da pensão, de acordo com o quadro seguinte”⁸:

Quadro nº1		
Situação do beneficiário		Taxas de bonificação mensal (%)
Idade	Carreira contributiva (n.º de anos)	
Superior a 65	De 15 a 24	0,33
	De 25 a 34	0,5
	De 35 a 39	0,65
	Superior a 40	1

Fonte: <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.02>

⁷ <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.02>

⁸ <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.02>

2.4 Acumulação da pensão de velhice

2.4.1 Através de rendimentos de trabalho

No que se refere à acumulação de rendimentos de trabalho, o beneficiário que esteja a usufruir de uma pensão de velhice poderá voltar a trabalhar fazendo, desta forma, mais descontos para a Segurança Social que se reverterão num aumento da sua pensão.

“A acumulação da pensão de velhice com rendimentos de trabalho é permitida, excepto no caso da pensão de velhice ser resultante da conversão de pensão de invalidez absoluta.

No caso de pensão antecipada, atribuída no âmbito da flexibilização, a acumulação não é permitida nos três anos seguintes a contar da data de acesso à pensão, se os rendimentos forem provenientes de exercício de trabalho ou actividade, a qualquer título, na mesma empresa ou grupo empresarial em que o beneficiário exercia actividade.

A entidade empregadora ou a entidade a quem seja prestado o serviço é solidariamente responsável pela devolução das prestações recebidas indevidamente, desde que a situação seja do seu conhecimento”⁹.

2.4.2 Através de outras pensões

As pensões de velhice, assim como as de invalidez, que pertençam ao regime geral podem ser acumuladas a outras pensões atribuídas pelos regimes de protecção social, sem quaisquer prejuízo.

“É permitida a acumulação das pensões de invalidez e de velhice do regime geral com pensões dos seguintes regimes de protecção social de enquadramento obrigatório: regimes especiais do sistema de segurança social; regimes da função pública; regime dos antigos funcionários ultramarinos; regime dos advogados e solicitadores; regime dos trabalhadores da Companhia Portuguesa Rádio Marconi; regime de protecção social estabelecido na regulamentação colectiva de trabalho dos empregados bancários; regimes de protecção nos riscos de acidente de trabalho e doença profissional e regimes dos sistemas de segurança social estrangeiros.

Os períodos de registo de remunerações sucessivos para o regime geral e para o regime do seguro social voluntário determinam a atribuição de uma única pensão, não se verificando, neste caso, uma situação de acumulação de pensões”¹⁰.

⁹ <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.02>

2.5 Montante e cálculo de pensões

Como é conhecido, usualmente, as pessoas gozam de diferentes montantes de pensão, isto porque estas também efectuaram diferentes descontos para a Segurança Social, por diferentes períodos de tempos e ainda sob diferentes normas vigentes. Assim, a pensão de cada beneficiário é calculada com base na seguinte fórmula, do quadro nº2:

Quadro nº2				
Montante da pensão	=	Remuneração de referência (RR)	X	Taxa global de formação X Factor de sustentabilidade (FS)
Remuneração de referência (RR)	=	TR (nx14)	TR = Total de remunerações anuais revalorizadas (a) de toda a carreira contributiva (b) n = N.º de anos civis com registo de remunerações com o limite de 40 (c)	
Taxa global de formação da pensão	=	Taxa anual de formação 2,3% a 2%	X	N.º de anos civis com registo de remunerações relevantes para o cálculo
Factor de sustentabilidade e (FS)	=	EMV 2006 EMV ano I-1	EMV 2006 = esperança média de vida aos 65 anos em 2006 EMV ano i-1 = esperança média de vida aos 65 anos verificada no ano anterior ao do início da pensão (d)	

Fonte: http://195.245.197.196/preview_documentos.asp?r=15935&m=PDF

- “As remunerações anuais registadas na segurança social e consideradas para determinação da remuneração de referência – **RR**, são actualizados por aplicação do índice geral de preços no consumidor - **IPC**, sem habitação.
- Quando pela antiguidade dos registos de remunerações não se mostrar tecnicamente possível o seu apuramento, conforme se indica, são considerados os valores convencionais de remunerações fixados em legislação própria¹⁰, sem prejuízo de os beneficiários comprovarem os valores das remunerações efectivamente recebidas e que tenham sido base de incidência contributiva para a segurança social.
- Quando o número de anos civis com registo de remunerações for superior a 40, considera-se, para apuramento da remuneração de referência, a soma das 40 remunerações anuais, revalorizadas, mais elevadas.
- O indicador da esperança média de vida aos 65 anos relativa a cada ano é objecto de publicação pelo Instituto Nacional de Estatística”¹¹.

¹⁰ <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.02>

¹¹ http://195.245.197.196/preview_documentos.asp?r=15935&m=PDF

Taxa global de formação:

Para se poder calcular a taxa global de formação da pensão de velhice, é necessário ter em conta toda a carreira contributiva do beneficiário com uma densidade igual ou superior a 120 dias de registo de remunerações.

Até 20 anos de registos de remunerações é aplicada uma taxa anual de 2% por cada ano relevante para o cálculo e uma taxa global de 2% vezes o número de anos civis relevantes, tendo um limite mínimo de 30%¹².

Com 21 anos ou mais de registos de remunerações é aplicada uma taxa anual variável entre os 2 e os 2.3%, por cada ano de remunerações relevante, consoante o respectivo valor de referência, que vem especificado no seguinte quadro¹³:

Quadro nº3		
Parcelas	Remuneração de referência	Taxas (%)
1ª	Até 1,1 IAS	2,30
2ª	Superior a 1,1 IAS até 2 IAS	2,25
3ª	Superior a 2 IAS até 4 IAS	2,20
4ª	Superior a 4 IAS até 8 IAS	2,10
5ª	Superior a 8 IAS	2,00

Fonte: http://195.245.197.196/preview_documentos.asp?r=15935&m=PDF

Factor de sustentabilidade:

O factor de sustentabilidade permite a constante adaptação do sistema de pensões, ao longo dos anos, em função das alterações demográficas, que resulta da relação entre a esperança média de vida no actual ano e aquela que tenha sido verificada no anterior ano do requerimento da pensão¹⁴.

¹² http://195.245.197.196/preview_documentos.asp?r=15935&m=PDF

¹³ http://195.245.197.196/preview_documentos.asp?r=15935&m=PDF

¹⁴ http://195.245.197.196/preview_documentos.asp?r=15935&m=PDF

2.6 Complemento Solidário para Idosos (CSI)

“O CSI é uma prestação monetária integrada no Subsistema de Solidariedade do Sistema de Protecção Social de Cidadania, destinada a cidadãos nacionais e estrangeiros com baixos recursos. É uma prestação diferencial, ou seja, é um apoio adicional aos recursos que os destinatários já possuem.

O CSI destina-se a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, resultado do constante alargamento do acesso a este serviço, pois em 2006 apenas se puderam candidatar-se as pessoas com idade igual ou superior a 80 anos, em 2007 as pessoas com idade igual ou superior a 70 anos e em 2008 quem tiver idade igual ou superior a 65 anos”.

O Complemento Social para Idosos destina-se a todos os beneficiários que residam em território nacional, desde que, o beneficiário seja portador de uma pensão de velhice, sobrevivência ou uma pensão equiparada.

Para além disto, os requerentes devem, ainda, possuir como condições necessárias para se poderem candidatar, desfrutar de recursos anuais inferiores a 4.800€; residir em território nacional, pelo menos nos últimos seis anos anteriores à data de entrega do requerimento; consentir o acesso à informação fiscal e bancária relevantes para o processo; reconhecer direitos e cobrança de créditos, extensível ao cônjuge ou a pessoas com quem viva em união de facto, afim de analisar os rendimentos globais que estes possuam.

O CSI abrange, ainda, o campo da saúde, comparticipando em medicamentos (participação financeira de 50% da parcela do preço não comparticipado pelo Estado), em óculos e lentes de contacto (participação financeira de 75% da despesa, até 100 euros, por cada período de dois anos) e em próteses dentárias removíveis (participação financeira de 75% da despesa na aquisição e reparação, até 250 euros, por cada período de três anos). A decisão de atribuir ou não estes benefícios compete ao Ministério da Saúde, sendo que o pagamento da comparticipação dos benefícios é efectuado pela Segurança Social, em conjunto com a prestação mensal do Complemento Solidário para Idosos¹⁵.

¹⁵ <http://195.245.197.196/left.asp?02.17.07>

2.7 Como requerer para uma pensão

Para solicitar uma pensão, assim como o CSI, deve ser pedido um requerimento através do serviço em linha da Segurança Social Directa, nos balcões de atendimento ao cidadão da Segurança Social da área de residência do beneficiário ou ainda no Centro Nacional de Pensões que fica em Lisboa.

Se por sua vez o beneficiário residir no estrangeiro, este pode recorrer à Segurança Social Directa ou ao Centro Nacional de Pensões, se quiser tratar do assunto com as entidades responsáveis directamente, ou então poderá dirigir-se às instituições internacionais com as capacidades previstas para lidar com o assunto.

O requerimento em suporte de papel deve ser entregue depois de preenchido, assinado e acompanhado dos documentos de prova. Quem quiser pode apresentar o seu requerimento com a antecedência máxima de três meses, relativamente até à data em que o beneficiário pretenda usufruir da pensão¹⁶.

“No que se refere aos titulares do Complemento Solidário para Idosos estes estão obrigados à renovação da prova de recursos de dois em dois anos, contados a partir da data do reconhecimento do direito ao complemento e, ainda, quando seja apresentado requerimento do outro elemento do agregado familiar ou haja alteração ao agregado familiar”¹⁷.

¹⁶ <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.02>

¹⁷ <http://195.245.197.196/left.asp?02.17.07>

3. REFORMA E MODELOS DA SEGURANÇA SOCIAL

No presente capítulo pretendemos fazer uma breve abordagem sobre a história da Segurança Social, para que desta forma possamos compreender todas as alterações desencadeadas, até à Segurança Social que hoje conhecemos.

O facto de fazermos uma resenha história da Segurança Social, assim como dos seus modelos adjacentes, ajudará a compreender como é que os pensionistas por velhice se têm colocado ao longo da história.

Em primeiro lugar, começamos por referir o Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.) que rege cada um dos 18 centros de Segurança Social espalhados pelos distritos de Portugal, possuindo autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O ISS, I.P. é uma pessoa colectiva de direito público que tem por missão a “gestão dos regimes de Segurança Social, incluindo o tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de Segurança Social e o exercício da Acção Social, bem como assegurar a aplicação dos instrumentos internacionais de Segurança Social e Acção Social”¹⁸.

No que se refere aos objectivos presentes na Segurança Social esses têm variado ao longo dos anos conforme as necessidades sentidas, o que se verificara mais à frente nas leis de bases.

3.1. Fases de evolução da Segurança Social

Desde a fundação da nacionalidade portuguesa, que se sentiu a necessidade de se criarem esforços conjuntos no sentido de se colocar em prática a ideia de combate às situações de carência individuais e familiares existentes na altura.

Assim, por volta do final da Idade Média, através de meras ajudas de caridade, foi-se esboçando uma estrutura embrionária de auxílio privado, conduzindo, posteriormente, à criação da primeira organização de assistência, através da iniciativa da rainha D.Leonor que em Agosto do ano 1498 fundou em Lisboa a primeira Irmandade da Misericórdia.

Com a criação da Casa Pia de Lisboa, nos finais do séc. XVIII, registou-se o primeiro passo no sentido da instauração da assistência pública. Nesta altura começam a surgir também

¹⁸ http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MTSS/ISS/pt/ORG_instituto+da+seguranca+social.htm

os Movimentos Mutualistas, que fizeram emergir várias associações de socorros mútuos, tendo como principais fins: a prestação de cuidados médicos, a cedência de medicamentos, a atribuição de prestações financeiras em caso de incapacidade temporária ou permanente, assim como o pagamento de funeral. As Caixas de Aposentações são, também, uma novidade nesta fase, sendo criadas para colmatar as insuficiências da protecção social, dos movimentos mutualistas, nomeadamente no que se refere à velhice.

A **primeira fase** da construção da assistência pública surge no período do regime corporativo entre 1926 e 1933, onde é fundado o Estatuto do Trabalho Nacional, que procurava implementar um sistema de seguros obrigatórios que abrange-se a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem.

Apesar deste sistema visar auxiliar a população, principalmente, os trabalhadores, o seu financiamento assentava, somente, nas contribuições dos patrões e dos empregados e não no Orçamento Geral do Estado.

Embora este sistema procura-se abarcar toda a população, em 1960 só abrangia a população total activa da indústria, deixando de fora o sector agrícola, de pescas (Casas do Povo e Casas de Pescadores) e o trabalho de serviço doméstico.

No que se refere ao campo de aplicação material desta fase, este incluía, relativamente aos trabalhadores do comércio, indústria e serviços, a protecção na doença, encargos familiares, invalidez e morte. No que se refere à protecção do desemprego, ficou como mera possibilidade teórica.

Relativamente aos trabalhadores do sector agrícola apenas era garantida a cobertura nas eventualidades de doença (cuidados médicos e subsídios) e de morte. Já no que diz respeito à protecção dos trabalhadores das pescas, era basicamente assistencial, sendo que dentro das possibilidades financeiras, existentes na altura, poderiam contar ou não com assistência médica, subsídios de doença e de nascimento, pensões de invalidez e de velhice, subsídios por morte e abono familiar.

A Acção Social, outrora denominada de Estatuto da Assistência Social, que tendo a seu encargo ajudar a população mais carenciada, foi-se estruturando através de apoios que famílias e instituições particulares davam, sendo que o Estado não comparticipava quaisquer ajudas.

A **segunda fase** da construção da Segurança Social dá-se após 1960 até 1974 com o surgimento de uma nova Lei de Previdência com base num parecer da Câmara Corporativa

concluindo que fora a indústria, comércio e serviços, não havia cobertura de riscos por seguro obrigatório, não se cumprindo as determinações de 1935 no que diz respeito à pesca, agricultura e domésticas.

Em 1963 foi criada uma nova lei que se destinava a desenvolver a Assistência Social e de Saúde, de forma a conseguir abranger aqueles que ficaram de fora do sistema da previdência, procurando, assim, aumentar a intervenção do Estado.

Nesta fase o sistema ia-se reorganizando por zonas geográficas e cada vez menos por critérios sectoriais, de forma a conseguir-se uma melhor informação e funcionamento do sistema.

Como aspectos assinaláveis desta fase podemos realçar o alargamento do campo de aplicação material a actividades não cobertas, tornando mais completo o esquema de prestações, continuando, contudo, o financiamento a ser apoiado nas contribuições dos trabalhadores e empregadores, e não na comparticipação financeira do Estado.

É de igual importância referir a criação de um regime especial agrícola em 1969, passando a chamar-se de Regime de Previdência dos Trabalhadores Agrícolas em 1972, e a criação da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais para que desta forma fosse possível incluir o comércio, a indústria e os serviços numa só instituição.

Nesta fase, foram definidas quais as eventualidades que seriam abrangidas pelo regime especial de previdência, nomeadamente: a doença, a maternidade, encargos familiares, invalidez, velhice e morte, chegando-se a criar de imediato um regime transitório para os agricultores que se encontrassem em situação de velhice ou invalidez, e que até então estavam inscritos nas Casas do Povo sem quaisquer ajuda nestes casos.

No que diz respeito às pensões de velhice, as reformas eram determinadas tendo como variável na fórmula de cálculo, a apreciação do valor dos descontos salariais para o sistema nos últimos dez anos, sendo que dentro destes dez eram contados os cinco melhores anos de salários.

A **terceira fase** dá-se após 1974 através da Constituição que vinculava a obrigatoriedade do Estado em assumir responsabilidades sobre a falta de recursos ou capacidades de trabalho das populações, vinculando a obrigatoriedade de existência de um sistema de segurança social que fosse unificado, de forma a conseguir-se ter um maior controlo. Com esta fase surge, assim, uma nova organização onde para além dos empregados e empregadores, o Estado passaria a financiar também o sistema.

Uma outra novidade nesta terceira fase foi a proliferação de sub-regimes (1974 – 1984) como por exemplo: religiosos, futebolistas, pescadores artesanais, etc., passando a serem reconhecidas como actividades profissionais.

Em 1975 foi criado, com carácter apenas experimental, um subsídio de desemprego a atribuir à generalidade da população que fosse trabalhadora por conta de outrem.

Em 1977, onde outrora só as pessoas com mais de 65 anos e em situação de invalidez recebiam subsídios de assistência, deu-se o alargamento da Protecção Social através da qual todas as pessoas com idade superior a 65 anos mesmo que nunca tivessem contribuído para o sistema passaram também passariam a usufruir destes subsídios.

Assim, surge pela primeira vez a modalidade “não contributiva”, onde o Estado se encargava de assumir responsabilidades perante aquelas pessoas que não descontavam para o sistema e que se encontravam em situação de carência económica e/ou social.

Ainda em 1977 foi formada uma estrutura orgânica central e outra regional. A estrutura central passou a abranger um vasto conjunto de serviços da administração directa do Estado, assim como organismos de âmbito nacional providos de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. A estrutura orgânica regional passou a ser constituída por Centros Regionais de Segurança Social, dotados de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, integrando órgãos, serviços e instituições de previdência social e assistência social no respectivo espaço geográfico. Um dos problemas que existia com a estrutura orgânica regional, era que as regiões ao serem autónomas e independentes não trocavam informações fazendo surgir casos graves de corrupção, como por exemplo o usufruto de mais que uma pensão de desemprego, por parte do beneficiário, entando inscrito em mais do que um distrito de Segurança Social.

Em 1980 surge uma nova estruturação que deu lugar ao aparecimento da Inspeção Geral da Segurança Social, da Direcção Geral da Segurança Social, da Direcção Geral da Organização e Recursos Humanos, do Centro Nacional de Pensões e do Departamento de Relações Internacionais e Convenções da Segurança Social.

3.2. Leis de bases da Segurança Social

3.2.1 Lei de bases de 1984

Em 1984 é elaborada a primeira Lei de Bases da Segurança Social onde os principais objectivos eram: a protecção dos trabalhadores e família, assim como a protecção de pessoas sem recursos. Para prosseguir com este segundo objectivo foi desenvolvida a Acção Social para “prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização social e a integração comunitária”¹⁹.

Dando continuidade à evolução da Segurança Social, esta lei mantinha a existência dos dois regimes: o geral contributivo e o não contributivo.

Os princípios revogados nesta lei eram: a universalidade (acesso de todos os cidadãos ao sistema); a unidade (articulação das instituições de forma a garantir uma boa administração); a igualdade (não discriminação entre os beneficiários); a eficácia (realização das prestações em tempo oportuno); a descentralização (responsabilização dos interessados pela definição do funcionamento do sistema); a garantia jurídica (acesso aos tribunais); a solidariedade (responsabilização colectiva dos indivíduos) e a participação (participação dos interessados na elaboração de regras sobre o funcionamento do sistema).

No que se refere ao financiamento da Segurança Social esta tinha como principais fontes as contribuições dos trabalhadores e dos empregadores, assim como as transferências do Estado. O regime geral era financiado pelos trabalhadores quer por conta de outrem, quer por conta própria e pelas entidades empregadoras, que descontavam parte do seu salário afim de traçar uma linha para usufruto de uma futura pensão. O regime não contributivo e a acção social eram financiados pelo Estado, através da quotização dos produtos/serviços adquiridos pelos consumidores.

Em 1989 é aprovado o decreto-lei que vem estabelecer que qualquer indivíduo que esteja interessado pode, por iniciativa própria, complementar as prestações que são garantidas pelo regime geral, assim como as eventualidades não cobertas pelo regime da Segurança Social.

No que diz respeito ao regime jurídico das pensões de invalidez e velhice do regime geral da segurança social, foi consagrado, em 1993, que haveria igualdade de tratamento entre homens e mulheres, igualando a idade da pensão de velhice para os 65 anos.

¹⁹ <http://diario.vlex.pt/vid/33079852>

3.2.2 Lei de bases de 2000

No ano de 2000 surge uma nova Lei de Bases que vem consagrar os direitos de todos à Segurança Social através do sistema de solidariedade e segurança social, cujos objectivos fundamentais legislavam: a melhoria das condições e dos níveis de protecção social e reforço da equidade; a eficácia dos sistemas e a eficiência da gestão e a sustentabilidade financeira organizacional.

No que diz respeito aos princípios presentes nesta nova lei são os mesmos que na Lei de Bases (1984) mas com mais alguns princípios. Os novos princípios que esta nova lei introduz são: “a responsabilização pública (obrigação do Estado de criar as condições necessárias à concretização do direito à segurança social); equidade social (tratamento igual de situações iguais e tratamento diferenciado de situações desiguais); diferenciação positiva (flexibilização das prestações, em função das necessidades e das especificidades sociais de grupos de cidadãos e de riscos a proteger); inserção social (eliminação das causas de marginalização e exclusão social promoção das capacidades dos cidadãos com vista à sua integração na vida social); complementaridade (articulação das várias formas de protecção social, públicas, cooperativas e sociais, com o objectivo de melhorar a cobertura das situações abrangidas e promover a partilha contratualizada das responsabilidades, nos diferentes patamares de protecção social)”²⁰.

O sistema existente subdividiu-se em três subsistemas: o subsistema de Protecção Social de Cidadania, o subsistema de Protecção à Família e o subsistema Previdencial.

O subsistema de **Protecção Social de Cidadania** procurava assegurar os direitos fundamentais de protecção social, promovendo a igualdade de oportunidades, acesso a condições mínimas de vida, assim como a luta contra a pobreza e a exclusão social. Para conseguir atingir estes objectivos este sistema abrange o Regime de Solidariedade e Acção Social. O Regime de Solidariedade inclui “as prestações de rendimento mínimo garantido, as pensões sociais de invalidez, de sobrevivência e de velhice” e complementos sócias para quem aqueles que se encontrem em situação de carência²¹. Por sua vez, a Acção Social encarrega-se de casos excepcionais onde de enquadram os casos de pobreza e exclusão social, dispondo para isso de ajudas financeiras e humanitárias.

²⁰Legislação Geral - Lei nº 17/2000, de Agosto de 2000

²¹ *Sistema de Solidariedade e Segurança Social, Lei de Bases*; Direcção Geral de Solidariedade e Segurança Social, MTSS, 2001

O subsistema de **Protecção à Família** aplicava-se à generalidade dos cidadãos, abrangendo eventuais encargos familiares, de dependência e de deficiência.

O subsistema **Previdencial** tinha como objectivo principal garantir o acesso a ajudas em caso de perda ou redução dos rendimentos, em caso de doença, maternidade e paternidade, de desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, invalidez, velhice e ajudas de morte. Por este sistema estão abrangidos os regimes de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, dos trabalhadores independentes e os trabalhadores que não estando inscritos nestes sistema queiram se juntar através da inscrição facultativa.

No que se refere às pensões, nomeadamente, à pensão de velhice esta nova lei vem introduzir alterações na forma de cálculo, passando a contar toda a carreira contributiva do beneficiário para determinar a pensão pecuniária a ser atribuída²².

3.2.3 Lei de bases de 2002

No ano de 2002 surge uma nova Lei de Bases da Segurança Social, a lei nº32/2002 de 20 de Dezembro, que vem revogar a composição anterior do sistema criando três novos sistemas ou pilares: o Sistema Público de Segurança Social, o Sistema de Acção Social e o Sistema Complementar.

O **Sistema Público** incorpora o Subsistema Previdencial (1ª pilar) que engloba os trabalhadores por conta de outrem, os trabalhadores independentes, os regimes especiais e os regimes facultativos; o Subsistema de Solidariedade que abarca as pessoas em estado de pobreza e exclusão, que necessitem de rendimento social de inserção, pensões e complementos sociais e por fim o Subsistema de Protecção Familiar para os casos de agregados com deficiência e dependência.

O outro sistema refere-se ao **Sistema de Acção Social** (2ª pilar) que está relacionado com os grupos mais vulneráveis que não foram incluídos no Subsistema de Solidariedade e que são inserido em autarquias, em acções de voluntariado, empresas, mecenas e os Institutos Públicos de Solidariedade Social (IPSS), ou seja, estas pessoas são inseridas em instituições que apesar de serem privadas são financiadas pelo Estado, como por exemplo: escolas, lares, creches, entre outros.

Por último, o **Sistema Complementar** (3ª pilar) diz respeito aos planos de pensões de empresas e de iniciativa individual²³. Muitas empresas, maioritariamente privadas, têm fundos

²² <http://www.apdt.org/guia/L/LSs/LBasss.htm>

de pensões próprios que tem vindo a ser articulados com o público. O Estado tem vindo a controlar estas acções dos privados para que as pessoas possam investir sem correrem riscos.

Esta lei tem como objectivos: garantir o direito de acesso à Segurança Social; promover melhores níveis de protecção social, assegurando a equidade; proteger os trabalhadores e os seus agregados familiares em caso de desemprego, falta ou incapacidades de condições para trabalhar e em condições de morte; proteger as pessoas que se encontrem em situações de carência socio-económicas; proteger as famílias quando estas possuem encargos familiares; promover a qualidade da gestão, assim como uma melhor eficiência e sustentabilidade do sistema²⁴.

3.2.4 Lei de bases de 2007

A lei nº4/2007, de 16 de Janeiro vem revogar a lei nº32/2002. Os objectivos deste sistema são três: garantir o acesso de todos à Segurança Social; promover, de forma sustentável, melhores condições e níveis de protecção social, reforçando a equidade entre os cidadãos; promover a eficácia e a eficiência do sistema.

No que diz respeito aos princípios preconizados por este diploma são os mesmo que os do diploma anterior, não havendo alterações.

Este sistema da Segurança Social encontra-se dividido em três sistemas, dois novos e um que já existia, nomeadamente, o Sistema de Protecção Social de Cidadania, o Sistema Previdencial e o Sistema Complementar.

O **Sistema de Protecção Social de Cidadania** tem como objectivos garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, assim como promover o bem-estar e a coesão da sociedade. Para que este objectivo geral possa avançar é necessário prevenir e até em certos casos erradicar a pobreza, exclusão, situações de carência económica, e ajudas em encargos familiares e portadores de deficiência. Este sistema foi dividido em três subsistemas: o subsistema de Acção Social, o de Solidariedade e o de Protecção Familiar (art. 26).

O subsistema de Acção Social possui como objectivos fundamentais: a prevenção e eliminação de situações de privação e carência socio-económica, assim como promover a integração e o desenvolvimento destas pessoas; conceder especial atenção aos grupos mais em

²³ Slides e apontamentos das aulas da cadeira de Políticas de Gestão da Segurança Social, leccionada pelo Prof. Dr. Carlos Sangreman, no decorrente ano lectivo 2007/2008 na Universidade de Aveiro

²⁴ <http://intranet.uminho.pt/Arquivo/Legislacao/ProteccaoSocialFuncaoPublica/L32-2002.pdf>

risco, nomeadamente, crianças, jovens, idosos, pessoas portadoras de deficiência, destina-se, ainda, à articulação e desenvolvimento dos objectivos anteriores através de instituições públicas mas também privadas. Para se prosseguir com estes objectivos serão criados programas de combate à exclusão social, à disfunção e à marginalização, serão cedidos serviços e equipamentos, assim como a disponibilização de prestações pecuniárias (art. 29 e 30).

O subsistema de Solidariedade visa garantir os direitos fundamentais de forma a prevenir e suprimir casos de pobreza e exclusão, assim como garantir ajudas em caso de carências sociais e económicas. Este sistema abrange não só os cidadãos nacionais mas também os não nacionais que estejam inscritos na Segurança Social, usufruindo de iguais benefícios (art.36). É de salientar, que este subsistema, cobre situações de carência económica, de velhice, invalidez, morte e carreira contributiva insuficiente para usufruto de uma pensão, através de prestações pecuniárias (art.38). Aqui, ainda, estão incluídas prestações de inserção, sociais, de desemprego, de complemento social e complemento social para idosos (art.39).

O subsistema de Protecção Familiar visa assegurar ajudas às pessoas que possuam encargos familiares, de deficiência e dependência (art.44). Se as pessoas preencherem as condições especiais de acesso, poderão usufruir de prestações monetárias entre outros serviços sociais conforme as necessidades.

O **Sistema Previdencial** assenta no principio de solidariedade profissional, visando garantir uma prestação pecuniária substituta dos rendimentos de trabalho perdido em virtude dos transmitos estabelecidos por lei, isto se o contribuinte tiver efectuado um período mínimo de contribuições, aqui se incluem os trabalhadores por conta própria, por conta de outrem e ainda os regimes especiais (art.50 a 53). Assim, este sistema cobre situações de doença, maternidade, paternidade, adopção, desemprego, doenças profissionais, acidentes de trabalho, invalidez, velhice e morte (art.52).

No que se refere às pensões continua a ser calculada toda a carreira contributiva do beneficiário de forma a manter-se cada vez mais um elevado nível de equidade social e justiça social (art. 63).

O **Sistema Complementar** pretende reforçar a “auto-protecção voluntária pela atribuição de prestações complementares” (art.81), tendo por base dois regimes: o Regime Público de Capitalização e os Regimes de Iniciativa Colectiva e Iniciativa Individual. O

Regime Público de Capitalização é um regime voluntário de adesão individual, cuja gerência é da responsabilidade do Estado, onde segundo a lei, cada beneficiário possui uma conta financeira de capitalização. Por sua vez, os Regime de Iniciativa Colectiva e Iniciativa Individual são regimes facultativos, que surgiram para satisfazer um certo número de pessoas colectivas e individuais, exemplo deste caso são os PPR (Planos Poupança Reforma) cada vez mais divulgado pelos bancos (art.81 a 83)²⁵.

²⁵http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MTSS/Comunicacao/Outros_Documentos/20070116_MTSS_Doc_Lei_Seg_Social.htm

4. A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

4.1. A Segurança Social em risco de falir

Actualmente, debate-se publicamente sobre o tema da Segurança Social, nomeadamente, a sua sustentabilidade.

Sabe-se que o número de população idosa tem crescido de ano para ano, o que se reflecte num contínuo aumento do número de pensionistas, particularmente, os de velhice, e consequentemente num acréscimo de despesas para o sistema da Segurança Social.

Este fenómeno não teria grande impacto se a par deste aumento de idosos também tivesse havido um aumento da natalidade, o que significaria mais população activa para suportar as despesas com os idosos. Contudo esta situação é irreal, pois o número de nascimentos tem diminuído e o número de idosos tem aumentado, o que nos indica de imediato que existe algo de errado. Mas será que esta situação, entre outros condicionantes, estará a levar a Segurança Social à falência? Para podermos obter uma resposta a esta pergunta, começamos por analisar a opinião do Dr. Carlos Pereira da Silva, ex. presidente do Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social, que numa entrevista ao *Expresso Emprego* respondeu a algumas perguntas relacionadas com o tema em questão.

Na entrevista realizada, pelo jornal, o Dr. Carlos Silva foi questionado sobre os resultados a que tinha chegado com o seu estudo sobre a sustentabilidade da Segurança Social, sendo que este respondeu que os estudos que foram feitos sobre a sustentabilidade da Segurança Social estavam em consonância com os estudos realizados, anteriormente, para o Livro Branco da Segurança Social, devido às questões demográficas, económicas e financeiras não terem tido alterações substanciais, daí que a mesma situação de crise se mantenha. Referindo, que a única alteração que houve desde a redacção do Livro Branco para o recente estudo, foi a introdução da nova Lei de Bases da Segurança Social em 2007, que veio trazer novas alterações como por exemplo a contabilização de toda a carreira contributiva para cálculo da pensão e a introdução de uma quotização para a Capitalização Colectiva de Estabilização, retirando 2% sobre os rendimentos de trabalho dos contribuintes, de forma a poder manter a sustentabilidade financeira por um período de 15 anos, se a Segurança Social tiver uma ruptura financeira como o Dr. Carlos Silva prevê que acontecera entre o ano 2010 e 2015.

Apesar de a grande maioria dos reformados, se reformar actualmente com cerca de 27 anos de carreira contributiva, prevê-se que este número aumente até 2010 para os 36 anos de contribuições, devido às alterações realizadas no acesso às pensões de velhice e aos incentivos para se trabalhar durante mais anos, de forma a conseguir equilibrar o sistema devido à falta de população mais jovem, ajudando a suportar o acréscimo no número de pessoas que usufruem de pensões e apoios associados.

Relativamente a este ponto, no que se refere ao aumento da carreira contributiva, não nos podemos esquecer que antigamente as pessoas começavam a trabalhar mais cedo, logo, quando chegavam à idade de se reformarem já tinham tido uma longa carreira contributiva, o que não acontece actualmente, pois as pessoas cada vez mais entram mais tarde para o mercado de trabalho, devido em grande parte ao aumento de estudos, o que se reflecte numa diminuição de anos de contribuições comparativamente ao que anteriormente acontecia, o que por si só é uma mudança, e que como todas as mudanças é necessários novos acompanhamentos para que não hajam prejuízos, daí a necessidade de criar novas medidas.

O Dr. Carlos Silva referiu, ainda, que há outro assunto que deve ser tido em conta e que põe em causa o equilíbrio orçamental e financeiro da Segurança Social, que é o mercado de trabalho, mercado este que é cada vez mais liberal, as empresas de mão-de-obra intensiva que de um momento para o outro dão à falência deixando muitas vezes pessoas desamparadas, que posteriormente recorrem as ajudas da Segurança Social, as fraudes financeiras cometidas pelas empresas, entre outros, tudo isto contribuirá negativamente para a sustentabilidade do sistema até que novas e mais medidas sejam tomadas.

Quando o jornal questionou o ex. presidente do Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social sobre o que se poderia fazer para inverter esta situação, este respondeu que para travar esta crise financeira que a Segurança Social seria necessário introduzir novos mecanismos de correcção do sistema de forma a limitar os gastos, uma vez que do ponto de vista das receitas, não se poderia aumentar as contribuições dos beneficiários, com o risco de por em causa a competitividade das empresas. Considerando a necessidade de haver uma relação directa entre o custo da prestação e o seu financiamento, ou seja, a taxa de contribuição de uma dada geração de activos deve ser suficiente para pagar as pensões dessa mesma geração. Contudo como as gerações são diferentes, devido a muitos factores como as

questões demográficas, as taxas de contribuição também devem ser diferentes de forma a acompanhar a evolução das gerações²⁶.

Da mesma opinião que o Dr. Carlos Silva é o Dr. Teixeira dos Santos, Ministro das Finanças, que numa entrevista a um dos programas “Prós e Contras”, emitido pelo canal público televisivo RTP1, falou sobre a sustentabilidade da Segurança Social, referindo que dentro de uma década poderá não haver dinheiro para pagar as reformas se até então nada for feito para inverter a situação financeira da Segurança Social. Chegando mesmo a referir que “A Segurança Social, do regime geral, tem de ser reformulada. A sustentabilidade da nossa segurança social está comprometida porque a manter-se a dinâmica populacional que temos e o esquema actual de financiamento, em 2015 o fundo de estabilização financeira deixará de ter dinheiro para pagar reformas”²⁷.

Segundo o Ministro das Finanças esta situação deve-se em grande parte ao crescente aumento do número de idosos pensionistas e ao não acompanhamento das receitas do Estado face a esta evolução demográfica.

Contrariando um pouco as duas anteriores opiniões, encontramos Manuel Alegre, poeta e político português, membro do Partido Socialista (PS), que ao ser questionado sobre a entrevista de Teixeira dos Santos e sobre uma eventual falência da Segurança Social, respondeu dizendo que o mediatismo por detrás de uma eventual falência da Segurança Social não passa de “uma posição alarmista e catastrófica”²⁸.

Para além disto Alegre referiu, ainda, que todos os cálculos feitos até então não podem ser considerados como certezas absolutas, uma vez que dependem de muitos outros factores, factores esses que dependem em grande parte do crescimento económico e das políticas de emprego, salientando por isso a necessidade de se dar mais atenção ao aumento do número de desempregados e ao pagamento de subsídios, nomeadamente, os de desemprego, pois esses sim poderão criar um desequilíbrio no orçamento da Segurança Social e conduzi-la a uma eventual falência.

Por último, o deputado do PS, menciona, ainda, que “o que é preciso é desenvolvimento sustentável, crescimento económico, com coesão social (...) não utilizar mão-de-obra ilegal, mas trabalhadores imigrantes em situação de legalidade e que contribuam para a Segurança

²⁶ <http://aeiou.expressoemprego.pt/scripts/indexpage.asp?headingID=4188>

²⁷ <http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=1463&id=1244241>

²⁸ <http://sic.aeiou.pt/online/noticias/pais/especiais/presidenciais/20060110+Alarmismo+sobre+Seguran%C3%A7a+Social.htm>

Social", pois se desenvolverem estes objectivos, assim se conseguira garantir a sustentabilidade da Segurança Social²⁹.

Indo um pouco de encontro com aquilo que fora dito anteriormente, mencionamos o Dr. Fernando Mendes, que, num dos seus estudos, explica que actualmente a Segurança Social depara-se contra uma “Conspiração Grisalha”, referindo-se a conspiração por se tratar de uma acção implícita, ou seja, é uma acção que é realizada indirectamente mas que acaba por influenciar algo, neste caso a Segurança Social, e grisalha por fazerem parte deste grupo as pessoas com 50 e mais anos de idade³⁰.

Os conspiradores grisalhos são referidos porque, durante a tentativa de se reformar a Segurança Social, entre 1995 e 2004, foram uma entrave à mudança, pois ao verem as suas reformas como garantidas, não se importaram com o que pudesse acontecer às futuras gerações. Uma vez que estamos perante profundas alterações demográficas, as gerações vindouras correrão o risco de não poderem vir a beneficiar dos serviços de Segurança Social, devido ao egoísmo por parte destas pessoas em não se preocuparem com a sustentabilidade deste sistema. O autor, refere a Segurança Social como único meio de ajuda para muitas famílias, quando se deparam com situações de crise, daí que confirmada a sua possível falência tenham sido tomadas várias medidas, contudo devido ao efeito demográfico e à maturação do sistema, o autor comenta que entre 2005 e 2010 preve-se que o excedente gerado pelo regime geral de pensões venha a desaparecer, sendo que estes excedentes permitiram manter o sistema por mais durante 5 anos, tornando-se insustentável a médio-longo prazo³¹.

Em última análise a este tema, tendo em conta os anteriores pareceres sobre o assunto, cremos que podemos concluir que, se a população idosa continuar a crescer, o número de pensionistas continuar a aumentar, se o desenvolvimento económico do país não apresentar melhorias, e se continuarem a existir cada vez mais desempregados, entre outros, estas situações farão com que não hajam receitas suficientes para manter a Segurança Social, o que obviamente conduzirá à sua falência, contudo nada está decidido e até lá poderão surgir várias mudanças, fazendo com que este assunto não tenha passado de uma mera especulação.

²⁹<http://sic.aeiou.pt/online/noticias/pais/especiais/presidenciais/20060110+Alarmismo+sobre+Seguran%C3%A7a+Social.htm>

³⁰ MENDES, Fernando Ribeiro (2005), Conspiração Grisalha: Segurança Social, Competitividade e Gerações. Celta Editora, Oeiras

³¹ Idem

4.2. Causas da crise na Segurança Social

4.2.1 Recessão Económica

Se em Portugal o tema recessão económica é um facto, não nos podemos esquecer que vivemos num mundo globalizado, o que faz com que este não seja um fenómeno isolado e que não esteja a afectar somente o nosso país mas também outros países.

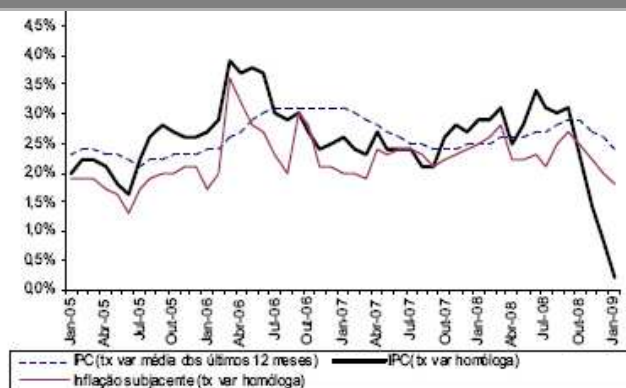
De facto, existem cada vez mais empresas a fecharem e outras a diminuírem a sua produção, isto devido, entre outros, ao aumento do preço do petróleo e das energias, encarecendo o preço dos produtos/serviços vendidos, fazendo com que as pessoas deixem de adquirir tantos produtos, originando, por vezes, despedimentos devido à quebra na procura, conduzindo à diminuição do poder de compra destas pessoas desempregadas. Ou seja, vai-se criando um círculo vicioso, os preços sobem, as pessoas não tem poder de compra, as produções diminuem, e é ao Estado que cabe muitas vezes suportar o peso destas pessoas desempregados e/ou com dificuldades financeiras, para que as pessoas não passem por dificuldades mas também para que a economia não deixe de funcionar.

Se considerarmos o *Índice de Preços do Consumidor* de 2009 elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística, que se debruça pelo estudo e obtenção de dados estatísticos, podemos verificar as variações nos preços dos consumidores e a sua inflação. Ao analisarmos o seguinte gráfico podemos constatar as várias oscilações que as taxas de inflação e consequentemente os preços têm tido.

Em Janeiro de 2009, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação homóloga de -0,1% em comparação com Janeiro de 2008, e uma diminuição de 2,4% na taxa de variação média dos últimos doze meses. Isto para nos dizer que tanto a inflação como os preços dos consumidores tiveram uma diminuição do ano passado, 2008, para este ano, 2009, resultante em grande parte da diminuição do preço do petróleo e da electricidade, que ao diminuírem os seus preços desencadearam uma diminuição também nos preços dos consumidores, ajudando a estimular a economia que se encontra muito em baixo³².

³² Índice de Preços no Consumidor, Janeiro de 2009, INE

**Gráfico nº1: Índice de preços no consumidor e de inflação subjacente
(taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)**



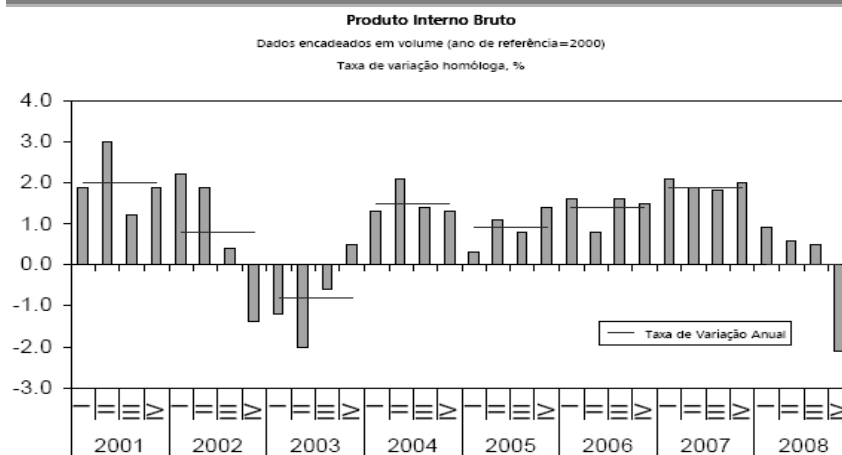
Fonte: Índice de Preços no Consumidor, Janeiro de 2009, INE

Tem-se discutido muito o facto de Portugal estar a passar por uma fase de crise, contudo dizer que Portugal está a passar por uma crise económica não chega para se conseguir apurar a veracidade da real situação. Deste modo, decidimos analisar o Produto Bruto Interno (PIB) de forma a conseguirmos ter uma noção mais concreta sobre a gravidade da situação. Ao analisar-mos os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) facilmente apercebemo-nos que, apesar de algumas pequenas oscilações ao longo dos anos, referentes ao PIB, no ano passado o valor do último 4º trimestre em 2008 tinha diminuído em volume 2.1% face ao período homólogo, 2007, isto porque, segundo o INE, devido a “contributos negativos da procura interna, com particular intensidade ao nível do Investimento, e da procura externa líquida, tendo-se registado uma diminuição expressiva das Exportações de Bens e Serviços”³³.

No que se refere às alterações que o PIB tem tido em Portugal, nada melhor que analisar o seguinte gráfico que nos fornece os valores do PIB desde 2001 até 2008, tendo como referência o ano de 2000. Se prestarmos bem atenção facilmente percebemos que apesar de algumas oscilações trimestrais em 2002 e 2003 o saldo anual sempre foi positivo, contrariando o de 2008 em que o saldo anual final foi nulo devido à grande queda no 4º trimestre. Com esta pequena análise podemos tirar algumas elações, nomeadamente no que se refere à diminuição do PIB, devendo-se esta diminuição, em grande parte, à crise económica, mais propriamente à queda da produtividade. Apesar desta situação prevê-se que em 2009 haja uma melhoria significativa.

³³ Contas Nacionais Trimestrais – Estimativa Rápida: Destaque, 13 de Fevereiro de 2009, INE

Gráfico nº2: Produto Interno Bruto



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – Estimativa Rápida: Destaque, 13 de Fevereiro de 2009, INE

Para não se pensar que esta situação está a afectar somente Portugal, vejamos os PIB's de vários países, no seguinte quadro, onde rapidamente podemos verificar que na grande maioria, os países estão a passar pela mesma fase, pois como foi referido anteriormente, estamos numa época da globalização o que faz com que os países se influenciem mutuamente, daí que verifiquemos um decréscimo do PIB em outros países tal como em Portugal.³⁴

Quadro nº4

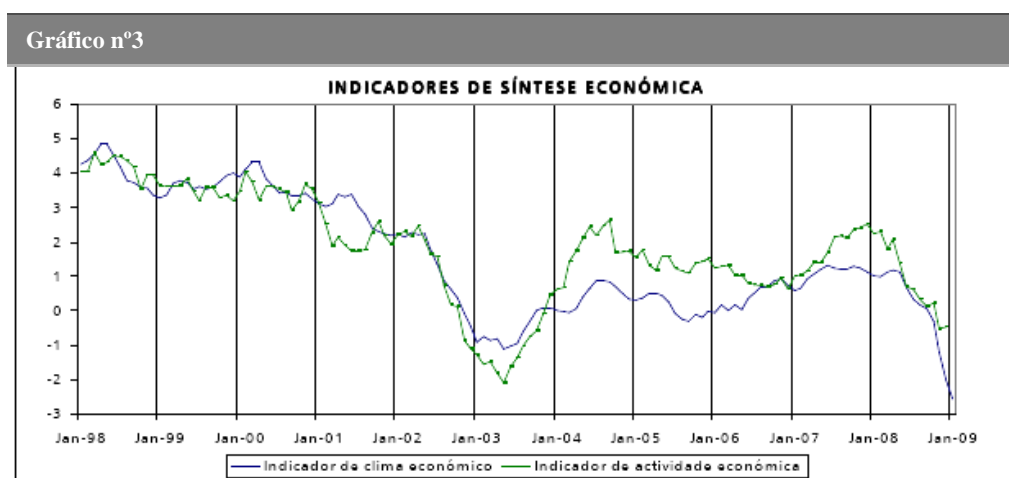
	PIB (tvh) - 2008			
	I	II	III	IV
Alemanha	2,8	2,0	0,8	-1,6
Áustria	2,5	2,1	1,4	0,5
Bélgica	1,9	1,9	1,2	-0,5
Espanha	2,7	1,8	0,9	-0,7
EUA	2,5	2,1	0,7	-0,2
Finlândia	2,6	2,2	1,4	:
França	2,1	1,2	0,6	-1,0
Grécia	3,1	3,5	2,9	2,6
Irlanda	-1,2	-0,7	0,1	:
Itália	0,3	-0,4	-1,1	-2,6
Japão	1,4	0,6	-0,2	-4,6
Luxemburgo	0,9	2,4	0,0	:
Países Baixos	3,6	3,3	1,9	-0,6
Portugal	0,9	0,6	0,5	-2,1
Reino Unido	2,6	1,7	0,3	-1,8

Fonte: Síntese Económica de Conjuntura: Economia e Finanças, Janeiro de 2009, INE

³⁴ Síntese Económica de Conjuntura: Economia e Finanças, Fevereiro de 2009, INE

Depois de termos observado a diminuição que o PIB tem tido em Portugal, nada melhor que analisarmos a sua situação económica para se poder comprovar que de facto esta diminuição do PIB é um reflexo da crise económica.

Se compararmos o seguinte gráfico com o quadro do Produto Interno Bruto em Portugal podemos, vemos, facilmente, a simetria que existe entre ambos, daí que se possa afirmar que se economia decresce, o PIB também decresce e consequentemente começam a surgir problemas.



Fonte: Síntese Económica de Conjuntura: Destaque, 18 de Fevereiro de 2009, INE

As causas para a diminuição económica, segundo o INE, devem-se em grande parte à diminuição do consumo privado, diminuição da oferta, forte contracção do investimento e das exportações, diminuição das exportações e importações e por último devido ao desemprego³⁵.

Um dos problemas destas variações económicas, nomeadamente o seu decréscimo, afecta sem dúvida o Estado estendendo-se também à Segurança Social, que é um dos focos principais deste trabalho. E então como é que a Segurança Social surge neste âmbito de crise económica? Se pensarmos em tudo aquilo que foi dito anteriormente, facilmente conseguimos perceber que, se as pessoas ficam, por qualquer motivo, sem poder de compra e/ou não conseguem acompanhar a economia, a única instituição a que poderão recorrer é à instituição do Estado que se encarrega pelo préstimo de auxílio à população, que é a Segurança Social. Contudo se a S.S. não tem fundos financeiros intermináveis para poder estar sempre a ajudar a

³⁵ Síntese Económica de Conjuntura: Destaque, 18 de Fevereiro de 2009, INE

população e se as pessoas em vez de contribuírem ainda forem pedir ajudas, isto poderá criar um desequilíbrio orçamental na S.S, pondo em risco a sua sustentabilidade.

4.2.2 Aumento do desemprego

Se a crise económica trouxe vários problemas, um deles é sem dúvida o aumento do desemprego. Este pode ocorrer de duas formas ou através do desemprego involuntário que é aquele que tem uma maior expressão e onde os trabalhadores são obrigados a abandonarem o seu emprego, mas também existem casos onde o desemprego pode ser de carácter voluntário, ou seja, a pessoa abandona o seu emprego por vontade própria.

Contudo para este estudo iremos abordar apenas o desemprego involuntário, pois é este que trás custos acrescidos para a Segurança Social.

Segundo os dados do INE no que refere à população empregada, no último trimestre de 2008 havia registo de 5 176,3 mil indivíduos empregados, apresentando um decréscimo homólogo de 0,2%, contudo ao analisarmos a média anual verificamos um aumento de 0,5% em relação ao ano anterior (ver anexo nº1).

A população desempregada em Portugal, no último trimestre de 2008 foi estimada em 437,6 mil indivíduos, registando um decréscimo homólogo de 0,4%. Em média em 2008, a população desempregada diminuiu 4,8% em comparação ao ano anterior, sendo estimada a população desempregada, em 2008, em 427,1 mil indivíduos. A média anual da taxa de desemprego passou de 8,0%, em 2007, para 7,6%, em 2008 (ver anexo nº2)³⁶.

No que se refere à diferença entre a população empregada e desempregada por sexo, verificamos que existe uma grande disparidade entre o sexo feminino e o sexo masculino, sendo que os homens são os que apresentam uma maior taxa de empregabilidade e as mulheres uma maior taxa de desemprego. Contudo, ao analisarmos a evolução da taxa de desemprego, apesar de taxa dos homens ser inferior à das mulheres localizando-se nos 6,8%, teve um aumento de 0,6 p.p. face ao trimestre homólogo de 2007 e e as mulheres apesar de apresentarem uma taxa de desemprego mais elevada com 8,9% tiveram uma diminuição de 0,7 p.p. face ao trimestre homólogo (ver anexo nº3 e 4).

No que se refere a taxa de desemprego por grupo etário o grupo de jovens (15 aos 24 anos) é o que tem maior expressão, representando, no último trimestre de 2008, cerca de

³⁶ Estatísticas do Emprego, 4ºtrimestre de 2008: População e Sociedade, INE

20,6% do total de desempregados, percentagem superior à do trimestre homólogo de 2007 que se situava nos 19,7% (ver anexo nº5).

Apesar de o desemprego ser um fenómeno que afecta todo Portugal, este tem diferentes impactos dependendo da região, assim, ao analisarmos as taxas de desemprego por NUTS II verificamos que as regiões que, em termos médios anuais, em 2008, apresentavam as maiores taxas de desemprego eram o Alentejo (9,0%), o Norte (8,7%) e Lisboa (8,2%) e as menores taxas registaram-se no Centro (5,4%) e na Região Autónoma dos Açores (5,5%). Agora fazendo uma comparação da média anual de 2008 com a de 2007, verificamos que a taxa de desemprego registou um decréscimo anual nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Região Autónoma da Madeira e um acréscimo anual nas regiões do Alentejo, Algarve e Região Autónoma dos Açores³⁷(ver anexo nº6).

A nível da União Europeia também se tem verificado, ao longo de vários anos, uma forte diminuição no desemprego, isto porque, como foi referido anteriormente, os países estão em constante interacção, e se há um que deixa de exportar, importar, investir, aumenta os preços, entre outros, tudo isto irá afectar os outros países.

Em termos gerais desde 1998 a taxa de desemprego tem descido apesar de algumas oscilações, tendo um ligeiro aumento em 2009. Actualmente em Portugal a taxa de desemprego, no último trimestre de 2008, situava-se nos 7.8%.

Em suma podemos verificar que apesar de a taxa de desemprego ter vindo a diminuir ao longo dos anos, com oscilações, verificamos que esta tem demonstrado uma forte tendência para voltar a aumentar, o que traz problemas para a Segurança Social, pois como representante social do estado, cabe a si amparar, através de subsídios de desemprego, dentro dos tramites estabelecidos, estas pessoas desempregadas, sendo que se houver cada vez mais pessoas a receberem subsídios e menos a descontarem para a Segurança Social, instalar-se-à uma situação de desequilíbrio financeiro.

³⁷ Estatísticas do Emprego: Destaque, 17 de Fevereiro de 2009, INE

4.2.3 Envelhecimento demográfico

Ao analisarmos a evolução do crescimento da população em Portugal, segundo o seguinte quadro, facilmente apercebemo-nos que, apesar de termos tido um constante crescimento da população residente em Portugal. Este deve-se ao saldo migratório, que apesar de ter diminuído ao longo dos anos, tem contribuído para que Portugal continue com um crescimento efectivo da população³⁸.

Quadro nº5							
Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População Residente Média (milhares)	10 293,0	10 368,4	10 441,1	10 502,0	10 549,4	10 584,3	10 608,3
População Residente em 31.XII (milhares)	10 329,3	10 407,5	10 474,7	10 529,3	10 569,6	10 599,1	10 617,6
<i>Homens</i>	4 988,9	5 030,2	5 066,3	5 094,3	5 115,7	5 129,9	5 138,8
<i>Mulheres</i>	5 340,4	5 377,2	5 408,4	5 434,9	5 453,9	5 469,2	5 478,8
Relação de Masculinidade (%)	93,4	93,5	93,7	93,7	93,8	93,8	93,8
Saldo Natural	7 682	8 125	3 720	7 330	1 937	3 408	-1 020
Saldo Migratório	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400	26 100	19 500
Variação Populacional	72 682	78 125	67 220	54 570	40 337	29 508	18 480
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03	-0,01
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,63	0,68	0,61	0,45	0,36	0,25	0,18
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,71	0,75	0,64	0,52	0,38	0,28	0,17

Fonte: INE, I.P. Estimativas de População Residente aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os respectivos erros de cobertura.

Ao analisarmos a população, em 2006, verificamos que a população estimada em Portugal era de 10 599 095 indivíduos, dos quais 5 129 937 eram homens e 5 469 158 eram mulheres, sendo que destes, 1 828 617 eram idosos com 65 e mais anos de idade, repartindo-se em 763 752 homens e 1 064 865 mulheres³⁹.

Em 2007, apesar da natalidade ter vindo a diminuir, a população a viver em Portugal rondava os 10 617 575 indivíduos, ou seja, mais 18 480 do que no ano anterior, representado um crescimento populacional de 0,17%⁴⁰.

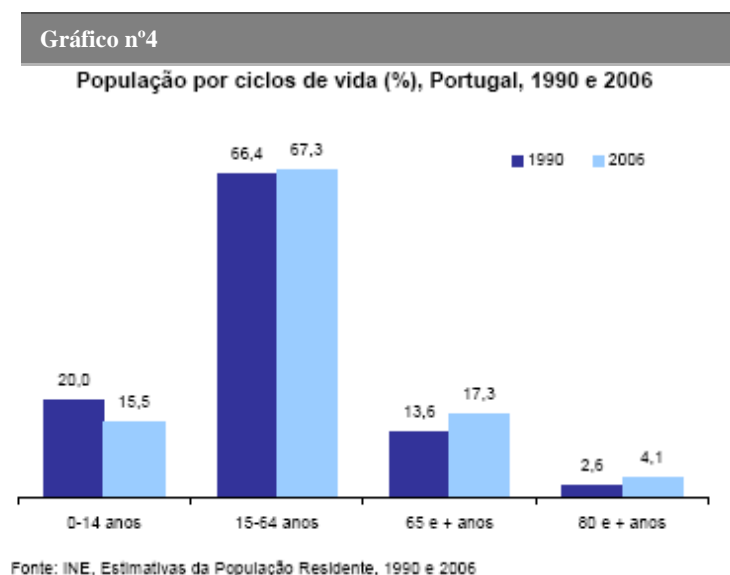
No seguinte gráfico podemos observar a evolução, da população desde 1990 a 2006, por grupos etários, onde verificamos que o grupo de jovens dos 0-14 anos teve uma

³⁸ CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

³⁹ Anuário Estatístico de Portugal 2007: Destaque, 30 de Dezembro de 2008, INE

⁴⁰ Anuário Estatístico de Portugal 2007: Destaque, 30 de Dezembro de 2008, INE

diminuição de 4.5%, o grupo de população activa dos 15-64 anos teve um ligeiro aumento de 0.9%, o grupo dos idosos com 65 e mais anos foi aquele que teve um maior aumento, passando de 13.6% para 17.3, aumentado assim 4.7%, a população de 80 e mais anos também teve um aumento de 1.5%⁴¹.



De facto, a população com 80 e mais anos de idade, aumentou 35% entre 1990 e 2006, isto devido à melhoria de qualidade de vida, que tem proporcionado uma maior longevidade. Se esta tendência se mantiver prevê-se que daqui a 25 anos o número de idosos duplique o número de jovens.

Ao analisarmos a longevidade de 1990 a 2006, segundo o gráfico nº5, verificamos que em 1990, em Portugal, a esperança média de vida nascença era de 74.1 anos, 70.6 anos para os homens e 77.6 anos para as mulheres, em 2006 a esperança media de vida subiu para os 78.5 anos, passando os homens a ter uma esperança de vida à nascença de 75.2 anos e as mulheres de 81.8 anos.

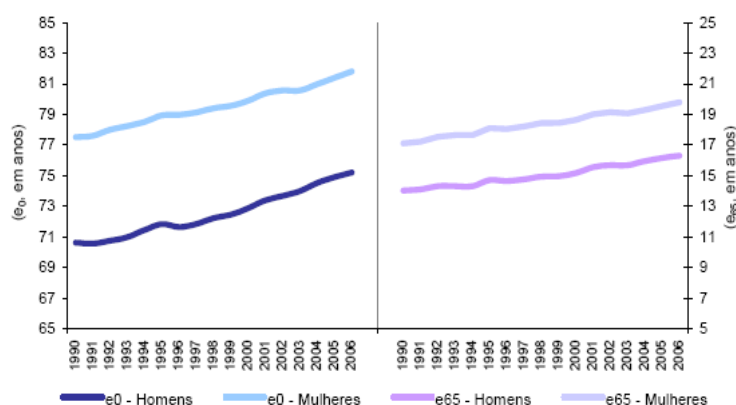
No que se refere, à esperança de vida aos 65 anos, esta passou de 15.7 anos em 1990, com 14.0 anos para os homens e 17.1 anos para as mulheres, para 18.2 anos em 2006 com 16.3 anos para os homens e 19.8 anos para as mulheres⁴².

⁴¹ Dia Internacional do Idoso: Destaque, 27 de Setembro de 2007, INE

⁴² Dia Internacional do Idoso: Destaque, 27 de Setembro de 2007, INE

Gráfico nº5

Esperança média de vida à nascença e aos 65 anos, Portugal, 1990-2006

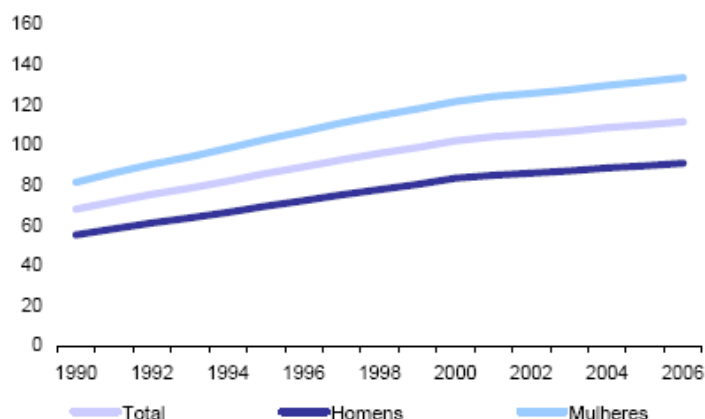


Fonte: INE, Estimativas da População Residente, 1990-2006

O índice de envelhecimento da população, traduz-se no rácio do número de jovens (dos 0 aos 14 anos de idade) e de idosos (com 65 e mais anos de idade) por cada 100 indivíduos em idade activa (dos 15 aos 64 anos), ajudando a ter um melhor conhecimento sobre o estado de envelhecimento da população. Em 1990 por cada 100 jovens residiam em Portugal cerca de 68 idosos, em 2006 este número aumentou para 112 idosos por cada 100 jovens⁴³. Este valor deve-se à dependência de jovens ter diminuído passando de 30 para 23 jovens por cada 100 indivíduos em idade activa, por sua vez o índice de dependência de idosos aumentou de 20 para 26 idosos por cada 100 activos.

Gráfico nº6

Índice de envelhecimento, Portugal, 1990-2006



Fonte: INE, Estimativas da População Residente, 1990-2006

⁴³ Dia Internacional do Idoso: Destaque, 27 de Setembro de 2007, INE

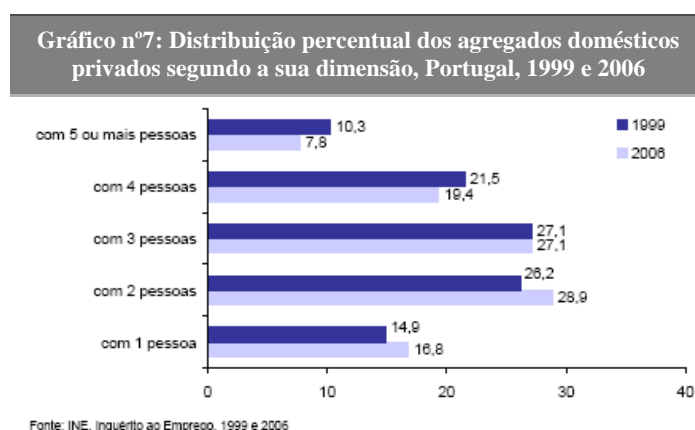
Como síntese deste ponto podemos dizer que cada vez mais existe uma população envelhecida, população essa em idade de precisar de mais cuidados e a usufruir ou prestes a usufruir de uma pensão de velhice, se tiver feitos os devidos descontos para a S.S. Contudo, como se observou, o número de jovens tem diminuído, não havendo população activa suficiente para contra-balançar com o número de idosos pensionistas. Esta situação cria um problema de como conseguir manter as pensões destas pessoas idosas se não há pessoas suficientes para contribuir, daí que este seja um factor que poderá colocar em risco a sustentabilidade da Segurança Social.

4.2.4 Alteração da estrutura familiar

Como foi referido anteriormente, a estrutura etária da população tem-se alterado ao longo dos anos, as pessoas vivem mais anos, havendo cada vez mais idosos e menos jovens. Se o aumento de idosos se deve à inovação que conduziu a uma melhoria de vida, a diminuição da natalidade deve-se em grande parte à entrada da mulher para o mercado de trabalho.

Em termos gerais, em Portugal, o número de famílias tem crescido, contudo este aumento deve-se ao crescente número de famílias constituídas por uma ou duas pessoas, resultando em simultâneo num decréscimo das famílias com 4 ou mais elementos.

Ao analisarmos a estrutura das famílias, em 2006, observamos que as dimensões familiares mais expressivas, concentravam-se nos agregados com 2 e com 3 pessoas, com 28.9% e 27.1% respectivamente (ver gráfico nº7)⁴⁴.



⁴⁴ Dia Internacional da Família: Destaque, 10 de Maio de 2007, INE

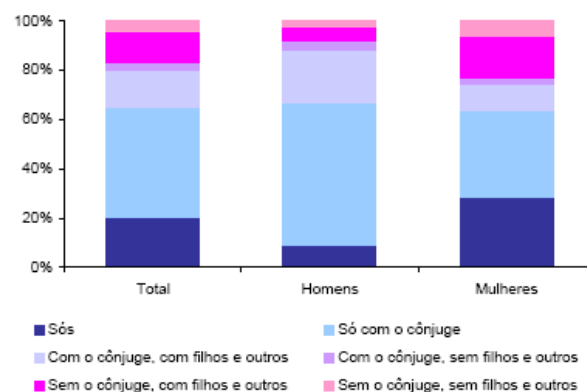
Para além das famílias serem cada vez mais pequenas, os agregados sofreram fortes alterações, passando a existir cada vez mais famílias com menos filhos e idosos a tomar conta de familiares também eles idosos.

Quando analisamos o agregado familiar dos idosos verificamos que, 62.8% vivia com o cônjuge (só com o cônjuge, com ou

sem filhos e outros), 20.7% viviam sós e 16.5% viviam sem cônjuge (com ou sem filhos e outros). No que se refere às diferenças existentes entre ambos os sexos, existem diferenças substanciais, enquanto os homens idosos viviam maioritariamente em casal (82.9%), apenas 48.4% das mulheres com a mesma idade viviam com o cônjuge, isto por que as mulheres tem uma maior longevidade que os homens⁴⁵.

Gráfico n°8

Indivíduos com 65 e mais anos por tipologia de agregado (%), Portugal, 2006

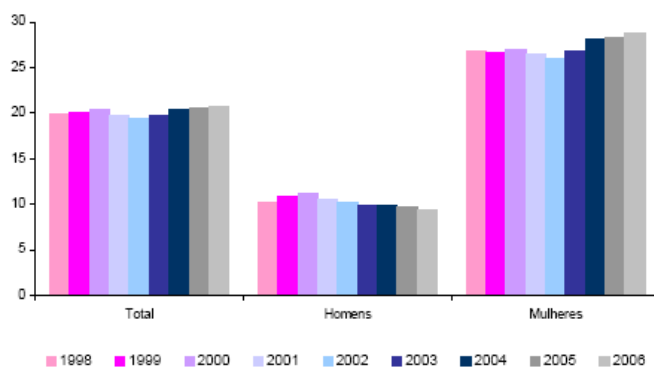


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2006

Ao analisarmos a diferença de valores da população com 65 e mais anos a viver sozinha, por sexo, verificamos que em 1998, 26.9% das mulheres viviam sozinhas contra 10.2% dos homens. Este 2006, as mulheres a viverem sozinhas tiveram um aumento passando para 28.8 %, o número de homens que vivem sozinhos, por sua vez, diminuiu para 9.4%⁴⁶.

Gráfico n°9

Indivíduos com 65 e mais anos a viver sós (%), Portugal, 1998-2006



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 1998-2006

Observamos que cada vez mais a população idosa vive sozinha ou com o cônjuge, sendo que são as mulheres que tem uma maior percentagem a viverem sozinhas devido à sua maior longevidade de vida em comparação a dos homens⁴⁷.

⁴⁵ Dia Internacional do Idoso: Destaque, 27 de Setembro de 2007, INE

⁴⁶ Dia Internacional do Idoso: Destaque, 27 de Setembro de 2007, INE

⁴⁷ Dia Internacional da Família: Destaque, 10 de Maio de 2007, INE

Como resumo deste ponto, podemos dizer que as estruturas familiares tem-se alterado ao longo dos anos, cada vez temos mais idosos a viverem sozinhos e/ou com os conjugues, os agregados familiares são cada vez mais pequenos isto porque os casais têm cada vez menos filhos, levando à diminuição da população activa, e sem população activa não há como financiar a Segurança Social.

4.2.5 Declínio da S.S. informal

Entende-se por Segurança Social informal a prestação de auxílio a outras pessoas, podendo esta ajuda vir da parte de vizinhos, família, amigos ou outro grupo de pessoas, que não são pagos pela ajuda despendida.

Apesar de estas pessoas, prestadoras de cuidados, na maioria dos casos, não terem quaisquer formação e até não possuírem, por vezes, informações necessárias, na verdade é que estas pessoas têm um grande papel na sociedade, ajudando a colmatar algumas falhas existentes na Segurança Social.

Apesar de a Segurança Social possuir serviços de assistência à população, este não possui uma gama de serviços tão vasta que consiga abranger todas as necessidades e toda a população. Desta forma, é muito comum falar-se na segurança social informal, ou seja, no apoio informal que as pessoas dão umas às outras, ajudando consoante as necessidades existentes.

Para termos uma melhor noção do que é isto da segurança social informal referimos um exemplo muito comum, desta ajuda, como o facto de os pais, deixarem os filhos com os avós ou com um vizinho. Este refere-se a um serviço de apoio informal pois as pessoas estão a auxiliar os pais sem nenhum retorno financeiro directo, mas se os pais deixarem a criança num centro ou numa ama tendo que pagar, este deixa de ser um serviço de apoio informal, apesar de ser um serviço de ajuda, pois existe um pagamento dos cuidados prestados. Este facto ajuda, neste exemplo, os pais pois para além de talvez se sentirem mais seguros ao deixarem os filhos com alguém conhecido, também faz com que os pais não tenham que ficar em casa a tomar conta dos filhos e possam trabalhar.

Depois deste exemplo, e já que este trabalho debruça-se sobre o estudo de pessoas idosas, podemos pegar neste aspecto e ver até que ponto é que a segurança informal, pode ter ou não um papel importante na vida destas pessoas.

Segundo, num recente estudo realizado pelo ISCTE sobre o papel destes cuidadores informais perante os idosos, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), procurou-se demonstrar a problemática existente por detrás do envelhecimento demográfico, uma vez que este grupo etário tem ganho cada vez mais atenção, tornando-se num dos assuntos centrais das agendas políticas de vários países, onde Portugal não é excepção.

De facto, estes cuidados informais tem tido um crescente papel nas sociedades, uma vez que em conjunto com as ajudas públicas já fornecidas, poderão tornar-se numa resposta mais eficaz para os problemas sociais, onde o sector público sozinho não conseguiria garantir a sustentabilidade nem uma total eficácia perante estes problemas.

Assim, no estudo realizado pelo ISCTE, foram inquiridas algumas das pessoas que prestam cuidados voluntários na SCML de forma a conseguirem perceber quem são estas pessoas que abdicam do seu tempo para ajudar as outras. Apurando que, na maioria dos casos são mulheres, estas mulheres, normalmente, possuem um laço de parentesco com o idoso, contudo não quer dizer que estas pessoas não possam ter outros graus de parentesco, pois se olharmos para o seguinte gráfico nº10 poderemos ver que para além de pessoas da família, temos uma grande percentagem de pessoas que são cuidadores informais e que apenas são amigos ou vizinhos do idoso.⁴⁸



Fonte: Cuidadores Informais de Idosos: Cidade Solidária, Janeiro 2008

Ao serem questionadas sobre a sua idade, e segundo o seguinte gráfico, podemos verificar que são muito poucos os jovens que se dedicam a esta função, com uma pequena percentagem para os cuidadores com menos de 39 anos, ou seja, quem cuida destas pessoas idosas são na sua maioria outras pessoas idosas, onde têm grande expressão o esposo/esposa que ao verem-se sozinhos em casa com uma pessoa



Fonte: Cuidadores Informais de Idosos: Cidade Solidária, Janeiro 2008

⁴⁸ ROMÃO, Ana e PEREIRA, Andreia (2008), Cuidadores Informais de Idosos

que não conseguem cuidar dirigem-se a estas instituições onde são ajudadas e podem continuar a ajudar o companheiro⁴⁹.

Se pensarmos que em média estes cuidados têm uma duração entre 1 a 5 anos (43.8%) e as pessoas terem dito que aceitaram este papel devido à situação em si, não querendo colocar de fora a parte da solidariedade, a verdade é que passado algum tempo, as pessoas começam a ficar ressentidas, pois para além do desgaste físico, também vai afectando a parte psicológica, devido à diminuição de tempo para lazer ou para as suas ocupações. Como resultado desta situação quando for perguntado a estes cuidadores qual o sentimento que tinham em relação ao serviço prestado, foram tidas como respostas que sentiam: solidão (36.7%), depressão (53.3%), fadiga (66.7%), irritabilidade/ansiedade (67.3%) e tristeza (70.6), (ver gráfico nº12)⁵⁰.



Fonte: Cuidadores Informais de Idosos: Cidade Solidária, Janeiro 2008

Como resultado destes sentimentos em relação à sua função, grande parte dos cuidadores, afirmou ter dúvidas se continuaria a prestar estes cuidados sendo que se o fizesse estaria a colocar a sua própria saúde em risco. Ora aqui, encontramos o cerne deste ponto, pois podemos apercebermo-nos, com este estudo, que apesar de as pessoas considerarem a solidariedade uma coisa muito importante, sentiam que estas situações para além de lhes comprometer a vida pessoal e profissional, quando é o caso, também comprometia o estado psicológico da pessoa, fazendo com que cada vez menos as pessoas se disponibilizem para ajudar os outros. Esta situação traz consequências para a Segurança Social, pois se as pessoas deixarem de querer serem cuidadoras informais, a Segurança Social como coordenadora das instituições de apoio social, terá que ter cada vez mais instituições e pagar a mais pessoas para cuidarem destas pessoas, o que implicará mais gastos.

Como síntese deste ponto podemos dizer que a Segurança Social informal, representa aquelas pessoas que prestam cuidados a outras pessoas, numa base informal, ou seja, sem serem remuneradas, estas pessoas normalmente estão ligadas à(s) pessoa(s) a quem prestam auxílio, quer seja através de laços familiares ou meramente de afeição. Contudo, o que se

⁴⁹ Idem

⁵⁰ ROMÃO, Ana e PEREIRA, Andreia (2008), Cuidadores Informais de Idosos

prevê é que cada vez mais as pessoas deixem de prestar cuidar informais a outras pessoas, tendo em conta a sua própria vida, sobrecarregando a Segurança Social com mais cuidados, que se traduzem num aumento da despesa da social.

4.3. Soluções face à crise financeira da Segurança Social

4.3.1 Sistema de pensões/ Pensões sustentáveis

No que se refere ao sistema de pensões em Portugal, existem três regimes, o regime geral obrigatório para todas as pessoas que trabalhem por conta de outrem ou por conta própria; o regime especial para funcionários públicos, polícia, militares, etc., e o regime voluntário para aqueles que estão a residir em Portugal e não estão cobertos pelo sistema nacional de pensões, assim como para aqueles que tem nacionalidade e estão a viver no estrangeiro e que se querem inscrever no regime português.

O regime de contribuições da Segurança Social cobre os riscos de maternidade, doença, doença profissional, desemprego, invalidez, sobrevivência e velhice, sendo que as prestações familiares são concedidas sob a condição de residir em Portugal. As contribuições não têm limite máximo de contribuição, sendo aplicada uma taxa de 34.75% sob a remuneração, deste valor 11% são pagos pelo trabalhador e 23.75% pelo empregador. No que se refere à aplicação dos 34.75%, 16.01% são destinados para as pensões de velhice, 3.42% para as pensões de invalidez e 3.67% para as pensões de sobrevivência. No que se refere às pessoas que trabalham por conta própria, é aplicada uma taxa de 25.4% da remuneração auferida, sendo que a pessoa fica coberta por todos os riscos anteriormente referidos menos pelo desemprego, no regime voluntário a taxa é de 32% e cobre apenas o risco de doença.

Para se ter direito a uma pensão de velhice, é necessário que os beneficiários tenham 65 anos ou mais e tenham completado uma carreira contributiva de pelo menos 15 anos, com um mínimo de registo de remunerações de 120 dias por ano para a Segurança Social

Antigamente, uma pensão era calculada com base no rendimento médio dos melhores dez anos, dentro dos últimos 15, contudo, a partir de 2002 passou a ser contabilizada toda a carreira contributiva.

No que se refere ao regime das pensões de velhice, existe o regime contributivo, onde as pessoas trabalham e descontam para a S.S. a fim de posteriormente poderem usufruírem de benefícios, também existe, o regime não contributivo, financiado através de impostos, que assegura prestações pecuniárias, para aquelas pessoas que tem mais de 65 anos e não possuem

outras fontes de rendimento. Assim, as pessoas com rendimentos abaixo dos 30% do salário mínimo nacional, se for sozinha, ou 50% se for um casal, tem direito a usufruir de uma pensão social, apesar de não terem contribuído o necessário para o sistema da segurança social. Para além da pensão social, foi ainda criado o Complemento Solidário para Idosos, referido anteriormente, com vista a reduzir a pobreza entre a população mais idosa⁵¹.

No que se refere à sustentabilidade destas pensões, o Relatório de Síntese sobre Pensões Adequadas e Sustentáveis, realizado em 2006, referiu a evidente necessidade de se incluir nas estratégias de reforma, objectivos fulcrais como a modernização, a adequação e a sustentabilidade do sistema. As mudanças nas pensões são baseadas no ciclo de vida das pessoas, tendo em conta a interacção existente entre as suas contribuições e prestações, a gestão do aumento da esperança média de vida, as estratégias de envelhecimento activo que visam fazer com que as pessoas trabalhem durante mais anos, restringindo o acesso a reformas antecipadas e promovendo o prolongamento da vida activa.

Para além da modernização que engloba esta tomada de medidas para conseguir-se acompanhar as alterações latentes, é necessário que haja reconhecimento da importância de conciliar a adequação com a sustentabilidade do sistema, isto porque se tivermos pensões inadequadas estas poderão conduzir a situações de pobreza de vários reformados, devido à pensão ser insuficiente para manter um nível mínimo de qualidade de vida, por outro lado, se tivermos pensões insustentáveis não haverá como mantê-las, colocando em risco a sua existência⁵².

As pensões, em 2004, representavam cerca de 11.1% do Produto Interno Bruto, em Portugal, contudo segundo o Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento, prevê-se que, se se mantiver o mesmo nível de evolução, a despesa pública com as pensões passara de 11.1% do PIB, para os 23.8% entre 2004 até 2050, sendo que este aumento também será acompanhado de um aumento nas despesas relacionadas com a idade, aumentando de 23.8% para os 34.4%, nesse mesmo período.⁵³ Isto para demonstrar que o número de população a auferir de pensões tem aumentado de ano para ano, sendo este aumento acompanhado de custos cada vez mais

⁵¹ MTSS (2006), Relatório de Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, 2006-2008, uma nova estratégia integrada de políticas sociais.

⁵² Relatório conjunto sobre Protecção social e Inclusão Social 2007

⁵³ MTSS (2006), Relatório de Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, 2006-2008, uma nova estratégia integrada de políticas sociais.

acrescidos para o país, sendo necessário tomar medidas não só eficazes mas ao mesmo tempo sustentáveis para se conseguir que esta situação não se torne intolerável.

4.3.2 Planos complementares

Os planos complementares são, sem dúvida, uma das soluções propostas pelo Estado para combater a crise, ajudando a diminuir a despesa da Segurança Social, ao mesmo tempo que dá asas ao beneficiário de colmatar a sua pensão da forma que mais lhe agrade.

A nova lei de bases da Segurança Social, lei de bases de 2007, para além de esclarecer algumas dúvidas, que ficaram um pouco pendentes com a lei de bases de 2002 da S.S., sobre este assunto, vem essencialmente melhorar as condições de obtenção de direitos de pensões complementares, assumindo que as soluções individuais podem assumir diversas formas, incluindo a subscrição de apólices de seguros de vida, a participação voluntária em fundos de pensões ou ainda através de investimentos⁵⁴.

Considerando, ainda, a entrevista do Dr. Carlos Silva, anteriormente referida, o autor refere que na sua opinião, o regime actual deveria de ser fechado aos novos activos que entrassem no mercado de trabalho, para passarem a utilizar um regime tripartido. Este regime dividir-se-ia numa pensão de base pública que poderia atingir até os 60% da pensão, uma pensão complementar profissional obrigatória que poderia ir dos 10% aos 15% e uma pensão individual, com fiscalidade estável, que lhes permitisse adquirir entre os 5% e os 10% da pensão final.

Para as gerações que tivessem menos de 55 anos e mais de 10 de contribuições manter-se-ia o regime actual, usufruindo de uma pensão máxima de 80% resultante da média dos salários de toda a carreira contributiva, mas também passaria a ser obrigatório a criação de um regime complementar de forma a complementar a pensão base, havendo um limite de X salários mínimos.

Todas estas soluções procuram no fundo atingir o mesmo objectivo que é diminuir os custos acrescidos que a Segurança Social, tem tido ao longo dos anos, procurando que este aumento não seja tão doloroso, de forma a conseguir-se sustentar os sistema.

⁵⁴ MTSS (2006), Relatório de Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, 2006-2008, uma nova estratégia integrada de políticas sociais.

4.3.3 Prolongamento da vida activa e reformas antecipadas

A diminuição da natalidade e o aumento da população idosa são uma vez mais aqui referidos como núcleo central de uma problemática. Na realidade, ao deparamo-nos com um número de jovens cada vez mais diminuto, jovens esses que seriam necessários para o mercado de trabalho e para contribuírem para o sistema da S.S., ajudando a contrabalançar com o crescente número de população idosa que se reforma. Contudo, hoje em dia, o grande número de população activa situa-se numa idade mais avançada, fazendo com que cada ano que passe mais pessoas fiquem em idade de se reformarem e deixem de trabalhar. Ora o que acontece é que se temos poucos jovens e se formos ficando sem a população activa que temos, não teremos quem contribua para os reformados, daí que seja necessário fazer algo que impeça esta situação. Assim, foi necessário tomar medidas para que se conseguisse sustentar este problema, uma das soluções foi sem dúvida incentivar as pessoas, que estão em idade de se reformar, a trabalharem mais tempo, assim como criar entraves àquelas pessoas que pretendem reformar-se mais cedo.

Para além de tudo aquilo que foi dito inicialmente, neste trabalho, no que se refere à explicação do conceito de reforma antecipada, assim como outras noções relacionadas, irá ser referido novamente este assunto para que possamos compreender as alterações que foram desenvolvidas assim como a sua importância.

Se, actualmente, todos os trabalhadores do sector privado se podem reformar aos 65 anos se tiverem contribuído pelo menos 15 anos para o sistema, tal como acontecia anteriormente, o que não acontece como dantes são as condições de acesso às reformas antecipadas que tem vindo a ser restringidas. De facto, no regime geral, a possibilidade das pessoas requererem a reforma antecipada aos 55 anos foi simplesmente suspensa, assim como a possibilidade de uma reforma antecipada aos 58 anos para os desempregados de longa duração foi eliminada. Actualmente, só é permitido requerer a pensão de reforma antecipada, se o beneficiário tiver pelo menos 55 anos e registados pelo menos 30 anos de contribuições civis, sendo aplicado uma taxa de redução de 4.5% por cada ano de antecipação, ou, pode ainda pedir a reforma aos 60 anos se tiver efectuado 20 civis de contribuições, não sendo aplicada quaisquer reduções.

Contudo se o objectivo é para as pessoas trabalhem mais tempo, é necessário criar medidas de encorajamento de forma a incentivar a população a aderir a esta acção, e foi o que aconteceu, assim para aquelas pessoas que quiserem adiar a sua reforma até aos 70 anos, e já

tenham contribuído pelo menos durante 40 anos, beneficiam de um aumento de 10%, na pensão, por cada de adiantamento. Para além disto ainda existe a possibilidade de combinar o trabalho a tempo parcial com uma pensão também ela parcial, de forma a incentivar o emprego aquelas pessoas com mais dificuldades⁵⁵.

Ainda dentro deste ponto sobre o prolongamento da vida activa, há que se ter em atenção outros aspectos, como criar novas oportunidades de empregos para estas pessoas mais idosas, dar a possibilidade de actualizarem as suas competências através de formações, prestar apoio a estas pessoas no que se refere à troca de informação para se poderem manter a par das alterações que vão sendo implementadas, entre outros, tudo isto pode incentivar as pessoas a quererem trabalhar durante mais tempo, fazendo com que se sintam valorizadas, assim como as instituições ao sentirem que tem pessoas devidamente formadas para trabalhar, não terão tanto a tendência para discriminar estas pessoas.

Um aspecto que, ainda, não foi referido, foi se o tipo de trabalho que as pessoas desempenham e a idade com que começaram a trabalhar, tem ou não um grande peso na escolha de quererem trabalhar durante mais anos. Sobre este problema, pensa-se que a resposta poderá ser afirmativa, uma vez que, uma pessoa que começa a trabalhar mais cedo, quando chega a idade de reformar, dependendo do trabalho exercido, pode não querer trabalhar mais devido à saturação física e psicológica. Contudo, poderíamos referir aqueles casos em que as pessoas mesmo não podendo, continuam a trabalhar por necessidade financeira, mas é um caso completamente distinto. Há ainda, que ter em atenção os vários tipos de empregos, onde são usados diferentes tipos de esforço físico e psicológico, daí que se tenha que ter em atenção, que poderão existir diferentes necessidades, difíceis de ser objecto de medidas públicas.

Em última análise, podemos dizer que é necessário tomar medidas que promovam/mantenham a empregabilidade destas pessoas, não só porque fazem falta para o mercado de trabalho e consequentemente para o sistema da Segurança Social, mas principalmente porque há que ter em atenção que todas as pessoas iguais devem ter direitos iguais, independentemente do sexo, da religião, do estatuto social ou da idade que possuem.

⁵⁵ MTSS (2006), Relatório de Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, 2006-2008, uma nova estratégia integrada de políticas sociais.

4.3.4 Medidas de combate à crise financeira da Segurança Social

Como tem sido referido, o envelhecimento da população é um dos conceitos-chave, deste trabalho, estando por detrás das preocupações referentes à sustentabilidade do sistema, a longo prazo. Assim, perante os problemas encontrados foram estabelecidos objectivos no Programa do Governo:

- “Entre 2006 e 2015 espera-se que haja uma convergência do regime dos funcionários públicos com o regime geral no que diz respeito ao número de anos de serviço, assim como a idade de reforma, ou seja, um aumento de 6 meses por cada ano até atingir os 65 anos;
- Constante alteração da fórmula de cálculo para os funcionários públicos inscritos até 1993, de forma a convergir com a fórmula de cálculos para os funcionários públicos admitidos após 1993 e regime geral, onde passou a contar toda a carreira contributiva;
- Revisão dos regimes especiais de aposentação, tendo em vista a sua convergência com o regime geral de aposentação;
- Realização de estudos para verificação da viabilidade de integração de outros regimes especiais no regime geral de segurança social;
- A partir de 2006, os novos funcionários públicos, passaram a ser introduzidos no regime geral da segurança social;
- A idade efectiva de reforma passara a ser em função da evolução da esperança média de vida, de forma a permitir a sustentabilidade do sistema;
- Introdução de incentivos para favorecer a permanência dos mais idosos no mercado de trabalho, criando também alterações no acesso das pensões de velhice antecipadas;
- Estabelecimento de uma nova fórmula de cálculo das pensões para o regime geral, com especial incidência no trabalhadores independentes;
- Introdução de um limite máximo para as pensões a pagar pelo sistema público;
- Atribuição de uma prestação extraordinária, ainda a definir, que vise garantir um rendimento mínimo de 300€ mensais por idoso;
- Criação de estudos aprofundados sobre a viabilidade destas medidas sob o vértice da sustentabilidade financeira do Sistema de Segurança Social”⁵⁶.

⁵⁶ Relatório Nacional de Estratégia: Pensões Seguras e Sustentáveis; Portugal 2005

Para além das medidas mencionadas anteriormente, não nos podemos esquecer das medidas definidas em conjunto com os outros países da União Europeia, nomeadamente, a promoção do desenvolvimento económico através da diminuição da exclusão social, da formação continua, das ajudas económicas para criação de novas empresas, incentivar as pessoas a trabalhar durante mais anos; a utilização de planos poupança reforma, entre outros. Espera-se que todas estas medidas depois de aplicadas consigam assim trazer um maior alívio financeiro para o sistema de Segurança Social, e consequentemente uma melhoria de vida para a população.

4.3.5 Acções desenvolvidas pelos Estados-Membros da União Europeia

Se em Portugal se vive numa época em que o aumento da população idosa tem causado situações de crise, também é verdade que esta não é uma situação isolada, e que em todo o mundo se tem assistido a dificuldades devido ao aglomerado número de população envelhecida e à diminuição da natalidade, facto este que já se antevia desde há muito tempo, mas que só agora começou a ter expressão.

Mas se por um lado temos que reconhecer que o aumento da esperança de vida se deve, entre outros, à excepcional melhoria da qualidade de vida e à constante inovação tecnológica, também temos que considerar que este fenómeno não foi acompanhado das medidas que deveria. De facto, actualmente, tem-se tomado cada vez mais consciência que é preciso fazer algo, que é preciso tomar medidas senão para além de termos um planeta extremamente envelhecido também teremos problemas em como amparar estas pessoas que já deram o seu contributo e que agora merecem a sua recompensa, nomeadamente, a sua pensão de velhice.

Assim, em 2007 os Estados Membros da União Europeia reuniram-se, pela primeira vez, para apresentar relatórios nacionais integrados sobre os temas mais preocupantes do momento, sendo eles a inclusão social, as pensões, os cuidados de saúde e os cuidados de longa duração. Se olharmos com atenção para as situações em causa, facilmente perceberemos que todos estes trâmites são consequência de dois factores: o envelhecimento e a globalização⁵⁷.

No que se refere ao envelhecimento e à globalização, ambos são problemas que afectam não só uma região ou um país mas todo o mundo, pois em qualquer parte do mundo

⁵⁷ Relatório conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social 2007

temos cada vez mais populações envelhecidas e que vivem em constante interacção, através desse grande agente que é a globalização.

No que se refere à **inclusão social**, este problema surge-nos devido à exclusão social que várias pessoas são alvo, sendo discriminadas pelos mais diversos motivos, como por exemplo, as pessoas idosas que são, por vezes, colocadas de parte como se nenhum valor tivessem, somente pelo factor de idade. Assim, a inclusão social visa dar respostas aos problemas das pessoas procurando integra-las, não só na vida social mas também na vida profissional, de forma a apoiar o papel activo de cada indivíduo na sociedade.

Alguns países dos Estados-Membros defendem como solução, para a exclusão social, a integração destas pessoas no mercado de trabalho, procurando acompanhar as tendências de procura, de forma a conseguirem dotar as pessoas que podem trabalhar com competências que satisfaçam as necessidades dos mercados. No caso das pessoas que por algum motivo são incapacitadas de trabalhar podem contar com a ajuda dos serviços sociais, de forma a evitar situações de risco. Apesar de esta solução ser um passo para a melhoria de vida em sociedade, não irá reduzir automaticamente as disparidades de rendimento nem os níveis de pobreza, continuando a ser necessário assegurar que todos tenham acesso a bens primários, havendo ainda muito que fazer.

No que se refere à **saúde**, a saúde tem sido cada vez mais vista como um reflexo da melhoria da qualidade de vida das populações, resultante de melhores cuidados médicos, uma medicina mais avançada, mais higiene, melhor alimentação, mais informação, entre outros, fazendo com que a saúde das pessoas fosse melhorando e por conseguinte aumentasse a esperança média de vida.

Mas, como é sabido com o passar dos anos a saúde das pessoas mais idosas vai-se tornando mais frágil, necessitando de cuidados médicos mais frequentes e de longa duração. Esta realidade que nos parece tão simples não o é, pois existem muitas pessoas que não possuem meios financeiros para poderem assegurar a sua sanidade, que engloba dos mais variados aspectos desde o pagamento de consultas, tratamentos, a aquisição de medicamentos, o acesso a transportes para se deslocar a um centro medico, entre outros. Perante esta situação os Estados-Membros analisaram o âmbito da saúde, afim de perceberem quais as lacunas que existiam e assim definirem novas medidas, medidas essas que visam “garantir igualdade de acesso para todos; reduzir as desigualdades em termos de resultados na saúde; garantir

cuidados seguros e de alta qualidade; gerir a introdução de novas tecnologias ao serviço da saúde e da autonomia de vida”.⁵⁸

Apesar de se ter noção das necessidades que existem na saúde sabe-se que actualmente se vive numa fase de recessão económica por todo o mundo, o que dificulta um pouco a adopção das medidas de melhoria na saúde, daí que a utilização racional dos recursos existentes seja um passo importante para viabilizar uma correcta utilização dos sistemas de cuidados de saúde, procurando aumentar a qualidade dos serviços, de forma a abranger toda a população, mas sem gastar capital desnecessário. Se as pessoas tiverem acesso a serviços de saúde afim de poderem ser mais saudáveis, isto poderá tornar-se num ponto chave, pois se as pessoas estiverem bem poderão trabalhar, aumentando a produtividade, e por consequente criarem uma melhoria financeira, o que conduzirá a uma diminuição nas despesas do Estado pois as pessoas tornar-se-ão auto-subsistentes.

Deste modo, as alterações no funcionamento dos serviços são consideradas como sendo um ponto fulcral, fazendo surgir cada vez mais iniciativas, que mostram à população que ser saudável depende em grande parte do contributo da própria pessoa, havendo divulgações para que as pessoas façam uso de uma vida saudável e da prevenção na saúde, contribuindo para uma melhoria conjunta na saúde.

No que se prende aos **cuidados de longa duração** estes são o continuar dos problemas na saúde, anteriormente referidos, estes cuidados destinam-se sobretudo ao grande aglomerado de população idosa que vem crescendo de ano para ano, e que se debate com sistemas de saúde que não estão preparados para enfrentar estas situações. Um outro problema que continua, aqui, a persistir é a desigualdade de assistência aos cuidados de saúde, ou seja, as ofertas de cuidados abrangem de forma desigual as várias regiões geográficas, não só devido a sua localização geográfica mas também devido a características institucionais, factor este que faz com que muitas populações estejam desprotegidas de serviços de saúde.

Para tentar resolver este problema os Estados-Membros consideraram importante não só aplicar uma melhoria nos serviços de saúde, mas também nos serviços sociais para que as pessoas que não tenham posses financeiras ou até mesmo humanitárias possam ter a quem recorrer para serem ajudadas. Para além disto pensou-se num outro facto muito importante que é a prestação de apoio ao domicílio para aquelas pessoas que não podem estar constantemente a deslocar-se a uma unidade de saúde e por último uma nova medida foi o

⁵⁸ Relatório conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social 2007

aproveitamento das novas tecnologias, como por exemplo as linhas telefónicas de apoio à saúde que facilitam um diagnóstico razoável evitando idas a serviços de saúde muitas vezes desnecessárias.

No que se refere às **pensões**, é onde reside um dos maiores problemas, pois para além de haver a preocupação de adaptar as pensões ao aumento da esperança de vida, existe um paradigma entre proporcionar um sistema de pensões adequadas, de forma a acautelar situações de precariedade, e a sustentabilidade desse mesmo sistema. Contudo, se há mais pessoas a receber prestações pecuniárias também deveria de haver mais pessoas a trabalhar e durante mais tempo, de forma a poder equilibrar o sistema financeiro da segurança social, o que não acontece, na verdade o que existe é cada vez menos jovens, menos pessoas a trabalhar e a segurança social a ver a sua estrutura financeira a entrar em crise.

Não querendo questionar a necessidade das medidas anteriores, há que ter em atenção que as alterações nos serviços sociais, na saúde, nos cuidados de longa duração e nas pensões, acarretaram um aumento das despesas, colocando a sustentabilidade das finanças públicas, ainda mais, em perigo. Perante esta problemática, de crise financeira, os Estados-Membros consideraram que a única solução seria abordar o problema de três formas: reduzir a dívida pública, aumentar o emprego e reformar o sistema de pensões. A alteração do sistema de pensões, que por si só já introduzem uma grande mudança, pois ao reduzir o acesso a reformas antecipadas e ao desenvolver incentivos para as pessoas prolongarem a vida activa, fará com que para além de as pessoas não receberem a pensão tão cedo, ainda farão descontos civis por um maior período, o que ajudará a equilibrar o sistema financeiro.

Apesar de ser muito importante fazer uma contenção dos custos, o principal desafio será permitir que toda a população usufrua de uma medicina mais rápida, procurando evitar as longas demoras em listas de espera e uma maior equidade para que todas as pessoas possam ser tratadas consoante a sua patologia e não consoante a sua entidade. Para além da contenção nas despesas, impondo limites de gastos, a participação activa dos utentes, assim como a utilização de medicamentos genéricos, os Estados-Membros tem vindo a defender a ideia da separação entre o financiador e o prestador de serviços, de forma a promover a concorrência e alargar o leque de escolhas. Apesar se procurar racionalizar os custos, reestruturando o sistema de saúde, foram postos de lado alguns interesses das pessoas, procurando dinamizar a eficácia são postos de lado alguns interesses humanitários.

5. ANÁLISE DEMOGRÁFICA

O presente ponto pretende abordar, de uma forma um pouco mais aprofundada, a situação demográfica em Portugal, pois apesar do breve resumo sobre a problemática do envelhecimento da população, anteriormente mencionado, considerou-se ser importante fazer uma análise que englobasse outras vertentes associadas à demografia, para que deste modo fosse mais fácil compreender os motivos que estão por detrás dos sucessos e problemas que a demografia actual enfrenta.

5.1 Evolução demográfica em Portugal

Como fora referido anteriormente, a diminuição da natalidade é um fenómeno que se tem verificado em vários países não sendo Portugal excepção, contudo ao contrário do que se poderia esperar não houve uma diminuição da evolução da população portuguesa mas sim um ligeiro aumento, ao longo dos anos, devido à imigração.

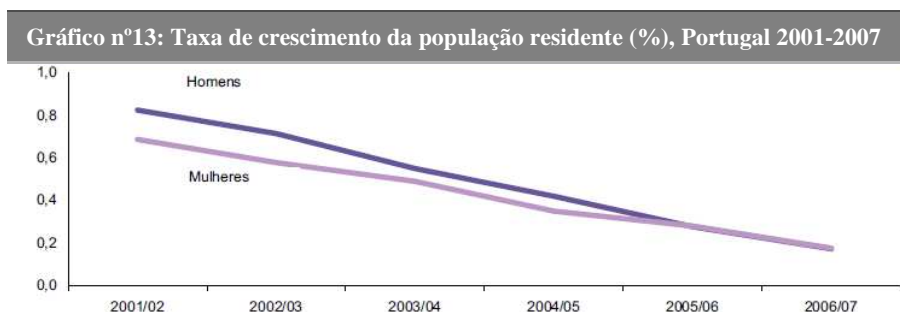
Se voltarmos a pegar no quadro nº 5, verificamos a veracidade daquilo que fora dito anteriormente, de facto a população residente em Portugal continua a crescer de ano para ano, apesar deste crescimento ser muito baixo, passando de 10 293,0 milhares de pessoas residentes em 2001 para 10 608,3 milhares em 2007. Mas se em 2007 temos um crescimento natural negativo de -0,01 e continuamos a ter um crescimento efectivo positivo de 0,17, podemos constatar que este crescimento advém do saldo migratório positivo de 0,18%, que apesar de também ter vindo a diminuir tem contribuído para que a população residente em Portugal continue a crescer⁵⁹

Em 2007, o saldo migratório rondava os 19 500 imigrantes residentes em Portugal, com 46 300 entradas e 26 800 saídas, valor inferior ao do ano anterior, devido aos fluxos de saída terem aumentado e os de entrada terem diminuído. Durante os últimos anos, tem se verificado que a maior expressão de imigrantes são oriundos de países como o Brasil, China, Cabo Verde e Europa de Leste.

No que se refere à taxa de crescimento da população residente em Portugal, podemos observar no seguinte gráfico, que vai desde 2001 até 2007, a taxa de crescimento da população residente tem vindo a diminuir à medida que os anos vão passando. Este acontecimento faz com que a população continue a crescer pois apresenta sempre uma taxa de

⁵⁹ CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

crescimento positiva, só que o facto de a taxa de crescimento ser cada vez menor traduz-se numa população residente também ela cada vez menor.



Fonte: CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal ”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

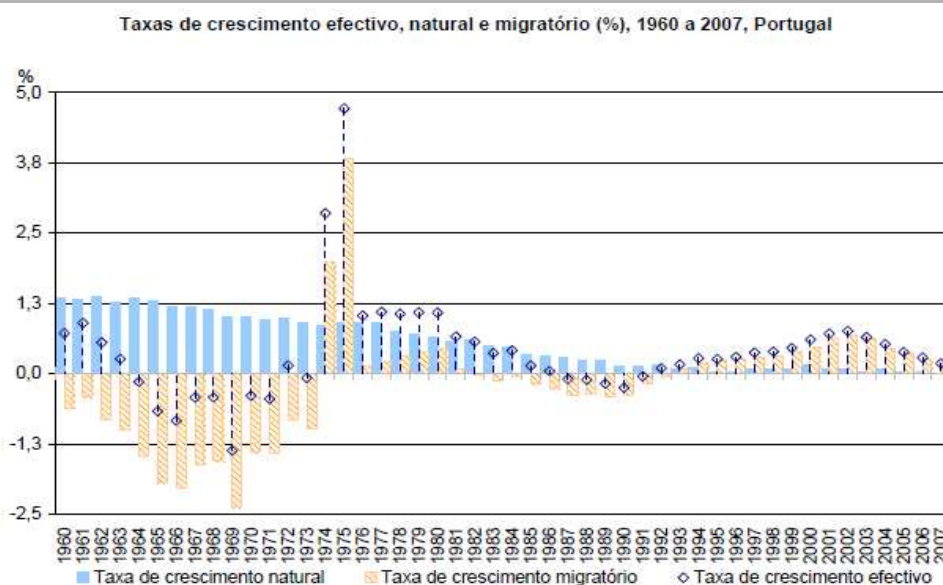
Entre 2001 e 2003 a taxa de crescimento da população residente dos homens era muito superior à das mulheres, isto porque corresponde a um período mais intenso de entrada de imigrantes, e como se sabe a maioria dos imigrantes são homens que vem à procura de trabalho, enquanto que as mulheres imigram muito pouco sozinhas, imigrando mais quando acompanhadas pelo marido e família. Ora o que se sucede, é que apesar de termos tido, inicialmente, um maior volume de população masculina residente em Portugal, com o passar dos anos foi-se verificando uma diminuição na percentagem de ambos os grupos, passando a haver mais mulheres do que homens. Este facto deve-se não só à partida de muitos imigrantes, e à diminuição da natalidade, mas também devido à longevidade da mulher ser maior do que a do homem, vivendo durante mais tempo, resultando numa maior população feminina.

Depois de se ter observado o crescimento da população residente, em Portugal, iremos analisar o seguinte gráfico nº14, onde podemos verificar não só o crescimento efectivo, mas também o saldo natural e o saldo migratório, contudo antes disto é importante analisarmos os antecedentes populacionais de forma a proporcionar um conhecimento mais claro, sobre as alterações que conduziram à presente situação demográfica.

Desde a década de 60 até meados da década de 70, apesar da existência de taxas de crescimento natural positivas, os fluxos de migração negativos levaram a um declínio das taxas de crescimento da população residente. A partir dos anos 70 e até meados da década de 80, deu-se uma alteração em comparação com o antigo período, verificando a existência de saldos naturais e migratórios positivos (os valores de 1974 e 1975 estão associados ao retorno

de população proveniente das ex-colónias). Próximo da década de 80, tanto o saldo migratório como o saldo natural voltam a declinar, originando, de novo, perdas de população. Na década de noventa e inícios do século XXI o saldo natural continuou a decrescer, por sua vez, houve um aumento nos fluxos migratórios, contribuindo para o acréscimo continuado da população. O enfraquecimento do crescimento natural e a desaceleração do crescimento migratório nos últimos anos, resultam num abrandamento do crescimento efectivo da população desde 2002, mesmo assim deve-se aos fluxos migratórios positivos o crescimento efectivo positivo, uma vez que o saldo natural em 2007 se verificou negativo⁶⁰.

Gráfico nº14



Fonte: Estimativas de População Residente 2007: Destaque, 29 de Maio de 2008, INE

5.1.1. Estrutura da população residente por grupo etário e sexo

Sabe-se que a população portuguesa, em termos gerais, tem crescido a um ritmo cada vez mais lento. Contudo, tem-se verificado fortes alterações na estrutura etária da população portuguesa.

Ao observarmos o seguinte quadro, que vai desde o ano 2000 até ao ano 2006, podemos constatar as alterações que foram decorrendo, durante os vários anos, por grupos etários e sexo.

⁶⁰ Estimativas de População Residente 2007: Destaque, 29 de Maio de 2008, INE

Começando por analisar as alterações nos grupos de idades, verificamos em termos gerais que a população tem vindo a aumentar, facto já confirmado anteriormente. No que se refere ao grupo de jovens, dos 0 aos 14 anos, observamos que apesar de algumas oscilações tem vindo a declinar de ano para ano, abrangendo, em 2006, apenas cerca de 15.5% da população total. O oposto se passa com os outros grupos pois o grupo dos 15 aos 64 tem vindo a aumentar de ano para ano, reunindo à volta de 67.3% da população, e o grupo dos idosos, 65 anos ou mais, também tem vindo a aumentar de ano para ano comportando cerca de 17.3% da população, com grande relevância para o aumento do número de população em idades mais avançadas⁶¹.

Quadro nº6

Estrutura da população residente por sexo e grupo etário

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%
Total	10 256,7	100,0	10 329,3	100,0	10 407,5	100,0	10 474,7	100,0	10 529,3	100,0	10 569,6	100,0	10 599,1	100,0
0-14 anos	1 640,7	16,0	1 640,2	15,9	1 645,8	15,8	1 649,0	15,7	1 647,4	15,6	1 644,2	15,6	1 637,6	15,5
15-64 anos	6 938,7	67,7	6 980,6	67,6	7 026,2	67,5	7 064,3	67,4	7 091,3	67,3	7 115,3	67,3	7 132,8	67,3
65 e + anos	1 677,3	16,4	1 708,6	16,5	1 735,5	16,7	1 761,4	16,8	1 790,5	17,0	1 810,1	17,1	1 828,6	17,3
65-74 anos	982,6	9,6	991,9	9,6	1 002,0	9,6	1 010,3	9,6	1 018,6	9,7	1 016,3	9,6	1 008,2	9,5
75 e + anos	694,7	6,8	716,7	6,9	733,5	7,0	750,9	7,2	771,9	7,3	793,8	7,5	820,4	7,7
85 e + anos	150,2	1,5	151,9	1,5	152,4	1,5	150,4	1,4	155,4	1,5	162,9	1,5	171,7	1,6
Homens	4 950,7	100,0	4 988,9	100,0	5 030,2	100,0	5 066,3	100,0	5 094,3	100,0	5 115,7	100,0	5 129,9	100,0
0-14 anos	839,2	17,0	839,6	16,8	843,0	16,8	845,2	16,7	844,6	16,6	843,6	16,5	840,0	16,4
15-64 anos	3 410,3	68,9	3 435,0	68,9	3 461,9	68,8	3 484,5	68,8	3 500,8	68,7	3 515,1	68,7	3 526,2	68,7
65 e + anos	701,2	14,2	714,4	14,3	725,4	14,4	736,6	14,5	748,9	14,7	757,0	14,8	763,8	14,9
65-74 anos	436,5	8,8	441,2	8,8	446,1	8,9	450,7	8,9	455,1	8,9	454,7	8,9	450,7	8,8
75 e + anos	264,7	5,3	273,1	5,5	279,3	5,6	285,9	5,6	293,8	5,8	302,3	5,9	313,0	6,1
85 e + anos	47,4	1,0	48,1	1,0	48,5	1,0	48,1	1,0	50,0	1,0	52,6	1,0	56,0	1,1
Mulheres	5 306,0	100,0	5 340,4	100,0	5 377,2	100,0	5 408,4	100,0	5 434,9	100,0	5 453,9	100,0	5 469,2	100,0
0-14 anos	801,5	15,1	800,6	15,0	802,8	14,9	803,8	14,9	802,8	14,8	800,6	14,7	797,6	14,6
15-64 anos	3 528,4	66,5	3 545,6	66,4	3 564,3	66,3	3 579,8	66,2	3 590,5	66,1	3 600,1	66,0	3 606,7	65,9
65 e + anos	976,1	18,4	994,2	18,6	1 010,1	18,8	1 024,8	18,9	1 041,6	19,2	1 053,1	19,3	1 064,9	19,5
65-74 anos	546,1	10,3	550,7	10,3	555,8	10,3	559,8	10,4	563,5	10,4	561,7	10,3	557,5	10,2
75 e + anos	429,9	8,1	443,5	8,3	454,3	8,4	465,0	8,6	478,1	8,8	491,4	9,0	507,4	9,3
85 e + anos	102,7	1,9	103,8	1,9	104,0	1,9	102,2	1,9	105,4	1,9	110,3	2,0	115,7	2,1

Fonte: INE - Estimativas da População Residente

Fonte: Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE

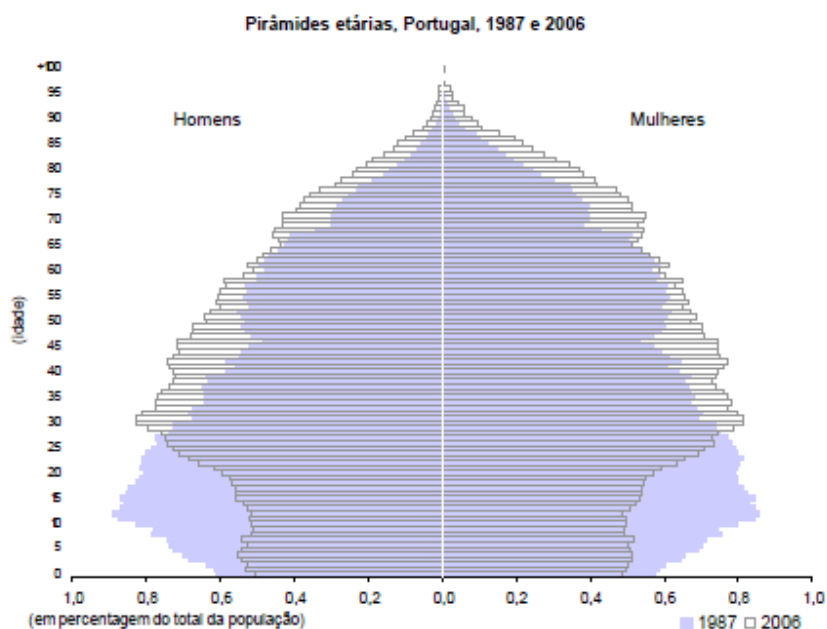
No que se refere às diferenças por sexo, verificamos que no período de 2000 a 2006, nasceram mais homens do que mulheres, daí o grupo etário dos 0 aos 14 anos ter maior número de população masculina do que feminina, contudo ao verificarmos os totais apuramos que existem mais mulheres, isto devido à sua maior longevidade, que será abordado mais a frente.

⁶¹ Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE

5.1.2. Pirâmide etária da população residente em Portugal

Ao analisarmos a pirâmide etária da população portuguesa, durante os últimos 20 anos, denota-se que o continuo decréscimo da natalidade e da mortalidade têm provocado profundas alterações na estrutura etária da população, verificando-se um estreitamento na base da pirâmide, devido à diminuição da natalidade e consequentemente a diminuição de jovens que passou de 22% em 1987 para 15% em 2006, e simultaneamente, um alargamento do topo da pirâmide, resultante do aumento da população idosa, com 65 anos ou mais, que em passou dos 13% em 1987 para 17% em 2006.

Gráfico nº15



Fonte: Dia Mundial da População – 11 de Julho de 2007: Destaque, 09 de Julho de 2007, INE

O aumento da população idosa teve grande impacto na alteração da estrutura etária, sendo que entre 1987 e 2006 duplicou o valor da população com 80 ou mais anos de idade, passando de 2% em 1987 para 4% em 2006.

Apesar de a população activa também ter aumentado, em termos percentuais, passando de 65% em 1987 para 67% em 2006, este aumento da população activa concentra-se na população em idade mais avançada entre os 40 e os 64 anos, onde a proporção de população

passou dos 28% para os 32%, durante o período em questão, contudo a população activa entre os 15 e os 39 anos teve uma diminuição, passando dos 37% para os 35%.⁶²

5.1.3. Análise demográfica segundo NUTS II

Depois da abordagem sobre a evolução da população residente em Portugal, verificou-se que em Portugal sempre existiu um saldo natural positivo, apesar de muito baixo nas últimas décadas, até 2007 em que o saldo natural foi negativo, ou seja, o número de nascimentos foi inferior ao número de mortes, por sua vez a população portuguesa tem continuado a crescer graças à imigração que também se tem tornado muito diminuta.

Assim, após se ter observado o retrato geral da situação demográfica em Portugal, iremos estudar as suas regiões, por NUTS II, de forma a conseguirmos perceber as transformações demográficas em cada uma destas regiões.

As regiões que compõem a NUTS II, são elas a região do Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, podendo-se, ainda, incluir as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Começando por tentar perceber o peso de cada uma destas regiões em termos populacionais, em 2007, as regiões que possuíam mais peso populacional em Portugal eram a região do Norte com 35%, a região de Lisboa com 34 % e a região do Centro com 17.2 %, estas três regiões englobavam 86.5% do total da população portuguesa. Enquanto que as regiões do Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas em conjunto não atingiam milhão e meio de habitantes⁶³.

No que se refere, as taxas de crescimento da população por NUTS II, ao analisarmos o período entre 2002 e 2007, segundo o quadro nº7, verificamos que registou-se um crescimento populacional positivo na maior parte das regiões, com excepção da região do Centro que apresentava um crescimento nulo e do Alentejo com um crescimento negativo.

Na região do Norte tem-se verificado, ao longo dos anos, taxas de crescimento efectivo sempre positivas, contudo tem-se assistido a um contínuo declínio de população, não só devido à diminuição do crescimento natural mas também migratório.

A região do Centro, apesar de possuir taxas de crescimento natural negativas entre 2002 e 2007, sempre apresentou um crescimento efectivo positivo, com excepção de 2007 em que o

⁶² Dia Mundial da População – 11 de Julho de 2007: Destaque, 09 de Julho de 2007, INE

⁶³ CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

crescimento da população foi pela primeira vez nulo, isto porque, apesar de positivo, o crescimento migratório não foi suficiente para compensar o crescimento natural negativo.

Quadro nº7

Taxas de crescimento efectivo, natural e migratório (%), 2002 a 2007, Portugal e NUTSII

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Taxa de crescimento efectivo (%)								
2002	0,75	0,66	0,64	1,03	0,19	1,88	0,50	0,38
2003	0,64	0,54	0,51	0,94	-0,06	1,74	0,53	0,72
2004	0,52	0,42	0,42	0,74	0,02	1,49	0,49	0,52
2005	0,38	0,29	0,26	0,63	-0,20	1,28	0,46	0,37
2006	0,28	0,18	0,14	0,54	-0,22	1,12	0,32	0,25
2007	0,17	0,03	0,00	0,51	-0,44	1,14	0,41	0,36
Taxa de crescimento natural (%)								
2002	0,08	0,27	-0,21	0,23	-0,47	-0,05	0,17	0,19
2003	0,04	0,18	-0,26	0,24	-0,55	-0,03	0,19	0,15
2004	0,07	0,19	-0,19	0,24	-0,36	0,02	0,23	0,16
2005	0,02	0,13	-0,25	0,23	-0,53	0,03	0,24	0,11
2006	0,03	0,13	-0,23	0,23	-0,45	0,06	0,19	0,13
2007	-0,01	0,07	-0,29	0,23	-0,52	0,05	0,25	0,06
Taxa de crescimento migratório (%)								
2002	0,68	0,40	0,85	0,79	0,66	1,93	0,33	0,20
2003	0,61	0,35	0,77	0,70	0,49	1,78	0,34	0,57
2004	0,45	0,22	0,61	0,51	0,39	1,47	0,26	0,37
2005	0,36	0,16	0,51	0,41	0,33	1,25	0,22	0,27
2006	0,25	0,05	0,37	0,31	0,23	1,05	0,13	0,11
2007	0,18	-0,04	0,29	0,28	0,08	1,09	0,16	0,30

Fonte: Estimativas de População Residente 2007: Destaque, 29 de Maio de 2008, INE

A região de Lisboa, tem mantido um crescimento efectivo positivo, graças as taxas de crescimento natural e as taxas de migração serem positivas.

O Alentejo apesar de ser a única região onde se verificou uma taxa de crescimento efectivo negativo em 2007, é uma região que já tinha verificado valores igualmente negativos em anos anteriores, sobretudo devido ao sucessivo declínio das taxas de crescimento natural.

No que se refere ao Algarve, é a região com a taxa de crescimento efectivo mais elevada em 2007, devido taxas de crescimento migratório que conseguiram compensar em grande larga os valores poucos significativos do crescimento natural.

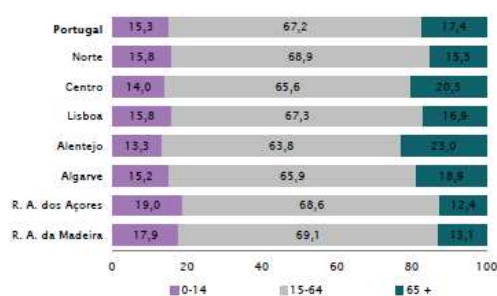
Quanto as Regiões Autónomas, estas apresentam taxas de crescimento efectivo positivas, sustentadas por taxas positivas de crescimento natural e migratório⁶⁴.

Depois de termos observado as diferentes evoluções demográficas em cada uma das regiões, iremos analisar a sua população residente, por grupos etários. Começando por analisar o grupo dos 0 aos 14 anos verificamos que retirando as regiões autónomas, em Portugal nas regiões por NUTS II o grupo de jovens está muito equilibrado não havendo grandes discrepâncias entre estes, sendo que é a região do Alentejo que possui menor população jovem com 13.3% resultante de um elevado crescimento natural negativo durante os últimos anos, depois segue-se a região do Centro com 14.0% de jovens e também com um crescimento natural negativo, embora o crescimento migratório seja positivo o número de nascimentos é muito diminuto, posteriormente temos a região do Algarve com 15.2%, e o Norte e Lisboa com 15.8%.

No que se refere à população dos 15 aos 64 anos nas regiões em Portugal, é o Alentejo que possui menor população activa com apenas 63.8%, seguido do Centro com 65.6%, o Algarve com 65.9%, Lisboa com 67.3% e com maior registo de população activa encontramos a região Norte com 68.9% da população.

No que se refere à população com 65 anos ou mais, o Norte é a região que possui menos idosos com percentagem de 15.3%, seguido da região de Lisboa com 16.9%, o Alentejo com 18.9%, o Centro com 20.3% e o Alentejo que é a região que possui mais população deste grupo etário com de 23.0% de população idosa⁶⁵.

Gráfico nº16
População Residente por grandes grupos etários (%), NUTS II, 2007



Fonte: Estimativas provisórias de população residente, 2007

Portugal, NUTS II, NUTS III: População e Sociedade, INE

⁶⁴ Estimativas de População Residente 2007: Destaque, 29 de Maio de 2008, INE

⁶⁵ Estimativas provisórias de população residente, 2007 Portugal, NUTS II, NUTS III: População e Sociedade, INE

Em termos gerais, em Portugal tem-se verificado nos últimos anos uma diminuição da natalidade em todas as regiões, contudo o envelhecimento da população tem ganho grande ênfase, principalmente nas regiões com menos jovens.

Depois de termos constatado que são as regiões do Norte, Centro e Lisboa que possuem maior densidade populacional, e que a região do Alentejo e do Centro são as regiões que comportam uma maior percentagem de população idosa, iremos analisar a densidade populacional por concelhos de forma a conseguirmos ter uma ideia mais correcta de onde se situam os grandes eixos populacionais, já que cada região abrange vários concelhos, sendo eles diferentes uns dos outros.

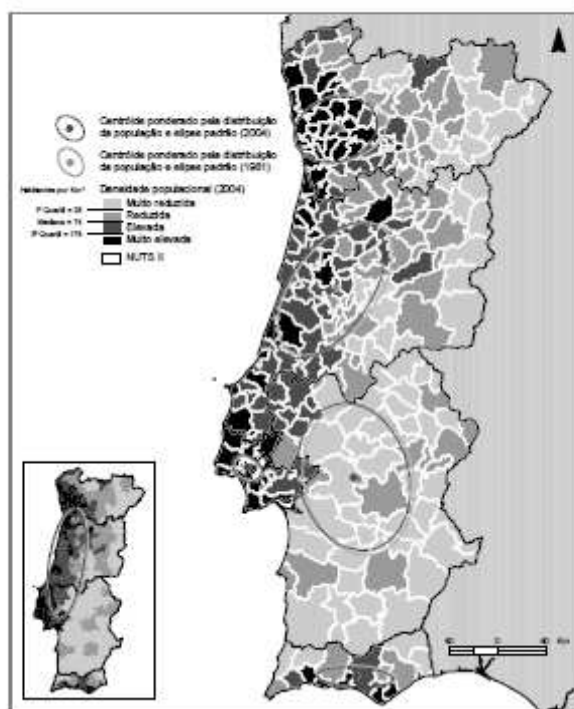
Assim ao analisarmos o quadro nº8, verificamos que nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo, os concelhos que possuem maior densidade populacional, salvo algumas excepções, são os concelhos situados no litoral de Portugal, sobretudo no litoral Atlântico. Na região Norte destacam-se os concelhos

do Porto, Braga e Guimarães com maior densidade populacional, na região Centro as regiões de Coimbra, Mealhada e mais para o interior Viseu e Covilhã, na região de Lisboa o concelho de Torres Vedras e Sobral do Monte Agraço e na região do Alentejo alguns concelhos perto de Lezíria do Tejo são aqueles que apresentam maior aglomerado populacional, situam-se perto da grande metrópole de Lisboa.

Na região do Algarve os concelhos que possuem maior densidade populacional não se encontram no litoral continental, mas no litoral Algarvio, destacando-se os concelhos de Faro, Olhão, Albufeira, Lagoa e Portimão⁶⁶.

Quadro nº8

Evolução da distribuição populacional (1981-2004). Continente e NUTS II, e densidade populacional (2004), por concelho



Fonte: Anuários Estatísticos Regionais e Retrato Territorial de Portugal 2004: Destaque, 28 de Dezembro 2005, INE

⁶⁶ Anuários Estatísticos Regionais e Retrato Territorial de Portugal 2004: Destaque, 28 de Dezembro 2005, INE

No que se refere às causas da população se situar mais na beira litoral do país, isto deve-se ao facto de estes concelhos se situarem à volta de áreas mais industrializadas, que oferecem mais oportunidades de trabalho, melhores condições de vida, mais locais de acesso à saúde, à educação, a produtos de bem-estar, mais mobilidade, mais áreas de lazer e divertimento, entre outros, tudo isto faz com que cada vez mais encontremos zonas no interior do país com pouca população, sendo esta muito envelhecida, pois as pessoas deixam estes locais à procura de outros que lhes proporcionem uma melhor qualidade de vida. Aqui a qualidade de vida não quer dizer que os locais onde vivem não possuam qualidade até porque podem ter melhor qualidade de ambiente, alimentação, de poluição sonora, entre outros, o que está aqui em questão é que alguns locais não oferecem, muitas vezes, um leque tão variado de produtos e serviços como as grandes cidades oferecem.

5.2. Situação demográfica na União Europeia

Portugal faz parte de um conjunto de países, chamado de União Europeia (UE) que actualmente conta com a participação de 27 países, sendo eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia.

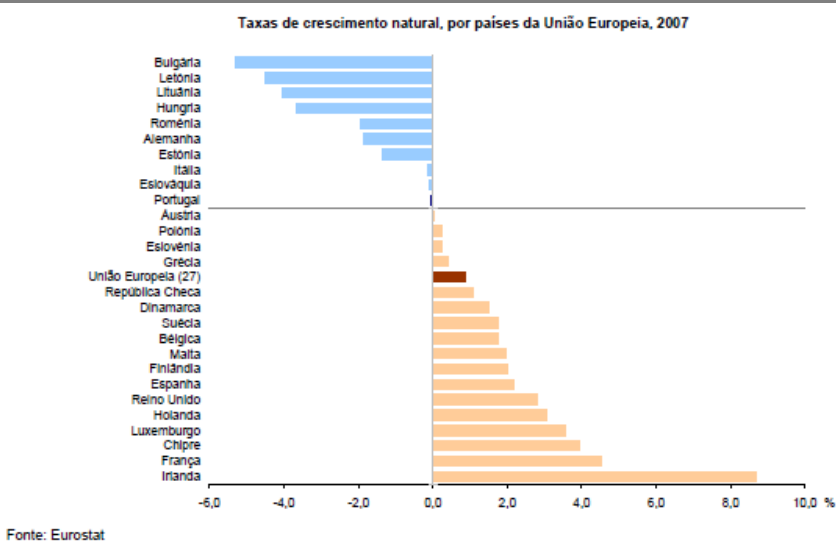
Em termos gerais a população da UE também tem vindo a aumentar de ano para ano, segundo os estudos da EUROSTAT.⁶⁷ No que se refere à situação demográfica de cada um destes países, quase todos os países apresentavam em 2008 um crescimento da população residente, com excepção da Bulgária, Letónia, Lituânia, Hungria, Holanda, Roménia e Estónia, que tiveram uma ligeira diminuição da população.

Assim, ao analisarmos o crescimento natural dos vários países da UE verificamos que tal como em Portugal também a Bulgária, Letónia, Lituânia, Hungria, Roménia, Alemanha, Estónia, Itália e Eslováquia apresentavam, em 2007, taxas de crescimento natural de valor negativo⁶⁸. Salientamos que alguns destes países, que apresentavam uma taxa de crescimento natural negativo, viram a sua população declinar, mas em alguns casos tal não aconteceu, devido às migrações.

⁶⁷<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tps00001>, 04/04/2009

⁶⁸ Estimativas de População Residente 2007: Destaque, 29 de Maio de 2008, INE

Gráfico nº17



Fonte: Estimativas de População Residente 2007: Destaque, 29 de Maio de 2008, INE

Depois de termos observado e comentado a evolução da população na União Europeia assim como as taxas de crescimento natural dos respectivos países, iremos analisar a evolução da população europeia por grupos etários, entre 1997 e 2007, tendo como apoio estudos feitos pela EUROSTAT.⁶⁹

Ao analisarmos as alterações, nos vários grupos etários, dos vários países da União Europeia entre 1997 e 2007, apercebemo-nos de uma tendência geral para a diminuição da população nos grupos de população mais jovem e um aumento nos grupos de população mais idosa (ver anexo nº7).

Comentando o grupo dos 0 aos 14 anos de idade, verificamos que de 1997 e 2007, a média dos 27 países demonstra um grande declínio passando de uma taxa de 17.9% de crianças em 1997, para 15.8% em 2007. Quanto à evolução deste grupo por país, verificamos que apesar de alguns países apresentarem uma taxa de crescimento natural positiva, só a Dinamarca é que consegue apresentar um aumento neste grupo passando de 17.8% para 18.6%. Todos os restantes grupos apresentavam uma diminuição na percentagem do grupo de crianças, havendo dentro destas diminuições bastantes diferenças, existindo países, como o Luxemburgo, que tiveram uma ligeira diminuição, passando de 18.6% para 18.3%, e outros grupos que tiveram grandes descidas como a Estónia e a Letónia passando ambas de 20.0% em 1997, para 14.9% e 14%, respectivamente, em 2007.

⁶⁹<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tps00010&plugin=1>, 05/05/2009

No que se refere ao grupo dos 15 aos 24 anos, verificamos uma diminuição deste grupo na maior parte dos países da U.E., havendo mais países com taxas de crescimento positivo do que no grupo anterior, contudo a média Europeia também tem vindo a declinar passando de 13.6% para 12.6%.

À medida que a idade vai sendo maior, mais países vão apresentando taxas de crescimento positivas, daí que no grupo dos 25 aos 29 anos verifiquemos uma semelhante proporção de taxas de crescimento positivas e negativas. No que se refere à média dos países da U.E. apresenta um crescimento negativo passando dos 36.8 %, em 1997, para os 36.3% em 2007.

Os grupos dos 54 anos 64 anos e dos 65 aos 79 apresentam ambas taxas de crescimento positivas na maioria dos países e a nível médio da União Europeia, havendo algumas exceções. O grupo dos 80 e mais anos tem apresentado ao longo dos anos grandes aumentos nas taxas da população mais idosa em todos os países da U.E. com exclusão do Luxemburgo que em 2007, possui uma taxa igual a de 1997.

Como síntese deste ponto, pode-se dizer que nos outros países da U.E., tal como acontece em Portugal, tem-se verificado uma diminuição da natalidade e um aumento da longevidade da população mais idosa, originando uma pirâmide etária cada vez mais invertida e envelhecida tanto na base como no topo.

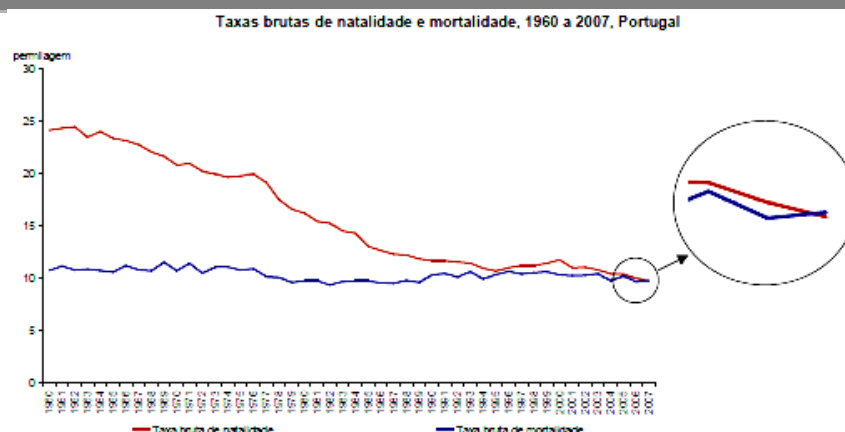
5.3 Natalidade

Temos verificado, ao longo deste trabalho, que a população em Portugal tem vindo a aumentar de ano para ano, mas que este crescimento não se deve à natalidade mas sim ao aumento da longevidade da população e à imigração. Assim sendo este ponto, irá se debruçar pelo estudo de alguns dos factores que tem originado alterações na natalidade, nomeadamente, a sua diminuição, para que deste modo possamos compreender o que está por detrás destas mudanças.

5.3.1 Taxa de natalidade em Portugal

São vários os factores que tem conduzido a uma crescente diminuição da natalidade, desde 1960 para cá, ou seja, quase há 40 anos que a natalidade tem vindo a diminuir apesar de algumas pequenas oscilações, como podemos ver no seguinte gráfico nº18.

Gráfico nº18



Fonte: Estimativas de População Residente 2007: Destaque, 29 de Maio de 2008, INE

Apesar de a natalidade ser muito baixa, não conseguindo fazer face ao crescente número de idosos, o que originou em 2007 um crescimento natural negativo de 0.01, em 2007, registaram-se cerca de 102 492 de nados vivos, dentro destes 52 683 homens e 49 809 mulheres, cerca de menos 10 282 nados vivos em comparação com 2001.

5.3.2 Taxa de natalidade em Portugal, segundo NUTS II

A taxa de natalidade em termos médios tem diminuído muito nas últimas décadas, contudo estas taxas tem tido diferentes pesos nas regiões, NUTS II, de Portugal. Ao analisarmos as taxas brutas de natalidade por região, NUTSII, observamos que as regiões de Lisboa e Algarve apresentavam taxas de natalidade superiores à média de Portugal, com 11.4% e 11.5%, respectivamente, contra a média de Portugal com 10.0%, por outro lado, a região do Norte, Centro e Alentejo são as regiões que apresentam valores inferiores (ver anexo nº8).

5.3.3 Alteração do papel da mulher na sociedade

Um dos factores que está por detrás da diminuição da natalidade em Portugal, é sem duvida a alteração do papel da mulher na sociedade, se outrora as mulheres apenas eram donas de casa e mães, cabendo os direitos de ter estudos, votar e trabalhar ao homem, desde o 25 de Abril de 1974 para cá tanto as mulheres como os homens obtiveram o direito a terem os mesmos direitos, assim actualmente encontramos tanto mulheres como homens, no ensino, no mercado de trabalho, domésticos, pai ou mãe a tempo inteiro, etc., ou seja, as

tarefas/actividades que outrora pertenciam a cada sexo agora podem ser desempenhadas por ambos.

Tal como foi referido anteriormente, neste trabalho, apesar de haverem mais nascimentos do sexo masculino, e por consequência um maior número de homens nas escolas até ao ensino secundário, verifica-se que depois desta fase um número de mulheres no ensino superior é muito maior ao dos homens. Embora as mulheres tenham mais estudos a verdade é que são os homens que possuem uma maior taxa de empregabilidade e melhores salários (ver anexos nº9 ao nº12).

5.3.4 Alterações nos valores e idade do 1ºcasamento

Se cada vez mais, mais mulheres se instruem e durante mais anos é muito normal que estas também se casem mais tarde, de facto a idade média do 1º casamento tem aumentado ao longo dos anos tanto nas mulheres como nos homens.

Ao observarmos o anexo nº13 verificamos que o número de casamentos tem diminuído ao longo dos anos e que a idade média do 1º casamento tem aumentado, sendo que em 2001 a idade media do 1º casamento do homem estava estimada nos 28 anos e que em 2007 passou para quase os 30 anos. A mesma situação se passa com as mulheres passando a idade média de casamento dos 26 anos para os 28 anos, no mesmo período em questão.

5.3.5 Idade da mulher ao nascimento do 1ºfilho

O facto de as mulheres casarem mais tarde, tendencialmente, também terão o seu primeiro filho mais tarde, o que não é uma regra geral pois encontramos um grande número de filhos fora do casamento, pessoas que não são casadas a terem filhos como é o caso das famílias monoparentais. Actualmente, as mulheres têm, em média, o seu 1º filho cada vez mais tarde, se em no ano 2000 uma mulher tinha, em média, o seu primeiro filho com cerca de 27 anos, em 2006 passou para os 28 anos (ver anexo nº14).

5.3.6 Índice sintético de fecundidade em Portugal

A idade média do 1º casamento e de ter o 1º filho tem assim aumentado, contudo inversamente a estes se encontra o índice sintético de fecundidade (ISF) que tem vindo a diminuir. O ISF traduz-se pelo número médio de crianças, nascidas vivas, por mulher em idade de fecunda, entre os 15 e os 49 anos de idade.

Analisando a evolução do índice sintético de fecundidade entre 1960 e 2007, verificamos que o ISF tem tido tendência para diminuir ao longo dos anos, atingindo o valor de 1.41 em 1995, subindo para os 1.56 no ano 2000, voltando a declinar até à actualidade encontrando-se em 2007 com cerca de 1.36 crianças por mulher em idade de fecunda. Este facto levanta um grande problema uma vez que seria necessário que o ISF se encontra-se nos 2.1 para se poderem renovar as gerações (ver anexo nº15).

5.3.7 Taxas de fecundidade por grupos etários

De forma muito sucinta, pode-se referir a alteração dos valores nos grupos etários, consoante os anos. Se em 2001 os grupos que tinham maior percentagem de taxas de fecundidade eram o dos 20 anos 24 anos e dos 25 aos 29, em 2007 os grupos com maior taxa eram os grupos dos 25 anos 29 anos e dos 30 aos 35 anos (ver anexo nº16).

5.3.8 Taxas de fecundidade por NUTSII

A região do Norte foi aquela que teve um maior declínio no ISF, passando de 1.54 em 2000 para 1.26 em 2006, seguindo a região Centro, Alentejo e Lisboa, com um declínio cada vez maior. A região que teve um aumento no ISF foi a região do Algarve que passou dos 1.62 em 2000 para 1.70 em 2006 (ver anexo nº17).

5.4 Mortalidade

No que se refere à mortalidade, depois do que se foi estudando ao longo deste trabalho, podemos mencionar que a mortalidade tem vindo a diminuir com o passar dos anos, devendo-se à diminuição da mortalidade e à mortalidade dos grupos de idades mais jovens a explicação para a existência da pirâmide etária envelhecida, que hoje em dia temos.

Se repararmos, novamente, no anterior gráfico nº18, das taxas brutas de natalidade e mortalidade em Portugal, verificamos que desde 1960, apesar de algumas variações nos valores da mortalidade, esta tem diminuído. Há aqui uma chamada de atenção para o facto do gráfico anterior começar no ano de 1960, pois poderia não haver nenhuma causa para a escolha desta data, podendo ter sido meramente aleatória, contudo a escolha desta data deve-se à primeira fase de transição, depois de ter morrido um elevado número de pessoas devido a um surto de doenças infecciosas, que se espalhou por toda a U.E., e que só terminou na

Europa Ocidental por volta desta data, 1950-1960. Esta nova fase deveu-se em grande parte aos progressos terapêuticos que ajudaram no combate de várias doenças, como o cancro e doenças cardiovasculares, assim como a implementação de meios de prevenção, que tiveram grande importância.

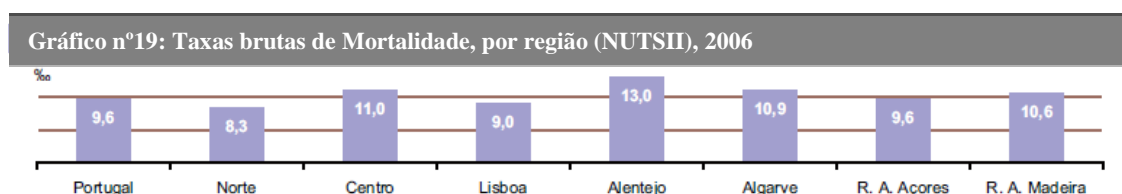
De facto, apesar das oscilações que o número de óbitos foi sendo sujeito, este tem tido tendência para vir a declinar com o passar dos anos, contudo para se ter uma ideia mais concreta sobre as mudanças destes valores, de seguida iremos analisar as alterações no número de obtidos, nos últimos anos.

Verificando o período entre 2001 e 2007, vimos que entre 2001 a 2003 o número de óbitos aumentou, depois em 2004 declinou, em 2005 voltou a aumentar, em 2006 voltou a declinar e em 2007 o número de óbitos subiu novamente. Isto para se mostrar que apesar dos sobes e desces o número de óbitos tem vindo a diminuir, passando de 105 092 mortos em 2001 para 103 512 em 2007 (ver anexo nº18).

5.4.1 Mortalidade em Portugal, segundo NUTSII

Em termos gerais a mortalidade, em Portugal, tem vindo a declinar, no entanto existem regiões em que o peso das taxas de mortalidade é muito maior do que em outras. Começando por analisar a taxa bruta de mortalidade em Portugal, em 2006, esta situava-se nos 9.6%, o que quer dizer que morrem cerca de 10 por cada 1000 habitantes, em termos regionais as regiões, em Portugal, que apresentam menor taxa de mortalidade é a região do Norte (8.3%) e a região de Lisboa (9.6%).

O Alentejo é a região que apresenta uma maior taxa de mortalidade com 13.0%, seguido do Centro com 11.0% e por último a região do Algarve com 10.9%. Estas regiões são as que possuem uma maior taxa de mortalidade pois são aquelas que também possuem um maior número de população idosa, e se existem mais pessoas idosas nestas regiões do que nas outras é evidente que também morram mais (ver gráfico nº19).



Fonte: Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE

5.4.2 Principais causas de morte em Portugal

Se a mortalidade tem diminuído em grande escala, não só em Portugal mas por todo o mundo, este fenómeno deve-se aos vários avançados nas sociedades que tem tornado possível o prolongamento da vida de muitas pessoas.

Foi a partir dos anos 70, que começaram a surgir grandes progressos no campo da mortalidade por toda a U.E., embora a diferentes ritmos. A luta contra a diminuição da mortalidade tem implicado um processo complexo entre o ser humano e o meio que o envolve.

São vários os factores que tem contribuído para a diminuição da mortalidade, entre eles: melhores condições de higiene, nutrição, educação, saúde, prevenção na saúde e para com o meio envolvente, melhor acesso a informações, entre outros. Destes factores todos aquele que mais tem mais contribuído para a diminuição da mortalidade é a medicina, que com o seu avanço espantoso, tem contribuído para salvar milhares de vidas. Apesar disto ainda existem, hoje em dia, muitas doenças para as quais não existe cura, como a SIDA, contudo tem sido criadas formas de aliviar o sofrimento do paciente.

Com base na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), em vigor em Portugal desde 2002, em 2006 as principais doenças causadores de morte eram as doenças do aparelho circulatório com 32,2%, dentro das doenças circulatórias temos as doenças cérebro-vasculares como a principal causa de morte em Portugal, os tumores/neoplasias com 21,7% e os sintomas, sinais e resultados anormais 12,4% (ver anexo nº19).

No que se refere às doenças cérebro-vasculares (14.2% do total de mortes), estas representam o dobro das doenças por cardiopatias isquémicas (7.5%) que afectam mais as mulheres e têm maior expressão em idade mais avançada, ocorrendo 42% a partir dos 65 anos. Em 2006 esta doença continua a progredir, ganhando relevância entre os homens a partir dos 50 anos, porém as mulheres afectadas representam o dobro nesta idade. A situação inverte-se a partir dos 75 anos, onde as mulheres são menos afectadas do que os homens, resultando numa maior longevidade feminina.

Podemos mencionar que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão associadas, em grande parte, ao envelhecimento da população

Problemas de saúde como a hipertensão, níveis elevados de colesterol, maus hábitos alimentares e estilos de vida incluindo sedentários, ganham grande relevância como causadores de morte aquando comparados com as causas de morte de outros países da U.E⁷⁰.

Em 2006, os tumores malignos, nomeadamente, o da laringe, traqueia, brônquios e pulmões ocupavam o primeiro lugar como causa de morte nos homens (22.0%) seguido do tumor da próstata (12.3%). No que se refere às mulheres os principais causadores de morte eram o tumor maligno da mama (16.4%) e do cólon, recto e ânus (11.8%). O tumor do estômago tem um peso superior nos homens (10.4%) do que nas mulheres (9.9%), sendo a terceira causa de morte por tumor maligno, em ambos os casos (ver anexo nº20).

Grande parte das mortes devido às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se, em particular, nas mais idosas. As mortes provocadas pela diabetes ocorrem essencialmente nas idades superiores a 74 anos e sobretudo nas mulheres, assim como a doença de Alzheimer, que também afecta as pessoas mais idosas.

No que se refere aos acidentes de transporte, registaram-se, em 2006, cerca de 1 493 óbitos concentrando-se praticamente metade no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 29 anos. No que se refere ao número de óbitos por acidente, não estão incluídos os acidentes em veículos de duas rodas e nem se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros (ver anexo 21).

Para além destas existem outras causas de morte, como as causas de morte externas, mas que não assumem grandes valores.

5.4.3 Esperança média de vida da população portuguesa

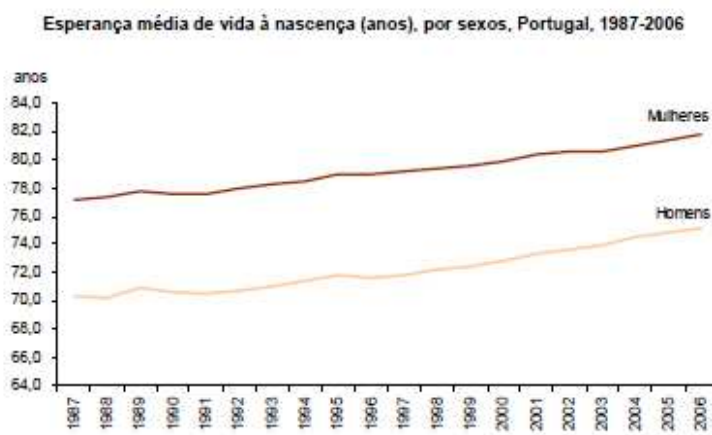
No que se refere ao número de óbitos por sexo, verificamos que dentro do período em questão, ou seja, entre 2001 e 2007 o número de óbitos do sexo masculino foi sempre superior ao das mulheres, isto deve-se à esperança de vida das mulheres ser muito superior à dos homens, quer à nascença quer depois em qualquer idade.

A esperança média de vida à nascença, caracteriza-se pelo número médio de anos que a pessoa poderá esperar viver, depois de nascer. Apesar da longevidade da população portuguesa ter vindo a aumentar, a esperança média de vida das mulheres é sempre superior à dos homens, exemplo disto é que em 2001 a esperança média de vida dos homens era de 73

⁷⁰ CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

anos e a da mulher de 80, em 2007 a esperança média de vida dos homens aumentou para os 76 anos, contudo a das mulheres também aumentou passando para os 82 anos.

Gráfico n.º20



Fonte: Dia Mundial da População – 11 de Julho de 2007:

Destaque, 09 de Julho de 2007, INE

Ao analisarmos um período mais longo, de 1987 a 2006, verificamos que as mulheres mantêm sempre uma esperança média de vida mais elevado que a dos homens, rondando os 7 anos, de diferença entre ambos os sexos.

Portugal encontra-se actualmente ao mesmo nível dos outros países da U.E., mas nem sempre foi assim. Na segunda metade do séc. XX, Portugal, tal como Espanha e Grécia, encontrava-se muito longe da esperança de vida dos outros países da U.E., em cerca de 10 anos, contudo com o passar dos anos Portugal foi evoluindo, e nos últimos quarenta anos conseguiu aumentar a esperança de vida da população, em mais 12.5 anos de vida para os homens e 13.7 anos para as mulheres⁷¹.

5.4.4 Esperança média de vida da população portuguesa, segundo NUTSIII

A esperança média de vida da população tem aumentado, ao longo dos anos, contudo esta não se verifica de igual forma nas várias regiões do país. Ao analisarmos o espaço territorial português segundo as NUTSIII poderemos obter uma noção mais concreta das diferenças territoriais.

⁷¹ CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

Embora, o seguinte gráfico se refira ao ano de 2006 e actualmente tenhamos uma esperança de vida ligeiramente superior à desta data, o seguinte quadro permite-nos ver as disparidades regionais em Portugal, praticamente iguais às actuais.

“Em 2006 a esperança média de vida à nascença da população residente era de 78.5 anos, situando-se entre os 68.5 anos da Beira Interior e os 79.8 anos da região Entre Douro e Vouga.

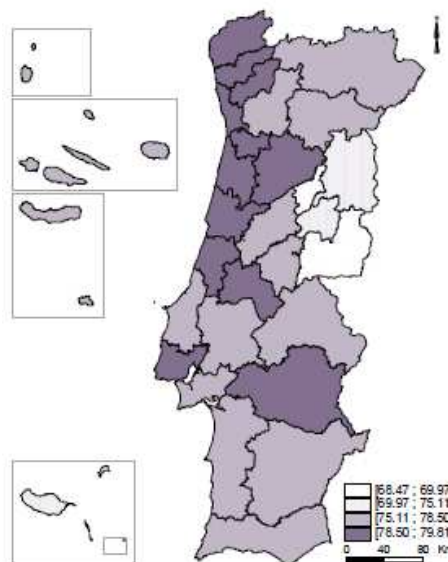
Os valores mais elevados, superiores à media nacional, observavam-se sobretudo na faixa litoral entre a Grande Lisboa e o Minho Lima, com excepção do Oeste a que se agrupam ainda o Ave, Entre Douro e Vouga, Dão Lafões, Médio Tejo e o Alentejo Central”⁷².

Estas diferenças, no que se refere à esperança média de vida da população à nascença, devem-se essencialmente, porque na zona litoral a população tem mais acesso a bens primários, como é o caso dos serviços de saúde, que são mais escassos nas zonas do interior devido ao número reduzido de população e desenvolvimento socio-económico.

No que se refere à mortalidade, podemos concluir que esta tem tido um declínio desde 1960, apesar de algumas flutuações, devido em grande parte ao avanço da medicina. Na verdade, os avanços na medicina não só tem permitido salvar muitas vidas, como é o caso da diminuição brutal da mortalidade infantil, mas como também tem permitido uma maior longevidade da população.

Quadro nº8

Esperança média de vida à nascença (anos), NUTSIII, 2006



Fonte: Dia Mundial da População – 11 de Julho de 2007: Destaque, 09 de Julho de 2007, INE

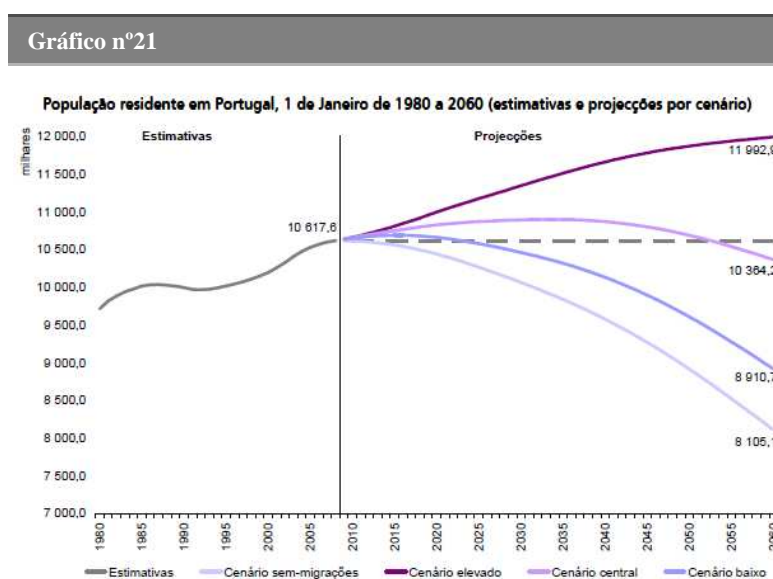
5.5 Projecções da população residente em Portugal

De acordo com os dados e estudos do INE, prevê-se que nos próximos 50 anos, Portugal continue com cerca de 10 milhões de residentes, mantendo-se a tendência de envelhecimento demográfico, projectando-se que em 2060 residam no território nacional cerca de 3 idosos por cada jovem.

⁷² Dia Mundial da População – 11 de Julho de 2007: Destaque, 09 de Julho de 2007, INE

Ao analisarmos o seguinte gráfico podemos observar a evolução da população em Portugal, que tem aumentado desde 1980 até à actualidade, assim como as várias projecções de como poderá ser a população portuguesa no futuro.

Segundo os resultados obtidos através do cenário central (1980 - 2008), foram feitas estimativas prevendo-se que a população residente em Portugal continue a aumentar até 2034, atingindo os 10 898.7 milhões de indivíduos, ano a partir do qual os efectivos populacionais diminuirão. A população atingirá valores abaixo dos de partida (2008) em 2053, projectando-se para 2060 uma população total de 10 364.2 milhares de indivíduos.



Fonte: Projectões de População Residente em Portugal: 2008-2060:

Destaque, 19 de Março de 2009. INE

Uma outra projecção foi baseada num cenário sem migrações, neste cenário sem fluxos migratórios externos e mantendo as hipóteses do cenário central nas componentes fecundidade e mortalidade prever-se-à que Portugal perderá efectivos populacionais ao longo de todo o período de projecção, podendo o total reduzir-se para 8 105,1 milhares de indivíduos até 2060, o que representaria um decréscimo de cerca de 25% dos efectivos populacionais nos próximos 50 anos⁷³.

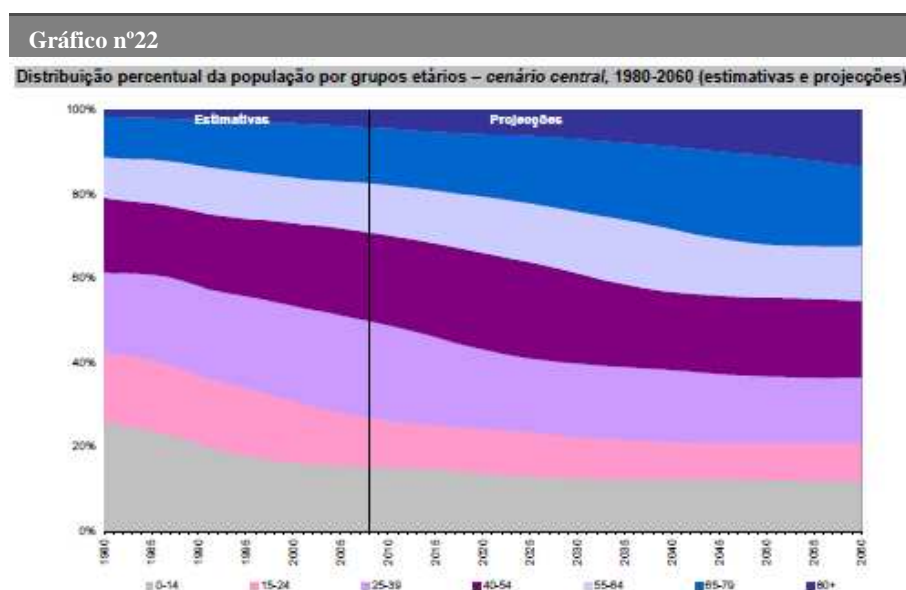
⁷³ Projectões de População Residente em Portugal: 2008-2060: Destaque, 19 de Março de 2009. INE

No cenário elevado, a população residente em Portugal aumentará continuamente até 2060, se houverem maiores volumes migratórios anuais e níveis de fecundidade mais elevados, comparando com o cenário central.

O cenário baixo, pressupõe menores volumes migratórios, níveis de fecundidade mais reduzidos e esperanças de vida inferiores comparativamente com o cenário central, podendo verificar-se um decréscimo populacional a partir de 2016, mantendo-se esta tendência de decréscimo até 2060.

No que se refere a projecções por grupos etários, os estudos feitos pelo INE, apontam para a diminuição das percentagens de jovens, com menos de 15 anos, e de adultos, dos 15 aos 64 anos, a par do aumento da percentagem de idosos.

Em qualquer dos cenários considerados, a proporção de jovens, com menos de 15 anos, reduzir-se-á de 15,3% em 2008 para 11,9% em 2060, tal como a percentagem da população em idade activa de 67,2% em 2008 para 55,7%. Tal se sucede em oposição ao aumento considerável do peso relativo da população com 65 ou mais anos de idade, que no quase duplicará, passando de 17,4% em 2008 para 32,3% em 2060⁷⁴.



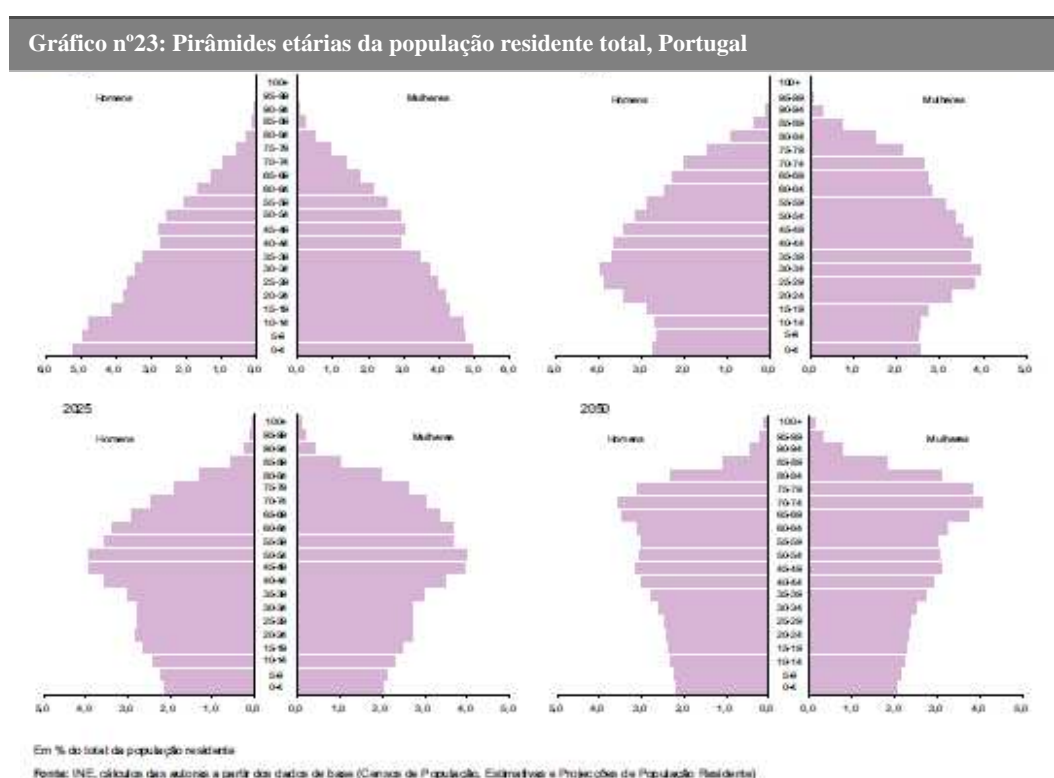
Fonte: Projecções de População Residente em Portugal: 2008-2060:

Destaque, 19 de Março de 2009. INE

⁷⁴ Projecções de População Residente em Portugal: 2008-2060: Destaque, 19 de Março de 2009. INE

No que se refere às consequências que estas alterações populacionais causaram na estrutura da pirâmide etária, assim como possíveis alterações que esta poderá ter, podemos concluir que com o passar dos anos, a base a pirâmide, que se refere à população jovem, vai diminuindo de ano para ano, assim como a população em idade activa vai se concentrando à medida que os anos passam em idades mais avançadas. No que se refere ao topo da pirâmide este tem tido um crescente número de população idosa, que prevê-se que continue a crescer.

Se compararmos a pirâmide da população residente em Portugal de 1960 e a de projecção para 2050, observa-se que temos o inverso uma da outra, ou seja, prevê-se que a pirâmide etária de 2050, seja uma pirâmide invertida, com grande concentração de população idosa no topo, e uma base muito estreita com um reduzido número de jovens.



Fonte: GONÇALVES, Cristina e CARRILHO, Maria José (s.d.) “Envelhecimento crescente mas especialmente desigual”. Revista de Estudos Demográficos n.º 40. INF. Lisboa

No que se refere às projecções da população portuguesa, podemos terminar concluindo que, se se mantiver o mesmo padrão de desenvolvimento populacional, teremos uma população cada vez mais envelhecida, aumentando em número e termos de esperança de vida. No que se refere ao nascimentos, esses continuaram a ser cada vez menos, reflectindo-se na diminuição da população activa.

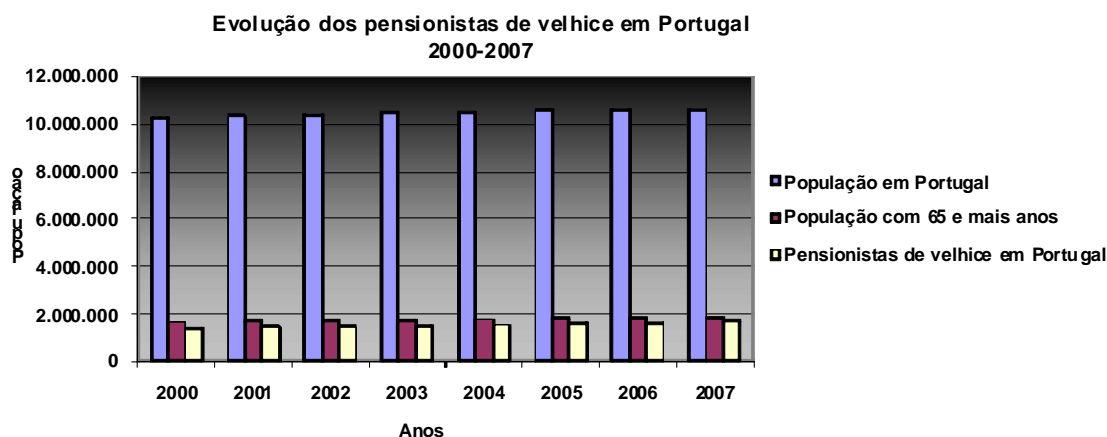
6. EVOLUÇÃO DOS REFORMADOS POR VELHICE

6.1. Em Portugal e nos distritos

Em Portugal, como vimos, anteriormente, a população portuguesa tem tido um ligeiro aumento ao longo dos anos, devendo-se este aumento às migrações e à longevidade da população. A par com o aumento da população mais idosa verificamos um aumento do número dos pensionistas, principalmente os pensionistas de velhice.

Ao analisarmos o seguinte gráfico, que vai desde o ano 2000 a 2007, podemos observar que apesar do ligeiro aumento da população, em termos globais, passando 10.256.658 no ano 2000 para 10.617.575 em 2007, este aumento deve-se em parte ao aumento da população com 65 anos ou mais, que passou de 1.677.287 para 1.849.831 idosos, no período em questão. Este fenómeno possui grande relevância ao lembrarmos a pirâmide etária da população portuguesa, onde o avolumado da população vai subindo cada vez mais até ao topo, à medida que os anos passam, daí que todos os anos tenhamos cada vez mais idosos.

Gráfico nº24



Fontes: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=7286&m=PDF e <http://www.ine.pt>

Ao contrapormos a população idosa (65 e mais anos) com os pensionistas de velhice, verificamos que o número de pensionistas também tem aumentado tal como o número de idosos. Apesar de terem sido implementadas alguns entraves à população no que se refere à reforma antecipada e criados incentivos para se trabalhar até mais tarde o número de

pensionistas de velhice continua a crescer, passando de 1.435.552 em 2000 para 1.684.406 em 2007.

No que se refere aos distritos que possuem um maior número de pensionistas de velhice em 2007, estes eram: o distrito de Lisboa (369.772), seguido do distrito do Porto (259.277), em terceiro lugar encontrava-se o distrito de Setúbal (135.080), depois o distrito de Braga (120.359) e em quinto lugar o distrito de Aveiro (120.053), depois temos os restantes distritos que não possuem mais de 100.000 pensionistas (ver anexo nº22). Há que referir que os distritos que possuíam um maior número de pensionistas em 2007, são os mesmo que em 2000 e que os distritos que possuem um maior número de pensionistas são também aqueles possuem um maior número de população.

Quadro nº9

População por distritos – Projeções INE

Distritos \ Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Aveiro	703.913	710.593	716.978	722.753	727.041	730.372	732.867	734.195
Beja	157.897	157.547	157.332	156.664	156.153	155.254	154.325	153.091
Braga	820.987	829.487	837.867	845.054	851.337	856.171	859.918	862.191
Bragança	147.512	146.944	146.589	146.103	145.486	144.467	143.337	142.049
Castelo Branco	205.686	205.280	204.841	204.013	203.314	201.983	200.705	199.094
Coimbra	435.618	436.948	437.676	437.838	437.642	437.086	436.056	434.311
Évora	170.003	170.315	170.895	170.981	171.130	170.810	170.535	169.788
Faro	383.399	390.933	398.370	405.380	411.468	416.847	421.528	426.386
Guarda	177.932	177.613	177.375	176.731	176.086	175.090	173.831	172.304
Leiria	454.857	459.715	464.676	469.159	472.895	475.662	477.967	479.499
Lisboa	2.136.872	2.153.751	2.172.864	2.190.197	2.203.503	2.215.319	2.224.426	2.232.700
Portalegre	124.543	123.872	123.310	122.386	121.653	120.581	119.543	118.141
Porto	1.760.277	1.773.666	1.786.223	1.796.573	1.805.015	1.812.325	1.817.986	1.820.752
Setúbal	742.172	752.843	764.428	775.412	785.191	793.982	802.265	810.066
Viana do Castelo	247.332	248.392	249.873	251.014	251.937	252.272	252.011	251.676
Vila Real	221.727	221.262	221.478	221.567	221.218	220.172	218.935	217.338
Viseu	390.377	391.371	393.182	394.431	395.202	395.307	394.844	393.909

Fonte: Dados obtidos através do site <http://www.ine.pt>

6.2. Aveiro

Como estamos a analisar as actividades de lazer dos pensionistas do concelho de Aveiro, é importante sabermos qual a relação existente entre a população e pensionistas residentes. Contudo, ao investigarmos os dados estatísticos fornecidos no site da Segurança Social, referentes aos pensionistas de velhice, verificámos que este só possuía dados de Aveiro como distrito e não como concelho. Apesar dos pedidos feitos através de emails para a Segurança Social Central e de Aveiro, foi obtido como feedback que estes não possuíam tais informações (ver anexos do nº23 ao nº26), assim sendo tivemos que optar por arranjar outra solução para conseguirmos saber quantos pensionistas é que o concelho possuía.

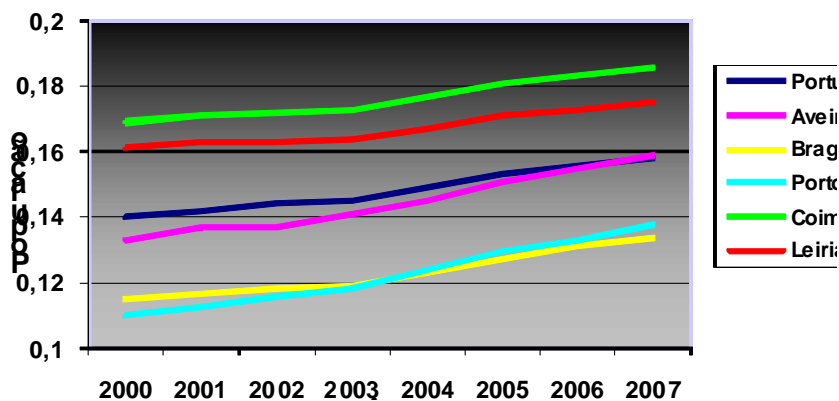
Inicialmente, começámos por dividir o número de pensionistas pela população residente em Portugal para conseguirmos achar a média do número de pensionistas. Depois fizemos os mesmos cálculos para os distritos de Aveiro, Braga, Porto, Coimbra e Leiria, uma vez que são estes distritos que se encontram mais perto de Aveiro e também na zona litoral, isto para tentarmos perceber se a distribuição dos pensionistas no distrito de Aveiro é equitativa, para depois podermos estimar os pensionistas do concelho de Aveiro.

Assim, ao analisarmos o seguinte gráfico nº25, que vai desde o ano 2000 até ao ano de 2007, podemos verificar a percentagem de pensionistas de velhice por cada 100 habitantes.

Ao analisarmos o distrito de Aveiro verificamos que, em média, passou de 13, em 2000, para os 16 pensionistas por cada 100 habitantes, em 2007. Ao compararmos a evolução dos pensionistas/população residente do distrito de Aveiro com Portugal verificamos que ambos têm tido uma evolução muito similar, chegando a estar ao mesmo nível em 2007, possuindo ambos em 2007, 16 pensionistas de velhice por cada 100 habitantes, podendo-se induzir que o distrito de Aveiro possui uma distribuição de pensionistas de velhice equitativa.

Gráfico nº25

Evolução do número de pensionistas/população residente



Fonte: Dados obtidos através do site <http://www.ine.pt>

Contudo, para não se ficar só com o raciocínio anterior, pois correríamos o risco de cair em erro, consideramos importante incluir os outros distritos da beira litoral aproximados do distrito de Aveiro para se poder analisar a evolução e o número de pensionistas, por cada 100 habitantes, em cada um destes e ver até que ponto são comparáveis.

Ao analisarmos os distritos de Braga e Porto, que se encontram mais a Norte de Aveiro, verificamos que estes possuíam ambos, em média, 18 pensionistas de velhice por cada 100 habitantes, em 2007, e ao estudarmos os distritos de Coimbra e Leiria, que estão mais a Sul, no mesmo período, verificamos que estes possuíam ambos, em média, 14 pensionistas por cada 100 habitantes. Com isto podemos concluir que Aveiro se situa na média dos distritos litorais mais a Norte com os mais a Sul, com 16 pensionistas por cada 100 habitantes ($18 + 14 = 32 / 2 = 16$).

Depois de termos observado que a população do distrito de Aveiro está distribuída mais ou menos equitativamente, podemos calcular o número de pensionistas do concelho de Aveiro, visto saber-se a população e pensionistas do distrito e a população do concelho.

No que se refere à distinção entre distrito e concelho de Aveiro, o distrito de Aveiro é composto pelos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra, enquanto que o concelho de Aveiro é composto por 14 freguesias: Vera Cruz, Glória, Aradas, Esgueira, Cacia, Oliveirinha, Santa Joana, Eixo, São Bernardo, São Jacinto, Nariz, Nossa Senhora de Fátima, Requeixo e Eirol.

Gráfico nº26: Distrito de Aveiro



Fonte: <http://memoriavirtual.net/wp-content/uploads/aveiro.gif>

Gráfico nº27: Concelho de Aveiro



Fonte: <http://viajar.clix.pt/chegar.php?c=74&lg=pt>

No que se refere à evolução da população no concelho de Aveiro, podemos observar no quadro nº10, que a população tem aumentado, ao longo dos anos, passando de 60.284 habitantes em 1981 para 73.347 habitantes em 2007.

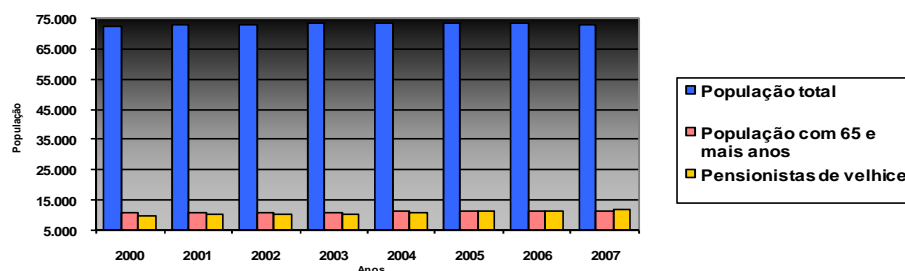
Quadro nº10: População no Concelho de Aveiro

	0 - 14			15 - 24			25 - 64			65 ou mais			Pop. Total
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	
1981	7.917	7.472	15.389	5.214	5.403	10.617	13.593	14.741	28.334	2.365	3.579	5.944	60.284
1991	6.935	6.556	13.491	5.521	5.471	10.992	16.449	17.972	34.421	3.099	4.441	7.540	66.444
1998	6.210	5.960	12.170	5.200	5.220	10.420	18.070	19.660	37.730	3.710	4.780	8.490	68.810
2000	6.030	5.911	11.941	5.227	5.074	10.301	19.040	20.669	39.709	4.511	5.967	10.471	72.432
2001	6.019	5.944	11.963	5.088	4.904	9.992	19.368	20.968	40.336	4.614	6.095	10.709	72.995
2002	6.015	5.957	11.972	4.923	4.762	9.685	19.641	21.175	40.816	4.661	6.206	10.867	73.332
2003	6.014	5.991	12.005	4.771	4.642	9.413	19.844	21.307	41.151	4.713	6.239	10.952	73.521
2004	5.965	5.982	11.947	4.676	4.521	9.197	20.021	21.426	41.447	4.757	6.278	11.035	73.626
2005	5.915	5.986	11.901	4.545	4.380	8.925	20.131	21.486	41.617	4.838	6.376	11.214	73.657
2006	5.845	5.927	11.772	4.441	4.245	8.686	20.198	21.533	41.731	4.901	6.469	11.370	73.559
2007	5.716	5.854	11.570	4.346	4.123	8.469	20.223	21.555	41.778	4.970	6.560	11.530	73.347

No que se refere à relação existente entre o aumento da população idosa e o número de pensionistas, verificamos que a população com 65 anos ou mais tem vindo a aumentar de 2000 até 2007, contudo ao compararmos com o número de pensionistas, apuramos que apesar de este também vir a aumentar, no período em questão, o número de pensionista em 2007 era ligeiramente superior ao número de população com 65 e mais anos, o que podemos concluir que existem muitas pessoas no concelho de Aveiro que se reformaram antes dos 65 anos.

Gráfico nº28

Concelho de Aveiro: 2000 - 2007



Fonte: Dados obtidos através do site <http://www.ine.pt>

Este ponto sobre a evolução da população e pensionistas do concelho de Aveiro, serviu para podermos deduzir que grande parte da população idosa neste concelho usufrui de uma pensão de velhice, o que poderá condicionar ou não, se tiver mais fontes de rendimentos, as actividades de lazer dos reformados.

6.3. Valores de pensões

Como foi demonstrado, no início deste trabalho, pela fórmula de cálculo de pensões de velhice, verificamos que o valor de uma pensão depende de vários factores desde o valor dos descontos para a Segurança Social, a sua duração, entre outros. Apesar disto, sabemos que em 2008 a pensão mínima, para as pessoas inseridas no regime geral era de 236, 27€ mensais, subindo vários escalões até ao escalão das pensões de 3165€ ou mais. No que se refere às pensões sociais o valor da pensão era, em 2008, unicamente, de 181,90€

Ao analisarmos o número de pensionistas por escalões facilmente verificamos que quase metade dos pensionistas, em Portugal, se encontra no primeiro e segundo escalão possuindo pensões entre os 236,27 e 262,43€ (ver anexo nº27).

Com este ponto podemos concluir que uma grande parte da população, em Portugal, usufrui de pequenas pensões, daí que nem todas as pessoas tenham a sorte de usufruírem das actividades de lazer que gostariam.

7. LAZER - CONFRONTAÇÃO DE TEORIAS

7.1 Noções de tempo

Foi por volta do séc. XIX que começaram a surgir os primeiros estudos sobre a ocupação do tempo visando procurar perceber as condições de vida dos trabalhadores. No início do séc. XIX Frederic Taylor dedicou uma parte dos seus estudos a analisar a ocupação do tempo dos trabalhadores durante o horário de trabalho com o intuito de conseguir desenvolver uma gestão científica na produção.

Em 1964 realiza-se o primeiro inquérito conjunto aos doze países, da União Europeia na altura designada por Comunidade Europeia, começando a surgir também, os primeiros estudos estatísticos sobre a ocupação da população, nesta fase utilizam-se pela primeira vez amostras representativas da população, existindo a preocupação de comparar os resultados entre os vários países. Actualmente é a Eurostat que se encarrega de realizar os dados estatísticos no âmbito da União Europeia e outros países.

Quando se fala em ocupação do tempo, temos que ter a noção que este tempo pode ser visto através de vários tipos de ocupações, uma vez que o espaço temporal é o mesmo para todas as pessoas, ou seja, cada dia tem 24 horas e os indivíduos tem ao seu dispor o mesmo montante de tempo. O que difere é a utilidade que cada pessoa dá a esse espaço de tempo, daí que possamos dizer que o tempo pode ser diferente para cada pessoa.

Quanto à classificação do uso do tempo, vários autores juntam diversas actividades por grupos, como é o caso dos autores *Patushev e As (s.d.)*, que falam na existência de 4 tempos: o tempo das necessidades fisiológicas, onde estão incluídas as necessidades básicas dos indivíduos como comer, beber e dormir; o tempo contratual, que inclui as actividades profissionais/estudos; o tempo de empenhamento, onde estão incluídas aquelas actividades de trabalho doméstico/voluntário e por fim o tempo que resta é designado de tempo livre, onde depois de desprendido das obrigações o indivíduo se pode entregar inteiramente àquilo que lhe dá prazer fazer⁷⁵.

No que se refere, ainda, ao tempo livre existem várias ambiguidades relativamente ao seu significado, pois se para alguns autores o tempo livre é calculado através da formula: tempo total = tempo de trabalho – tempo de não trabalho, para outros esta dicotomia tempo trabalho/tempo livre não faz nenhum sentido porque uma redução no tempo de trabalho não

⁷⁵ *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999 (2001)*, População e Condições Sociais, INE

conduz obrigatoriamente a um aumento do tempo livre, assim como existem actividades como as actividades domésticas que não são consideradas nem como trabalho nem como tempo livre⁷⁶. Actualmente, nas cidades modernas existem vários factores que contribuem para a diminuição do tempo livre como: os incentivos económicos para as pessoas trabalhem mais horas para além do seu horário normal de trabalho; os empregos cada vez mais longínquos originando grandes perdas de tempo em deslocações; a interferência de vários filtros como a condição socioprofissional, o género e o ciclo de vida, entre outros, tudo isto pode criar grandes diferenças no que diz respeito ao tempo despendido com o trabalho e com o lazer.

É nesta parte que se refere ao lazer que este trabalho se vai debruçar, procurando saber como é que vários autores o definem e de que formas é que este se pode manifestar.

7.2 O que é o Lazer - teorias

Segundo o *Inquérito à Ocupação do Tempo* (2001), elaborado pelo INE, por lazer compreende-se “o tempo livre, isto é, a ocupação do tempo não preenchido com obrigações profissionais (ou escolares), com o apoio familiar (no próprio agregado ou no apoio informal a outras famílias), ou com diversas formas de participação cívica (por exemplo o voluntariado. Considerando – se nesses tempos de lazer, as praticas culturais, domesticas e de saída, bem como outras actividades sócio – culturais de carácter mais genérico”⁷⁷.

Com uma opinião não muito diferente da anterior encontramos Joffre Dumazedier, um dos maiores estudiosos sobre o Lazer, definindo o lazer como: “um conjunto de ocupações ao qual o indivíduo se pode dedicar de livre vontade seja para descansar, divertir-se ou desenvolver-se, depois de se ter liberto das obrigações profissionais, familiares e sociais”⁷⁸.

Dumazedier considerava que o tempo de lazer deveria de ser um tempo em que o seu conteúdo deveria de ser orientado para a realização do sujeito, considerando que para isto, este deveria de obedecer a 4 propriedades específicas: 1º o tempo despendido deveria de resultar de uma escolha livre, 2º com carácter desinteressado, 3º visar a própria satisfação e por ultimo em 4º lugar as actividades de lazer devem responder a necessidades individuais.

O autor defendia, ainda, que o tempo de lazer podia ser analisado segundo 3 funções: as actividades de descanso, divertimento e desenvolvimento.

⁷⁶ MALTA, Paula (2000), “Das relações entre tempo livre, lazer e turismo”, in Cadernos Noroeste

⁷⁷ Inquérito à Ocupação do Tempo 1999 (2001), População e Condições Sociais, INE

⁷⁸ MALTA, Paula (2000), “Das relações entre tempo livre, lazer e turismo”, in Cadernos Noroeste

Apesar de muitos autores estarem de acordo quanto ao significado do lazer definindo-o como tempo de liberdade, depois de despendido das obrigações fisiológicas, profissionais, familiares ou sociais, a verdade é que cada vez mais o lazer está condicionado às normas da sociedade, tornando-se difícil de traçar uma linha de fronteira entre as obrigações familiares, sociais e voluntárias, pois há que saber até que ponto que cada uma destas actividades é considerado como uma actividade de dever ou de lazer. Daí que E. Henriques (1994) refira que “o lazer é, apesar das restrições, o lugar e a forma por excelência da expressão da liberdade e da vontade pessoal na vida quotidiana contemporânea”⁷⁹.

Da mesma opinião que Henriques, é N. Samuel (1984) que refere que “o tempo livre é aquela parcela do tempo que, em resultado do progresso técnico e da intervenção de factores sociais, se encontra liberta do trabalho produtivo, fazia cimentar a ideia de que o tempo livre é, basicamente um tempo social”⁸⁰.

M. Kaplan (1960) amplia o conceito de lazer referindo não apenas as suas relações com o desenvolvimento tecnológico, mas destacando que o tempo livre também depende do posicionamento no ciclo de vida, os estilos de vida e das estruturas sociais e económicas. Seguindo esta ideia encontramos J. Patmore (1983) que refere que as práticas de lazer se encontram estritamente relacionadas com o estilo de vida que o indivíduo usufrui. É neste sentido que Patmore e J. Stockdale (1985) consideram que o lazer pode ser visto segundo várias perspectivas: o lazer pode ser visto como uma medida de tempo, resultado do tempo restante de não trabalho, visto como uma actividade valorativa onde o indivíduo pode-se entregar à satisfação das suas necessidades pessoais e por isso o lazer pode ser analisado como sendo uma experiência, onde os indivíduos percebem e avaliam de diferentes formas as suas experiências⁸¹.

L. Reid et al (1993) concebe o lazer como uma construção multidimensional, muito mais globalizantes que abarca um conjunto de actividades e experiências voluntárias, considerando a dicotomia tempo livre/tempo de trabalho como um dualismo simplista e muito redutor, considerando existirem uma variedade de situações intermédias entre esta dicotomia, como as obrigações sociais e familiares para além da heterogeneidade do uso deste tempo.

⁷⁹ MALTA, Paula (2000), “Das relações entre tempo livre, lazer e turismo”, in Cadernos Noroeste

⁸⁰ Idem

⁸¹ Idem

Para além disto há que ter em atenção que o tempo livre não significa necessariamente tempo de lazer, assim como o trabalho em muitos casos pode ser uma actividade de lazer (A. Gama e N. Santos 1991)⁸².

7.3 Classificação das actividades de lazer

J. Dumazedier (1962) refere que nas sociedades modernas é possível identificar a presença de quatro períodos básicos de tempo de lazer: o lazer do fim do dia, o lazer do fim-de-semana, o lazer das férias e o lazer do fim da vida activa, ou seja, a reforma.

Boniface e Cooper (1998) classificavam as actividades de lazer de outro ponto de vista, segundo 4 espaços de tempo:

1. O lazer em casa como ler, fazer jardinagens, ver televisão, etc;
2. O lazer diário que implica sair de casa e deslocar-se a um local não muito longe da sua residência, como por exemplo ir ao cinema ou ir a um restaurante;
3. O lazer de um dia que pode ser a nível local ou regional, onde as pessoas viajam mas vem a casa para pernoitar;
4. E o turismo do tipo regional, nacional ou internacional, onde as pessoas podem desfrutar das actividades de lazer que mais gostam, tendo pernoitado pelo menos uma noite fora de casa⁸³.

Com uma classificação um pouco diferente encontramos Baud-Bovy e Lawson (citado por Cunha 2001) que classificam as actividades de lazer segundo 6 categorias:

1. As realizadas em casa que incluem ler, ver televisão, ouvir musica, fazer bricolage, etc;
2. As de conteúdo social (lazer diário) como comer fora, ir a bares, participar em festas, etc;
3. Interesses culturais, educacionais e artísticos como por exemplo visitas a teatros, ir a exposições, concertos, etc.,
4. Desportos como participante ou espectador tal como o golfe, futebol, natação, ciclismo, etc.,
5. Recreio informal ao ar livre que inclui actividades como conduzir por prazer, excursos, passear a pé, fazer piqueniques, etc.,

⁸² MALTA, Paula (2000), "Das relações entre tempo livre, lazer e turismo", in Cadernos Noroeste

⁸³ Idem

6. E o turismo de lazer que inclui viagens de longa duração, férias, fim-de-semana, etc., e envolvem pelo menos uma estada⁸⁴.

Em suma deste ponto, podemos concluir que os 3 autores classificam as actividades de lazer de diferentes formas, J. Dumazedier classifica o lazer através da sua duração temporal, Boniface e Cooper analisam mais o lazer através da vertente através da localização espacial em que decorre e Baud-Bovy e Lawson cingem o lazer ao tipo de actividade realizadas.

⁸⁴ MALTA, Paula (2000), “Das relações entre tempo livre, lazer e turismo”, in Cadernos Noroeste

8. ACTIVIDADES DE LAZER DOS REFORMADOS EM PORTUGAL

Depois de termos analisado o ponto de vista de alguns autores sobre o significado de lazer, assim como as classificações dadas a cada grupo de actividades, iremos passar à parte em que queremos dar a conhecer quais as actividades de lazer dos reformados, de velhice, em Portugal, para posteriormente podermos compara-las com as actividades de lazer dos reformados de Aveiro.

Ao longo dos últimos anos, a esperança média de vida da população tem aumentado, fazendo com que as pessoas vivam mais anos e gozem mais tempo da sua velhice, dando-se por isso especial atenção aos problemas financeiros, pois as pessoas usufruem da sua pensão por um período mais longo que outrora, o Estado tem ainda dado especial atenção às pessoas mais carenciadas, criando programas de apoio, intervindo na área da saúde para que as pessoas possam viver com mais qualidade, entre outros, contudo quando reparamos nestas acções desenvolvidas pelo Estado, parece-nos que escapa alguma coisa e talvez não menos importante, que é saber se existem alguma preocupação em saber como é que os reformados passam os dias, em saber se o Estado se interessa e contribui de alguma forma no dia-a-dia do idoso.

Visto as pessoas reformadas não exercerem uma actividade remunerada, isto deixa-lhes muito tempo livre, adquirindo grande relevância o lazer como forma de divertimento, de passar o tempo, de adquirir conhecimentos, de apreciar a vida, entre outros. O lazer, é por assim dizer uma peça fundamental na vida de muitas pessoas, mas mais importante ainda na vida de um idoso.

Segundo um estudo realizado por R. Maria em 1998 sobre as actividades de lazer dos reformados em Portugal, com uma amostra de 588 reformados, podemos ficar a conhecer que 53% dos reformados preferia ocupar os seus tempos livres em casa, 17% fora de casa e 30% dentro e fora de casa, contudo apesar de as actividades dentro de casa ocuparem maior expressão são as mulheres que possuem valores mais elevados, enquanto que os homens dizem ocupar o seu tempo livre tanto em casa como fora de casa (ver anexo nº28).

No que diz respeito às actividades de lazer praticadas, mais regularmente, pelos reformados é de denotar que a actividade de lazer mais praticada por ambos os sexos é ver televisão, com 95% para os homens e 90% para as mulheres.

No caso dos homens estes preferem ver televisão, como foi referido, seguido de ir ao café ou à taberna com 61%, ouvir rádio com 58%, ler jornais ou revistas com 41%, frequentar praças ou jardins com 34%, jogar as cartas e outros jogos com 28%, dedicar-se a actividades religiosas com 26% e ir a centros comerciais ou a mercados com 23%, havendo mais actividades que contudo não chegam aos 20% (ver anexo nº29).

No que se refere às mulheres para além da televisão que ocupa o primeiro lugar, temos dedicar-se a actividades religiosas com 47%, ouvir rádio com 41%, ir ao mercado ou a centros comerciais com 25% e ler jornais ou revistas com 21%, encontram-se as outras actividades abaixo dos 20% (ver anexo nº29).

Por sua vez, as actividades de lazer entre ambos os sexos podemos dizer que tirando “ver televisão”, as actividades de lazer mais expressivas são diferentes entre os sexos, havendo alguma aproximação de valores nas actividades menos habituais.

No que se refere ao status social, constituindo por quatro patamares, quase metade da população (49%) se encontra no status social mais baixo, quanto ao status económico, também este constituído por quatro patamares, verificamos que 40% da população se encontra no ultimo patamar e 39% no penúltimo patamar, o que podemos concluir que pelo menos quase metade da população usufrui apenas da sua pensão de velhice para sobreviver, podendo este factor condicionar as suas actividades de lazer.(ver anexo nº30)⁸⁵.

No que se refere à participação do Estado nas actividades de lazer dos reformados existem algumas acções que os reformados podem usufruir, como actividades sociais que incluem aulas de dança, de ginástica, de pintura, de informática, etc., estes normalmente fornecidos pelas juntas de freguesias. Depois existem os lares sociais onde as pessoas podem passar os seus dias e pernoitar se quiserem, podendo aí fazer diversas actividades, como por exemplo comunicar com outras pessoas. Existem, ainda, excursões financiadas pelo Estado (INATEL), onde as pessoas só tem que pagar uma pequena percentagem, e também existem aquelas excursões que não pertencem ao Estado e que são organizadas por entidades particulares que dão a oportunidade de passear em troca de dar a conhecer os seus produtos, entre outros. Apesar de existirem várias actividades ao dispor dos idosos a verdade é que estas não parecem ser suficientes para abranger toda a população.

⁸⁵ ROSA, Maria João Valente (1999), *Reformados e Tempos Livres, Resultados do Inquérito à população activa e reformada sobre as actividades de lazer*. Edições Colibri – INATEL, Lisboa

9. ACTIVIDADES DE LAZER DOS REFORMADOS EM AVEIRO

No ponto anterior procuramos saber quais as actividades de lazer dos reformados em Portugal, onde verificamos que “ver televisão” era a actividade de lazer mais usual, contudo o que nos interessa saber é quais são as actividades dos reformados em Aveiro. Inicialmente, procuramos saber quais são as actividades de lazer a nível nacional para ver se Aveiro se encontra em conformidade com o resto do país.

Para podermos descobrir quais são as actividades dos pensionistas de velhice, em Aveiro, foi necessário procedermos à recolha de dados através de inquéritos por questionários, uma vez que essa informação não se encontra disponível tivemos que a adquirir. O facto de a recolha ter sido feita por questionários deve-se em grande parte ao seu rápido preenchimento não maçando os inquiridos mas também pela qualidade dos dados que se pode obter.

Sabendo que o concelho de Aveiro possui cerca de 11.680 reformados de velhice, inquirimos 60 reformados, aleatoriamente, de forma a conseguirmos obter uma amostra minimamente aceitável.

O referente questionário tem como principal intuito não só percebermos a estrutura da população que estamos a analisar, nomeadamente a idade e sexo dos reformados, assim como saber que tipo de rendimentos é que este grupo etário possui, qual o valor da pensão auferida, visto estarmos a analisar reformados de velhice; quais as actividades de lazer mais usufruídas e se essas actividades de lazer são condicionadas por algum ou alguns factores (ver anexo nº31).

9.1. Actividades de lazer em Aveiro

Antes de analisarmos os questionários realizados convém sabermos quais as actividades de lazer que os reformados tem ao seu dispor, de forma a conseguirmos perceber se este factor condiciona ou não as actividades usufruídas, pois um individuo poderia gostar de ir, por exemplo, ao cinema mas não poderia realizar esta actividade se não a tivesse ao seu dispor.

Uma vez que seria quase que impossivel, para além de muito demoroso, enumerar a totalidade de actividades que um reformado pode usufruir, resolvemos usar como modelo

comparativo as actividades de lazer dos reformados em Portugal, analisadas no ponto anterior, e verificar se existem Aveiro.

Assim, no decorrer da análise às actividades existentes, verificamos que todas as actividades mencionadas, no ponto de estudo das actividades a nível nacional, também existem e podem ser exercidas em Aveiro, sendo elas: frequentar praças ou jardins públicos; ir ao café ou taberna, frequentar associações ou sociedades recreativas; viajar; ler jornais ou revistas; ir ao cinema; dedicar-se a actividades religiosas; ver desporto ao vivo; ir a mercados ou a centros comerciais; jogar as cartas, bilhar, damas, entre outros; ver televisão, ouvir rádio; ir a bailes, romarias ou festas populares; ouvir discos ou cassetes; ler livros; ir ao teatro ou outros espetáculos; visitar museus; visitar exposições e visitar bibliotecas ou livrarias.

Apesar de, estas terem sido as actividades de lazer estudadas para Portugal, não quer dizer que não existem muitas outras actividades que um reformado pode usufruir, como por exemplo, como conversar com outras pessoas. Gostariamos, ainda, de salientar, como referimos no estudo sobre o lazer, que existem muitas actividades como as actividades de ajudas voluntárias, de trabalhos domésticos ou familiares, de aprendizagem, entre outros, que podem ser consideradas como actividades de lazer ou não, dependendo da opinião de quem usufrui destas actividades, variando de reformado para reformado (ver quadro nº11).

Quadro nº11 Imagens de Aveiro





9.2. Análise dos dados recolhidos

9.2.1 População inquirida, por sexo e idade

Analisando os resultados obtidos através dos inquéritos por questionário, começamos por enunciar que das 60 pessoas inquiridas 51.7% eram do sexo feminino e 48.3% do sexo masculino, o que não foge muito à estrutura etária do resto do país e de Aveiro uma vez que o número de mulheres idosas é superior ao do número de homens.

No que se refere à idade dos inquiridos, consideramos que seria útil agrupar as idades por escalões de 5 anos em 5 anos, de forma a conseguirmos obter uma melhor percepção sobre que idades estamos a trabalhar. Estes escalões começam nos 55 anos, pois é a partir desta idade que as pessoas podem pedir a sua pré-reforma, até aos 90 e mais anos. Ao olharmos para o seguinte quadro verificamos que os escalões dos 55 aos 65, ocupam uma pequena percentagem de 11.7% dos pensionistas, mas se reparamos nos outros dois escalões a seguir já existe uma grande diferença, abarcando metade do número de pensionistas com 50%, pois é a partir desta idade em que as pessoas se começam por reformar em maior número.

Quando analisamos os outros grupos dos 75 anos para cima verificamos uma percentagem considerável de pessoas reformadas já com uma certa idade, sendo as mulheres em maior número.

Quadro nº12

Idade/ População	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85-89	90-e mais anos
	1.7%	10%	28.3%	21.7%	13.3%	15%	10%	-

9.2.2. Recursos auferidos

Apesar de sabermos que as pessoas reformadas recebem uma pensão, neste caso uma pensão por velhice, procuramos descobrir que outros recursos é que os reformados possuem de forma a conseguirmos perceber se isso interfere ou não nas suas actividades de lazer. Começando, então, por analisar os resultados relativamente aos recursos verificamos que todas as pessoas inquiridas afirmaram receber uma pensão de velhice. Para além da pensão, 25% dos inquiridos disse produzir para auto-consumo, estando este ligado em grande parte à agricultura e pecuária, 8.3% possui rendimentos financeiros, 6.7% recebe ajudas familiares, apenas 5% refere fazer biscates e por último 1.7% diz possuir outra fonte de rendimentos.

Quadro nº13

Recursos/ População	Pensão	Biscates	Ajudas familiares	Rendimentos financeiros	Produção para auto-consumo	Outro:
	100%	5%	6.7%	8.3%	25%	1.7%

9.2.3. Escalões monetários das pensões auferidas

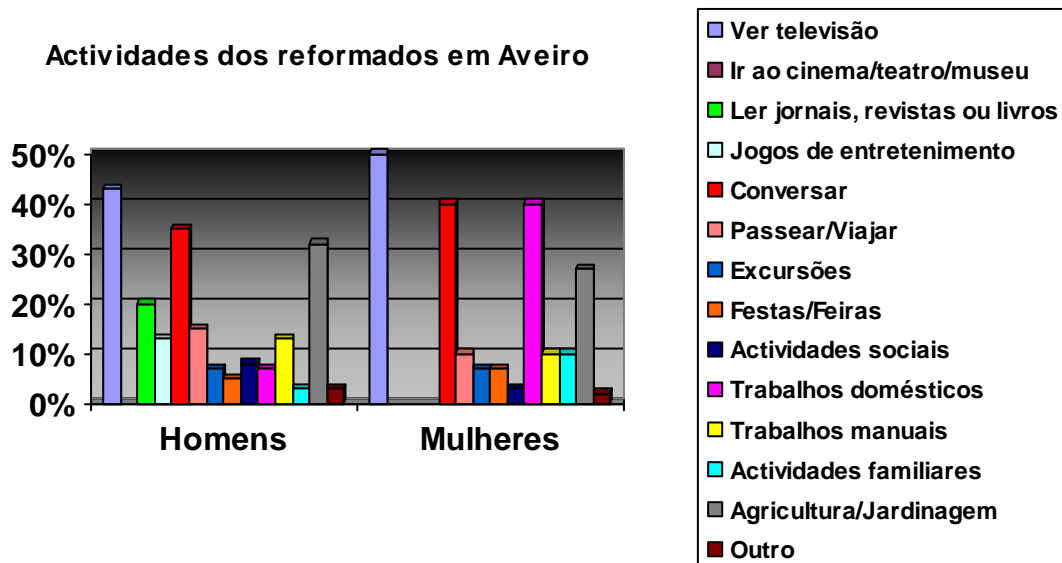
Sabendo que todas as pessoas inquiridas possuíam uma pensão de velhice quisemos saber entre que valores é que as suas pensões se situavam. Ao analisarmos o quadro nº14 verificamos que em termos globais o maior aglomerado de pensionistas se situa no 2ºpatamar com cerca de 48% de pensionistas a receberem uma pensão entre os 250€ e os 500€, seguido do 1ºpatamar que vai até os 250€ com 25% da população, depois o 3ºpatamar entre os 500€ e os 1000€ com 13.3%, seguidamente temos o 4ºpatamar dos 1000€ aos 2000€ com 11.7% e por último o 5ºpatamar dos 2000€ ou mais com 1.7%. Contudo se formos a verificar as diferenças entre os sexo verificamos que os homens possuem valores de pensões mais elevados do que as mulheres.

Quadro nº14

Valor da Pensão	Total	Homens	Mulheres
≤250€	25%	6.7%	18.3%
>250€ e≤500€	48.3%	20%	28.3%
>500€ e≤1000€	13.3%	10%	3.3%
>1000€ e≤2000€	11.7%	11.7%	-
>2000€	1.7%	-	1.7%

9.2.4. Actividades dos reformados, por sexo

No que se refere às actividades de lazer dos reformados em Aveiro, segundo o gráfico nº29, verificamos que a actividade de lazer de eleição é “ver televisão” para ambos os sexos, a mesma que a generalidade dos portugueses diz usufruir, seguido do conversar com 35% para os homens e 40% para as mulheres, sendo que a partir daqui as actividades de lazer de ambos os sexos divergem um pouco.



No caso dos homens para além de verem televisão e conversar, estes gostam de se dedicar à agricultura (31.7%), seguido de ler jornais (20%), passear (15%), jogar jogos de entretenimento (13.3%), entre outros, enquanto que as mulheres para além das actividades referidas dizem ter como actividade de lazer trabalhos domésticos (40%), considerando o trabalho doméstico uma forma de distracção, seguido da agricultura (26.7%), passear (10%), fazer trabalhos manuais (10%), entre outros (ver anexo nº32).

9.2.5. Condicionantes das actividades de lazer

Como última pergunta de interesse no questionário perguntamos aos reformados se consideravam que existia algum factor que determinasse as suas actividades de lazer, sendo que obtivemos como resposta que 21.7% consideravam que não, que não existia nenhum factor que influenciasse as suas actividades de lazer, e 78.3% consideram que havia factores que determinavam as suas actividades de lazer como o factor monetário (31.7%), o ter vontade (31.7%), ter tempo (18.3%) e outro (1.7%).

Quando confrontamos estes dados, de haver ou não factores que determinassem as actividades de lazer dos reformados, com o valor das suas pensões verificamos que não existe uma relação directa entre ambos, pois tanto existiam pessoas com uma pensão de 250€ que referiram que não havia nenhum factor que interferisse nas suas actividades de lazer como tínhamos pessoas com uma pensão entre 500€ a 1000€ referindo que sim. Contudo, na

maioria dos casos, as pessoas com pensões até 500€, foram aquelas que referiram que se pudessem teriam outras actividades de lazer, se não estivessem condicionadas pelos factores anteriormente referidos.

Com este ponto podemos concluir que os reformados de Aveiro, apesar de não possuírem pensões muito elevadas, usufruem de actividades de lazer idênticas às dos reformados do resto do país. Também verificamos que as pensões auferidas, assim como as intervenções do Estado, parecem muito escassas para ocupar, de uma forma agradável, o dia-a-dia de um reformado.

10. CONCLUSÃO

Após a realização deste trabalho começamos por concluir que, a população Portuguesa, à semelhança do panorama mundial, apesar de ter vindo a aumentar ao longo dos anos, tem assistido a um declínio do número de nascimentos e a um aumento do número de idosos, o que fez desencadear problemas a vários níveis como a sustentabilidade da Segurança Social.

Ao referirmos a situação actual da Segurança Social, podemos observar que grande parte dos idosos possuíam, unicamente, como meio de sobrevivência a sua pensão mensal. Mas se cada vez temos menos população jovem, para trabalhar e assim manter o sistema da Segurança Social, o que é que acontecerá a estes idosos e principalmente aos idosos das futuras gerações? Foi na ânsia de procurarmos responder a esta pergunta que analisamos o parecer dos mais entendidos no assunto, onde podemos concluir que, se a situação actual se mantiver, muito provavelmente, futuramente teremos uma Segurança Social falida, e muitas pessoas poderão ficar desamparadas, não só as futuras gerações mas também, ainda, as gerações actuais.

Apesar, de terem sido implementadas algumas possíveis soluções para este problema, tais como colocar entraves à pré-reforma, para as pessoas não se reformarem mais cedo, criar incentivos de aumento da pensão, para aquelas pessoas que decidissem trabalhar depois dos 70 anos, tendo 40 anos de descontos, estimular os planos de reforma privados, entre outros, estas possíveis soluções, só terão impacto se as pessoas, nomeadamente a população idosa, decidirem colaborar. Pois se as pessoas forem egoístas e não se importarem com a eventual situação de crise da Segurança Social, todas estas medidas terão sido em vão, uma vez que só saberemos se estas tentativas de erguer a Segurança Social terão tido resultado daqui a alguns anos, anos esses que poderão levar a uma situação mais estável mas também poderão dar origem à contagem decrescente para o desaparecimento deste sistema, pois se a população não contribuir depois já será tarde de mais para qualquer tentativa de mudança.

Há que não deixar de referir que a crise da Segurança Social não se deve só ao factor demográfico, pois se é verdade que cada vez mais as mulheres tem menos filhos e mais tarde conduzindo a uma diminuição da natalidade, enquanto que a taxa de mortalidade também tem diminuído, também é verdade que a crise económica dos últimos anos tem tido um grande impacto na Segurança Social devido não só à diminuição do poder de compra, passando o

Estado a receber menos impostos, mas também devido ao aumento do número de desempregados, que têm tornado-se numa despesa a mais e em receitas a menos.

O facto de a Segurança Social informal ter vindo a declinar também foi um dos causadores da diminuição da natalidade, pois outrora os pais contavam com a ajuda da família para tomar conta dos filhos, assim como os idosos contavam com a ajuda da família para os apoiar, contudo estas ajudas tem vindo a diminuir, passando a contarem, em muito casos, só com a ajuda da Segurança Social e com eles próprios.

No que se refere, ao aumento do número de idosos, verificamos que este tem-se reflectido num aumento do número de pensionistas não só em Aveiro, mas também por todo o país, originando uma população mais envelhecida, que precisa de cada vez mais de cuidados de longa duração e de assistência, o que se reflecte num aumento das despesas. Voltamos a salientar que as pessoas quanto mais avançam na idade de mais cuidados precisam, cuidados esses que são muitas vezes suportados financeiramente somente pelo idoso, não sobrando sequer, muitas vezes, dinheiro para suportar os gastos com suas necessidades básicas, como a alimentação, quanto mais para ter actividades de lazer.

O facto de sabermos que cada vez mais, existem mais idosos e que todos nós um dia esperamos fazer parte deste grupo, fez com que emergi-se uma preocupação em sabermos como é que um idoso ocupa o seu dia e mais importante do que isto, se o reformado de velhice, tem hipótese de ter actividades de lazer, pois o facto de um reformado ter muito tempo livre não quer dizer que o ocupe da forma que mais lhe agrada, pois o que acontece na maior parte dos casos é que os reformados tem que se cingir as actividades que podem fazer e não as actividades que gostariam de fazer, como podemos constatar na maior parte dos casos.

Assim, ao pesquisarmos sobre o lazer, vimos que apesar de existirem algumas divergências quanto ao seu significado, este compreende todas as actividades que o individuo pode usufruir seja para descansar, divertir-se ou aprender, depois de se ter liberto das obrigações profissionais, familiares e sociais, sendo que algumas destas obrigações poderão ou não representar uma actividade de lazer. Pois como observamos na análise aos inquéritos das actividades de lazer dos reformados em Aveiro, para muitas pessoas o trabalho domésticos, por exemplo, era uma actividade de distracção, daí que tenhamos tido muita atenção quanto aquilo que as pessoas poderiam considerar como sendo uma actividade de lazer.

No seguimento da análise aos inquéritos elaborados, podémos, ainda, tirar elações sobre as actividades de lazer da população em Aveiro, onde concluímos que apesar de existirem algumas diferenças entre ambos os sexos, as actividades de ver televisão, conversar e agricultura/jardinagem são as actividades de lazer mais praticadas pelos reformados em Aveiro.

No que se refere à comparação das actividades de lazer dos reformados em Aveiro com Portugal, em Aveiro os reformados usufruem de actividades de lazer idênticas às do resto de país, contudo temos que ter em atenção que nos estamos a referir a uma parte dos reformados existentes, que usufruem do mesmo tipo de actividades de lazer, não se podendo generalizar uma vez que as pessoas são diferentes e os locais onde residem também poderão condicionar as suas actividades. O que queremos dizer com isto é que, as actividades de lazer compreendem um vasto leque de factores desde o gosto pessoal do reformado, passando pelas suas possibilidades económicas, de saúde, entre outros, até as actividades que tem ao seu dispor, que, desta forma, podem influenciar as actividades do idoso.

Em última análise esperamos que este estudo tenha contribuído para uma melhor clarificação sobre a população idosa, nomeadamente, os reformados de velhice e as suas actividades de lazer, uma vez que este grupo é o que possui e irá continuar a possuir um crescente número de pessoas, devendo de existir, também, uma preocupação cada vez maior.

Para além disto esperamos ter ajudado a clarificar que os idosos em Aveiro, recebem pensões muito baixas, pensões essas que parecem ser insuficientes para que os reformados possam desfrutar das actividades de lazer que gostariam. Quanto à participação do Estado na vida quotidiana destas pessoas podemos referir que apesar do Estado, ter vindo a criar meios de ajuda para estas pessoas através do CSI, da criação de lares, de actividades recreativas, entre outros, estas parecem-nos insuficientes tendo em conta as pensões tão baixas que a maioria dos idosos recebe.

Por fim gostaríamos de referir que o jovem de hoje é o idoso de amanhã e como tal deveremos de pensar bem naquilo que estamos a ajudar construir pois é lá que um dia poderemos vir a viver.

11. BIBLIOGRAFIA

- Anuário Estatístico de Portugal 2007: Destaque, 30 de Dezembro de 2008, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=11074072&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 23/01/09)
- Anuários Estatísticos Regionais e Retrato Territorial de Portugal 2004: Destaque, 28 de Dezembro 2005, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=73491&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 15/12/08)
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSdest_boui=56425161&ESTUDOSmodo=2 (Consultado em 22/01/09)
- Contas Nacionais Trimestrais – Estimativa Rápida: Destaque, 13 de Fevereiro de 2009, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=11029158&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 2/03/09)
- Dia Internacional da Família: Destaque, 10 de Maio de 2007, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=5518500&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 16/01/09)
- Dia Internacional do Idoso: Destaque, 27 de Setembro de 2007, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=5546132&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 23/01/09)
- Dia Mundial da População – 11 de Julho de 2007: Destaque, 09 de Julho de 2007, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=5494050&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 08/12/08)
- Estatísticas do Emprego, 4º trimestre de 2008: População e Sociedade, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=62614588&PUBLICACOESmodo=2 (Consultado em 27/02/09)
- Estatísticas do Emprego: Destaque, 17 de Fevereiro de 2009, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=11031625&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 16/01/09)
- Estimativas de População Residente 2007: Destaque, 29 de Maio de 2008, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=11056416&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 09/12/08)
- Estimativas provisórias de população residente - Portugal, NUTS II, NUTS III (2007): População e Sociedade, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=24540081&PUBLICACOESmodo=2 (Consultado em 13/12/08)

- GONÇALVES, Cristina e CARRILHO, Maria José (2007) “Envelhecimento crescente mas espacialmente desigual”, Revista de Estudos Demográficos n.º 40, INE, Lisboa. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSdest_boui=56496766&ESTUDOSmodo=2 (Consultado em 21/02/09)
- Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=5580754&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 21/02/09)
- Índice de Preços no Consumidor, Janeiro de 2009, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=139329&PUBLICACOESmodo=2 (Consultado em 2/03/09)
- Inquérito à Ocupação do Tempo 1999 (2001), População e Condições Sociais, INE
- Lei n.º 17/2000 de 8 de Agosto. Retirado do site <http://www.apdt.org/guia/L/LSs/LBasss.htm> (Consultado em 11/11/08)
- Lei n.º 28/1984 de 14 de Agosto. Retirado do site: <http://diario.vlex.pt/vid/33079852> (Consultado em 10/11/08)
- Lei n.º 32/2002 de 20 de Dezembro. Retirado do site <http://intranet.uminho.pt/Arquivo/Legislacao/ProteccaoSocialFuncaoPublica/L32-2002.pdf> (Consultado em 11/11/08)
- Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro. Retirado do site: http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MTSS/Comunicacao/Outros_Documentos/20070116_MTSS_Doc_Lei_Seg_Social.htm (Consultado em 13/11/08)
- MALTA, Paula (2000), “Das relações entre tempo livre, lazer e turismo”, in Cadernos Noroeste
- MENDES, Fernando Ribeiro (2005), “Conspiração Grisalha”: Segurança Social, Competitividade e Geracões. Celta Editora, Oeiras
- MTSS (2006), Relatório de Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, 2006-2008, uma nova estratégia integrada de políticas sociais (Consultado em 14/11/08)
- OLIVEIRA, Maria da Luz et al (2001), Sociologia – 12ºano. Texto Editora, Lisboa
- Projecções de População Residente em Portugal: 2008-2060: Destaque, 19 de Março de 2009, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=65573359&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 03/05/09)
- Relatório conjunto sobre Protecção social e Inclusão Social 2007 (Consultado em 14/11/08)
- Relatório Nacional de Estratégia: Pensões Seguras e Sustentáveis; Portugal 2005 (Consultado em 15/11/08)
- ROMÃO, Ana e PEREIRA, Andreia (2008), Cuidadores Informais de Idosos. Retirado do site: http://ww3.scml.pt/media/revista/rev_19/CuidadoresI.pdf (Consultado em 16/01/09)

- ROSA, Eugénio (2004); As mulheres e o futuro de Portugal. Retirado do site: http://resistir.info/portugal/dia_mulher_08mar04.html (Consultado em 14/12/08)
- ROSA, Maria João Valente (1999), *Reformados e Tempos Livres, Resultados do Inquérito à população activa e reformada sobre as actividades de lazer*. Edições Colibri – INATEL, Lisboa
- Síntese Económica de Conjuntura: Destaque, 18 de Fevereiro de 2009, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=35269054&DESTAQUESmodo=2 (Consultado em 24/03/09)
- Síntese Económica de Conjuntura: Economia e Finanças, Janeiro de 2009, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=56476256&PUBLICACOESmodo=2 (Consultado em 7/03/09)
- Síntese Económica de Conjuntura: Economia e Finanças, Janeiro de 2009, INE. Retirado do site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=56476256&PUBLICACOESmodo=2 (Consultado em 16/01/09)
- Slides e apontamentos das aulas da cadeira de Políticas de Gestão da Segurança Social, leccionada pelo Prof. Dr. Carlos Sangreman, no decorrente ano lectivo 2007/2008 na Universidade de Aveiro
- <http://195.245.197.196/left.asp?02.17.07> (Consultado em 4/11/08)
- <http://195.245.197.196/left.asp?02.17.07> (Consultado em 4/11/08)
- <http://195.245.197.196/left.asp?02.21.03.05> (Consultado em 28/10/08)
- <http://195.245.197.196/left.asp?02.21.03.05> (Consultado em 28/10/08)
- <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.02> (Consultado em 28/10/08)
- <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.02> (Consultado em 28/10/08)
- <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.02> (Consultado em 4/11/08)
- <http://195.245.197.196/left.asp?03.02.04> (Consultado em 28/10/08)
- http://195.245.197.196/preview_documentos.asp?r=15935&m=PDF (Consultado em 4/11/08)
- <http://aeiou.expressoemprego.pt/scripts/indexpage.asp?headingID=4188> (Consultado em 16/04/09)
- <http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=1463&id=1244241> (Consultado em 17/04/09)
- <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tps00010&plugin=1> (Consultado em 05/05/2009)
- <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tps00001> (Consultado em 04/04/2009)
- <http://memoriavirtual.net/wp-content/uploads/aveiro.gif> Consultado em 21/06/09)

- <http://portal.ua.pt/bibliotecad/default1.asp?OP2=1&Serie=0&Obra=26&H1=2&H2=2> (Consultado em 11/04/09)
- <http://sic.aeiou.pt/online/noticias/pais/especiais/presidenciais/20060110+Alarmismo+sobre+Seguran%C3%A7a+Social.htm> (Consultado em 07/04/09)
- <http://viajar.clix.pt/chegar.php?c=74&lg=pt> (Consultado em 21/06/09)
- <http://www.ine.pt>
- http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MTSS/DGSS/pt/SER_pensao+de+velhice.htm (Consultado em 3/11/08)
- http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MTSS/ISS/pt/ORG_instituto+da+seguranca+social.htm (Consultado em 6/11/08)
- <http://www1.seg-social.pt/left.asp?01.01> (Consultado em 6/11/08)
- <http://www1.seg-social.pt/left.asp?03.07.01.04.01> (Consultado em 16/01/09)
- <http://www1.seg-social.pt/left.asp?03.07.01.04.02> (Consultado em 16/01/09)
- <http://www1.seg-social.pt/left.asp?03.07.01.04.03> (Consultado em 16/01/09)
- <http://www1.seg-social.pt/left.asp?03.07.01.04.04> (Consultado em 16/01/09)
- http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=7286&m=PDF (Consultado em 26/02/09)

12. ANEXOS

Anexo 1

Principais indicadores da população activa e empregada - Portugal

	Valor trimestral			Valor anual		Variação		
	4ºT-2007	3ºT-2008	4ºT-2008	2007	2008	Homóloga	Trimestral	Anual
	Milhares de indivíduos					%		
População activa	5 627.7	5 629.5	5 613.9	5 618.3	5 624.9	- 0.2	- 0.3	0.1
Homens	2 986.3	2 986.7	2 987.6	2 986.0	2 991.4	0.0	0.0	0.2
Mulheres	2 641.3	2 642.8	2 626.3	2 632.2	2 633.4	- 0.6	- 0.6	0.0
Dos 15 aos 24 anos	515.5	509.9	501.2	518.4	507.5	- 2.8	- 1.7	-2.1
Dos 25 aos 34 anos	1 472.1	1 464.0	1 460.0	1 475.9	1 464.4	- 0.8	- 0.3	-0.8
Dos 35 aos 44 anos	1 420.4	1 424.1	1 425.9	1 420.7	1 423.1	0.4	0.1	0.2
Dos 45 aos 64 anos	1 890.4	1 905.1	1 903.8	1 869.5	1 903.7	0.7	- 0.1	1.8
Com 65 e mais anos	329.2	326.5	323.1	333.8	326.1	- 1.9	- 1.0	-2.3
Taxa de actividade (%)	53.0	53.0	52.8	53.0	53.0			
Homens	58.1	58.1	58.1	58.2	58.2			
Mulheres	48.2	48.2	47.9	48.1	48.0			
Taxa de actividade (15 e mais anos) (%)	62.7	62.5	62.3	62.6	62.5			
Homens	69.5	69.3	69.3	69.5	69.4			
Mulheres	56.4	56.3	55.9	56.3	56.2			
População empregada	5 188.2	5 195.8	5 176.3	5 169.7	5 197.8	- 0.2	- 0.4	0.5
Homens	2 800.9	2 793.0	2 784.4	2 789.3	2 797.1	- 0.6	- 0.3	0.3
Mulheres	2 387.3	2 402.8	2 391.9	2 380.4	2 400.7	0.2	- 0.5	0.9
Dos 15 aos 24 anos	428.8	422.7	411.0	432.5	424.1	- 4.2	- 2.8	-1.9
Dos 25 aos 34 anos	1 335.0	1 325.6	1 329.5	1 331.9	1 336.3	- 0.4	0.3	0.3
Dos 35 aos 44 anos	1 327.0	1 333.6	1 324.0	1 325.4	1 327.9	- 0.2	- 0.7	0.2
Dos 45 aos 64 anos	1 769.1	1 787.8	1 788.8	1 746.8	1 783.9	1.1	0.1	2.1
Com 65 e mais anos	328.3	326.1	323.1	333.1	325.6	- 1.6	- 0.9	-2.3
Até ao Básico - 3º ciclo	3 674.7	3 627.5	3 577.9	3 660.1	3 629.4	- 2.6	- 1.4	-0.8
Secundário e pós-secundário	768.3	804.1	794.8	776.6	791.8	3.4	- 1.2	2.0
Superior	745.3	764.2	803.5	733.0	776.6	7.8	5.1	5.9
CAE-Rev. 2.1								
Agricultura, silvicultura e pesca	595.6	606.1	586.0	601.4	595.6	- 1.6	- 3.3	-1.0
Indústria, construção, energia e água	1 580.0	1 520.4	1 490.4	1 577.8	1 520.8	- 5.7	- 2.0	-3.6
Serviços	3 012.6	3 069.3	3 099.9	2 990.5	3 081.4	2.9	1.0	3.0
CAE-Rev. 3 (a)								
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		589.4	572.2		581.2		- 2.9	
Indústria, construção, energia e água		1 520.1	1 498.0		1 525.1		- 1.5	
Serviços		3 086.3	3 106.1		3 091.5		0.6	
Trabalhadores por conta de outrem	3 909.0	3 942.0	3 953.1	3 902.2	3 949.7	1.1	0.3	1.2
Com contrato de trabalho sem termo	3 012.9	3 041.0	3 070.4	3 029.5	3 047.4	1.9	1.0	0.6
Com contrato de trabalho com termo	712.7	729.7	723.1	684.8	727.4	1.5	- 0.9	6.2
Outros	183.3	171.3	159.7	187.9	174.9	- 12.9	- 6.8	-6.9
Trabalhadores por conta própria	1 195.0	1 203.1	1 183.9	1 186.8	1 197.6	- 0.9	- 1.6	0.9
Trabalhadores familiares não remunerados e outra situação	84.3	50.6	39.3	80.7	50.5	- 53.4	- 22.3	-37.4
População empregada a tempo completo	4 565.5	4 578.5	4 573.4	4 543.8	4 578.2	0.2	- 0.1	0.8
População empregada a tempo parcial	622.7	617.3	602.9	625.9	619.6	- 3.2	- 2.3	-1.0
Taxa de emprego (15 e mais anos) (%)	57.8	57.7	57.5	57.6	57.8			
Homens	65.1	64.8	64.5	65.0	64.9			
Mulheres	51.0	51.2	50.9	50.9	51.2			

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 4º trimestre de 2008.

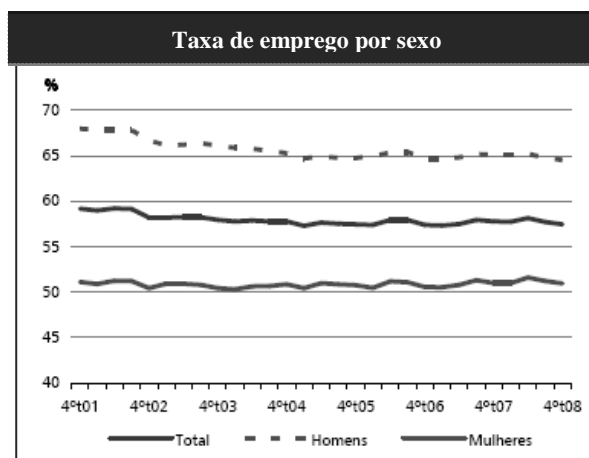
Anexo 2

Principais indicadores da população desempregada e inactiva - Portugal

	valor trimestral			valor anual		variação		
	4ºT-2007	3ºT-2008	4ºT-2008	2007	2008	Homóloga	Trimestral	Anual
	Milhares de indivíduos					%		
População desempregada	439,5	433,7	437,6	448,6	427,1	- 0,4	0,9	- 4,8
Homens	185,4	193,7	203,3	196,8	194,3	9,7	5,0	- 1,3
Mulheres	254,1	240,0	234,4	251,8	232,7	- 7,8	- 2,3	- 7,6
Dos 15 aos 24 anos	86,7	87,2	90,2	85,9	83,5	4,0	3,4	- 2,8
Dos 25 aos 34 anos	137,1	138,5	130,5	144,0	128,1	- 4,8	- 5,8	- 11,0
Dos 35 aos 44 anos	93,4	90,4	101,9	95,3	95,2	9,1	12,7	- 0,1
Com 45 e mais anos	122,3	117,7	115,0	123,4	120,3	- 6,0	- 2,3	- 2,5
Até ao Básico - 3º ciclo	306,8	298,9	308,1	320,2	301,9	0,4	3,1	- 5,7
Secundário e pós-secundário	67,1	66,2	71,4	69,1	67,6	6,4	7,9	- 2,2
Superior	65,6	68,7	58,1	59,3	57,6	- 11,4	- 15,4	- 2,9
À procura de primeiro emprego	63,4	62,6	61,0	61,5	58,4	- 3,8	- 2,6	- 5,0
À procura de novo emprego	376,1	371,1	376,6	387,1	368,7	0,1	1,5	- 4,8
CAE-Rev. 2.1								
Agricultura, silvicultura e pesca	11,3	8,0	11,0	12,3	10,2	- 2,7	37,5	- 17,1
Indústria, construção, energia e água	153,5	153,5	157,3	163,5	151,9	2,5	2,5	- 7,1
Serviços	211,4	209,6	208,3	211,3	206,6	- 1,5	- 0,6	- 2,2
CAE-Rev. 3 (a)								
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		7,6	10,5		9,4		38,2	
Indústria, construção, energia e água		152,8	156,6		151,6		2,5	
Serviços		210,7	209,5		207,8		- 0,6	
Taxa de desemprego (%)	7,8	7,7	7,8	8,0	7,6			
Homens	6,2	6,5	6,8	6,6	6,5			
Mulheres	9,6	9,1	8,9	9,6	8,8			
Jovens (15-24 anos)	16,8	17,1	18,0	16,6	16,4			
Desempregados por duração da procura (b)								
Até 11 meses	222,2	216,1	226,4	226,2	211,8	1,9	4,8	- 6,4
12 e mais meses (longa duração)	214,7	213,7	209,4	219,6	212,6	- 2,5	- 2,0	- 3,2
Taxa de desemprego de longa duração (%)	3,8	3,8	3,7	3,9	3,8			
População inactiva	4 986,9	4 995,6	5 017,2	4 986,2	4 997,8	0,6	0,4	0,2
População inactiva (15 e mais anos)	3 353,9	3 371,8	3 395,3	3 351,3	3 373,2	1,2	0,7	0,7
Homens	1 313,2	1 323,4	1 326,2	1 307,6	1 316,9	1,0	0,2	0,7
Mulheres	2 040,7	2 048,4	2 069,0	2 043,7	2 056,3	1,4	1,0	0,6
Dos 15 aos 24 anos	708,1	707,3	708,8	719,6	713,8	0,1	0,2	- 0,8
Dos 25 aos 34 anos	173,5	161,8	163,8	170,2	163,1	- 5,6	1,2	- 4,2
Dos 35 aos 44 anos	158,4	160,3	159,7	155,4	160,1	0,8	- 0,4	3,0
Dos 45 aos 64 anos	802,8	814,1	826,8	805,4	809,4	3,0	1,6	0,5
Com 65 e mais anos	1 511,1	1 528,3	1 536,1	1 500,8	1 527,0	1,7	0,5	1,7
Estudantes	725,0	726,3	746,9	735,0	743,7	3,0	2,8	1,2
Domésticos	558,3	543,6	534,9	557,5	544,3	- 4,2	- 1,6	- 2,4
Reformados	1 713,3	1 763,9	1 792,5	1 694,6	1 759,2	4,6	1,6	3,8
Outros inactivos	357,3	338,1	320,9	364,1	326,0	- 10,2	- 5,1	- 10,5
Taxa de inactividade (15 e mais anos)	37,3	37,5	37,7	37,4	37,5			
Homens	30,5	30,7	30,7	30,5	30,6			
Mulheres	43,6	43,7	44,1	43,7	43,8			

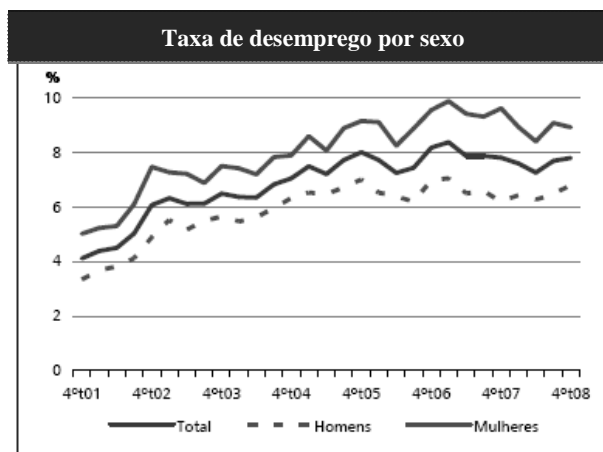
Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 4º trimestre de 2008.

Anexo 3



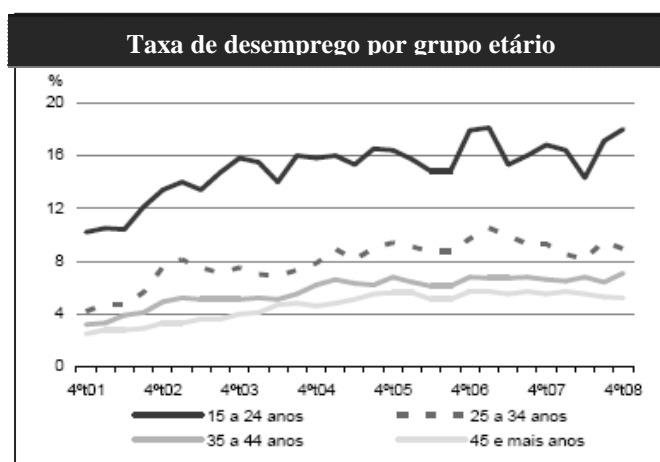
Fontes: Estatísticas do Emprego: Destaque, 17 de Fevereiro de 2009, INE

Anexo 4



Fontes: Estatísticas do Emprego: Destaque, 17 de Fevereiro de 2009, INE

Anexo 5



Fonte: Estatísticas do Emprego, 4º trimestre de 2008: População e Sociedade, INE

Anexo 6

Taxa de desemprego por região NUTS II (NUTS – 2002)					
	Unidade: %				
	4ºT-2007	3ºT-2008	4ºT-2008	2007	2008
Portugal	7,8	7,7	7,8	8,0	7,6
Norte	9,1	9,1	8,7	9,4	8,7
Centro	5,7	5,7	5,7	5,6	5,4
Lisboa	8,4	7,9	8,5	8,9	8,2
Alentejo	7,8	9,1	10,0	8,4	9,0
Algarve	7,1	6,1	6,7	6,7	7,0
R. A. Açores	4,9	5,2	5,6	4,3	5,5
R. A. Madeira	7,0	5,8	6,0	6,8	6,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 4º trimestre de 2008.

Anexo 7

Países / Grupos	0-14		15-24		25-49		50-64		65-79		80 e mais	
	1997	2007	1997	2007	1997	2007	1997	2007	1997	2007	1997	2007
U.E (27 Países)	17.9	15.8	13.6	12.6	36.8	36.3	16.6	18.4	11.6	12.6	3.5	4.3
Alemanha	16.1	13.9	11.0	11.7	38.4	36.3	18.8	18.4	11.8	15.2	3.9	4.6
Áustria	17.7	15.3	12.2	12.3	38.5	37.5	16.4	17.7	11.6	12.5	3.7	4.7
Bélgica	17.8	17.0	12.5	12.1	37.2	35.4	16.2	17.5	12.5	12.5	3.7	4.6
Bulgária	17.2	13.4	14.7	13.3	34.6	35.6	18.2	20.4	13.0	13.8	2.4	3.5
Chipre	24.3	17.9	14.8	15.5	35.8	37.3	14.1	16.9	8.5	9.5	2.6	2.8
Dinamarca	17.8	18.6	12.8	11.4	36.9	34.7	17.5	20.0	11.1	11.2	3.9	4.1
Eslováquia	21.7	16.1	17.1	15.6	36.5	38.0	13.6	18.4	9.1	9.3	2.0	2.5
Eslovénia	17.5	14.0	15.0	12.7	38.3	37.8	16.3	19.6	10.4	12.5	2.4	3.4
Espanha	15.9	14.5	16.0	11.5	36.3	40.5	15.9	16.8	12.3	12.1	3.5	4.5
Estónia	20.0	14.9	13.8	15.4	34.7	34.7	17.3	17.9	11.4	13.6	2.7	3.5
Finlândia	18.9	17.1	12.4	12.5	37.5	32.9	16.8	21.1	11.2	12.3	3.2	4.2
França	19.4	18.6	13.6	12.8	36.8	34.2	14.9	18.2	11.5	11.4	3.9	4.8
Grécia	16.8	14.3	14.9	11.6	34.9	37.6	17.9	18.0	12.5	14.7	3.1	3.9
Holanda	18.4	18.1	12.5	12.0	39.8	36.1	15.9	19.4	10.3	10.8	3.1	3.7
Hungria	17.7	15.2	15.6	12.8	35.1	35.7	17.1	20.4	11.8	12.3	2.7	3.6
Irlanda	23.2	20.4	17.5	14.7	34.5	38.6	13.4	15.4	8.9	8.2	2.5	2.7
Itália	14.5	14.1	13.3	10.2	36.9	37.3	18.1	18.5	13.1	14.6	4.1	5.3
Letónia	20.0	14.0	13.5	15.7	34.6	35.6	17.8	17.6	11.4	13.7	2.7	3.4
Lituânia	21.4	15.9	14.0	15.7	35.6	36.2	16.2	16.6	10.3	12.5	2.5	3.1
Luxemburgo	18.6	18.3	11.5	11.8	39.6	38.8	16.1	17.1	10.9	10.7	3.3	3.3
Malta	21.7	16.7	14.9	14.2	36.0	34.6	15.7	20.6	9.4	10.8	2.2	3.0
Polónia	21.9	15.8	16.1	15.9	36.7	36.0	13.9	18.9	9.4	10.6	2.0	2.9
Portugal	17.1	15.5	15.7	11.9	35.3	37.4	16.7	18.0	12.2	13.2	3.1	4.1
Reino Unido	19.4	17.6	12.3	13.4	36.3	35.1	16.1	17.2	11.9	11.5	4.0	4.5
Republica Checa	17.9	14.4	16.5	13.1	35.6	36.9	16.5	21.2	10.9	11.1	2.6	3.3
Roménia	20.0	15.4	15.9	14.9	35.2	37.0	16.3	17.8	10.5	12.2	2.0	2.7
Suécia	18.8	17.0	12.1	12.7	34.6	33.2	17.1	19.7	12.7	12.0	4.8	5.4

Fonte: Dados obtidos através do site www.eurostat.com

Legenda:



Diminuição da taxa percentual

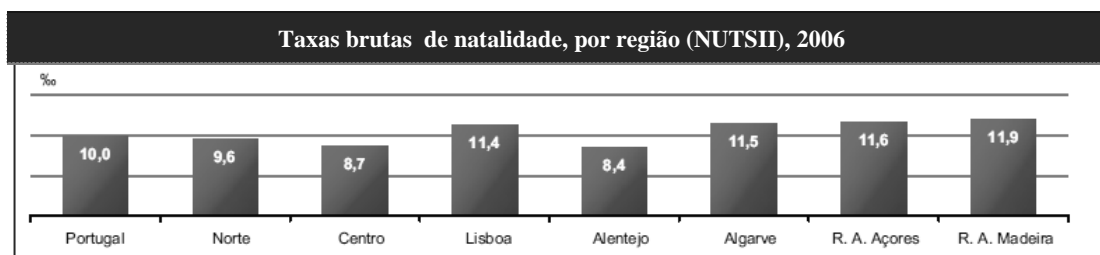


Taxa percentual igual



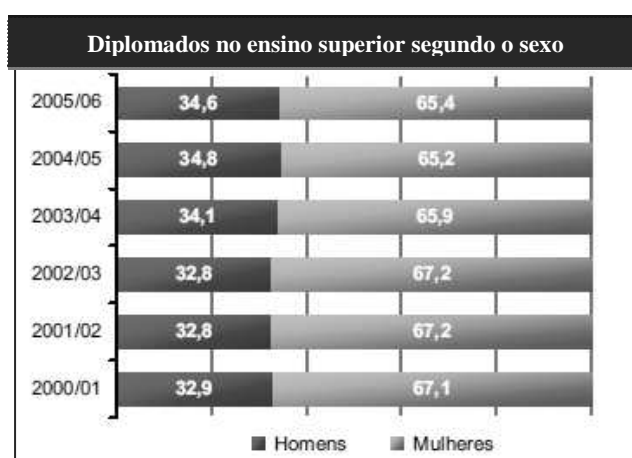
Aumento da taxa percentual

Anexo 8



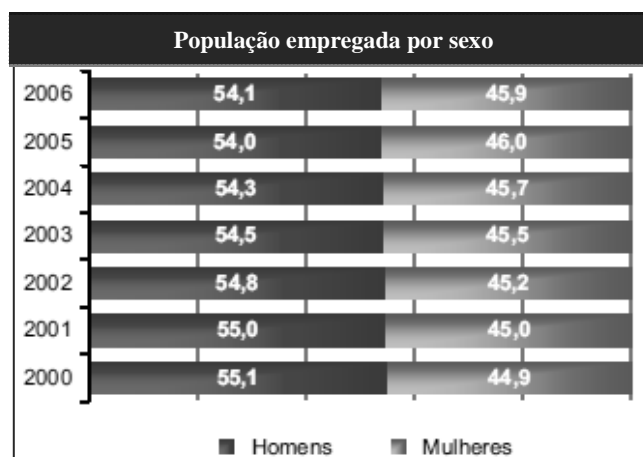
Fonte: Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE

Anexo 9



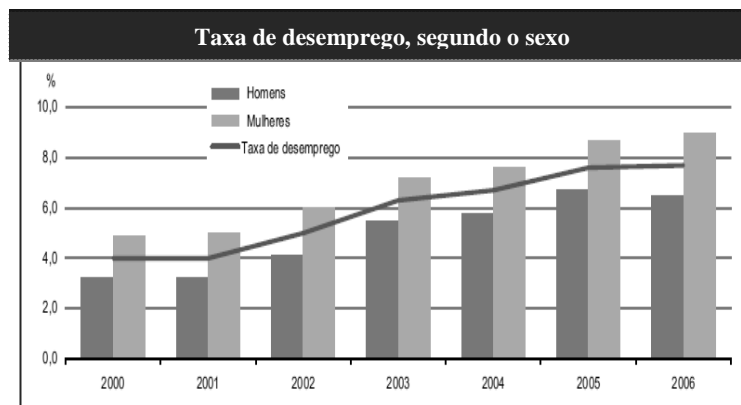
Fonte: Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE

Anexo 10



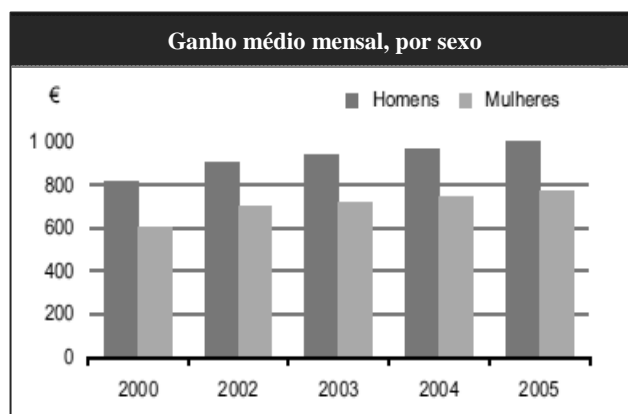
Fonte: Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE

Anexo 11



Fonte: Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE

Anexo 12



Fonte: Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE

Anexo 13

Indicadores sobre a conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Casamentos	58 390	56 467	53 735	49 178	48 671	47 857	46 329
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	5,7	5,4	5,1	4,7	4,6	4,5	4,4
Idade média ao 1º casamento (anos)							
Homens	27,8	28,0	28,4	28,6	28,9	29,1	29,4
Mulheres	26,1	26,4	26,8	27,0	27,3	27,5	27,8
Idade média ao casamento (anos)							
Homens	29,8	30,0	30,5	30,9	31,3	31,7	32,2
Mulheres	27,4	27,6	28,2	28,5	28,9	29,2	29,7
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos							
Homens	0,65	0,64	0,63	0,53	0,52	0,51	0,49
Mulheres	0,69	0,67	0,67	0,57	0,56	0,55	0,53
Divórcios	18 851	27 708	22 818	23 614	22 576	22 881	24 968
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1	2,2	2,4
Idade média ao Divórcio (anos)							
Homens	40,8	40,3	40,5	43,0	41,0	41,4	41,6
Mulheres	38,2	37,8	39,3	40,4	38,6	39,1	39,3
Divórcios/Casamento (%)	32,3	49,1	42,1	48,0	46,4	47,8	53,9
Taxa Bruta de Viuvez (‰)							
Homens	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5	2,6
Mulheres	6,2	6,2	6,2	5,9	6,1	5,9	6,0
Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007							

Fonte: CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

Anexo14

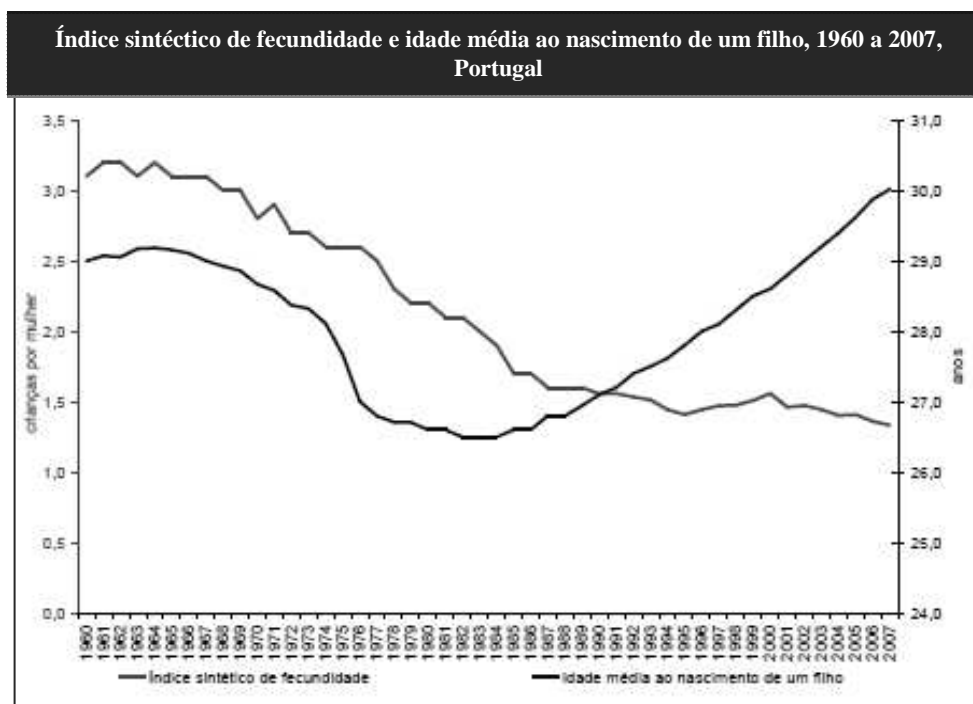
Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho e de um filho							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Primeiro filho	26,5	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8	28,1
Um filho	28,6	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6	29,9

Unidade: anos

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Fonte: Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE

Anexo 15



Fonte: Estimativas de População Residente 2007: Destaque, 29 de Maio de 2008, INE

Anexo 16

Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem do Nascimento (%), Portugal, 2001-2007							
Idades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Geral							
20-24	56,7	54,6	51,2	48,2	47,6	45,5	44,1
25-29	92,7	93,1	89,7	85,3	84,3	79,6	76,1
30-34	80,9	83,4	84,6	83,6	85,3	83,8	82,8
35-39	33,8	35,1	35,7	36,1	37,6	38,4	39,4
40-44	6,6	6,8	7,1	7,3	7,4	7,7	7,4
1ª ordem							
20-24	41,9	40,9	37,7	35,5	34,8	33,3	32,0
25-29	56,0	58,0	56,4	53,3	53,2	50,8	48,6
30-34	30,1	33,1	35,5	35,3	37,2	37,5	37,6
35-39	8,0	8,7	9,3	9,2	9,9	10,6	11,0
40-44	1,5	1,5	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8
2ª ordem							
20-24	12,0	11,3	10,9	10,3	10,5	10,0	9,8
25-29	29,4	28,0	26,6	25,3	24,6	23,0	21,8
30-34	38,3	38,2	37,7	37,2	37,8	36,4	35,6
35-39	15,5	16,0	16,2	16,5	17,5	18,2	18,9
40-44	2,1	2,3	2,2	2,4	2,5	2,6	2,7

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2007

Fonte: CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

Anexo 17

Gráfico nº33: Índice Sintético de Fecundidade, por região (NUTS II)							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Unidade: nº							
Portugal	1,56	1,46	1,47	1,44	1,40	1,41	1,36
Norte	1,54	1,44	1,44	1,38	1,32	1,30	1,26
Centro	1,46	1,37	1,38	1,34	1,31	1,30	1,24
Lisboa	1,65	1,55	1,57	1,57	1,53	1,58	1,55
Alentejo	1,47	1,37	1,40	1,38	1,41	1,38	1,30
Algarve	1,62	1,52	1,62	1,66	1,69	1,75	1,70
R. A. Açores	1,87	1,76	1,68	1,65	1,60	1,59	1,48
R. A. Madeira	1,59	1,66	1,60	1,59	1,48	1,47	1,46

Fonte: INE - Estimativas da População Residente e Estatísticas Demográficas

Fonte: Indicadores Sociais 2006: População e Sociedade, 2007, INE

Anexo 18

Indicadores sobre a Mortalidade e Longevidade, Portugal, 2001-2007

Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Óbitos	105 092	106 258	108 795	101 932	107 462	101 990	103 512
Homens	54 838	55 687	55 966	53 201	55 484	53 473	53 378
Mulheres	50 254	51 003	52 829	48 809	51 978	48 517	50 134
Relação de masculinidade à morte (%)	109,1	109,2	105,9	109,0	106,7	110,2	106,5
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,2	10,2	10,42	9,7	10,2	9,6	9,8
Óbitos com menos de um ano	567	574	464	412	386	349	353
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,0	5,0	4,1	3,8	3,5	3,3	3,4
Esperança de vida à nascença (anos)							
Homens	73,39	73,68	74,00	74,53	74,90	75,18	75,71
Mulheres	80,37	80,56	80,57	80,98	81,39	81,75	82,22
Esperança de vida aos 45 anos (anos)							
Homens	31,78	31,91	31,94	32,26	32,52	32,67	33,02
Mulheres	36,98	37,13	37,1	37,39	37,69	37,97	38,42
Esperança de vida aos 65 anos (anos)							
Homens	15,55	15,68	15,68	15,95	16,16	16,31	16,66
Mulheres	19,01	19,15	19,07	19,30	19,55	19,78	20,17

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007. Tábuas Abreviadas para 2005/06 e 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

Fonte: CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

Anexo 19

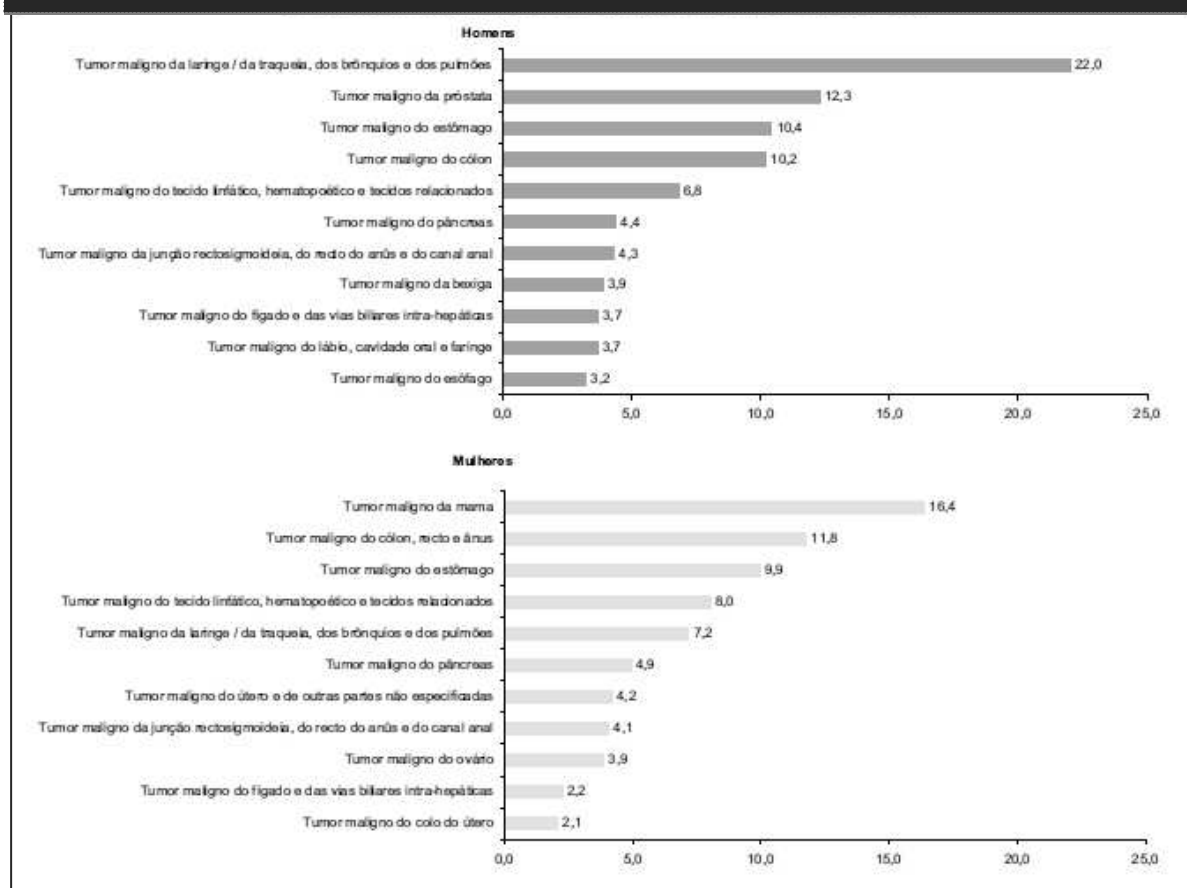
Principais causas de morte em Portugal (em percentagem do total de óbitos), 2002-2006							
Causas de Morte	CD - 10	2002 (%)			2006 (%)		
	Lista Europeia	HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	2	0,3	0,5	0,1	0,2	0,3	0,1
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	4	0,9	1,5	0,3	0,7	1,1	0,3
Tumores Malignos	7	20,9	23,7	17,8	21,7	24,9	18,2
Tumor maligno do esófago	9	0,5	0,8	0,2	0,5	0,8	0,2
Tumor maligno do estômago	10	2,4	2,8	1,9	2,2	2,6	1,8
Tumor maligno do colon	11	2,1	2,2	1,9	2,4	2,5	2,1
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	15	3,2	5,0	1,2	3,5	5,5	1,3
Tumor maligno da mama feminina	17	1,5	0,0	3,0	1,4	0,0	3,0
Tumor maligno da próstata	21	1,6	3,1	0,0	1,6	3,1	0,0
Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecido relacionado	24	1,7	1,7	1,6	1,7	1,7	1,6
Diabetes Mellitus	27	4,2	3,3	5,1	3,7	3,1	4,3
Doenças do Aparelho Circulatório	33	38,4	33,6	43,7	32,2	27,6	37,3
Cardiopatias Isquémicas	34	8,9	9,4	8,4	7,5	7,8	7,3
Outras doenças cardíacas	35	6,6	5,3	8,0	5,8	4,4	7,2
Doenças cerebro-vasculares	36	18,3	15,2	21,8	14,2	11,7	16,9
Pneumonia	39	3,3	3,4	3,2	4,9	5,1	4,7
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	40	2,5	3,2	1,8	2,2	2,8	1,6
Doenças Crónicas do Fígado	44	1,6	2,2	0,9	1,3	1,9	0,7
Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório/classificados em outra part.	55	9,4	8,3	10,7	12,4	11,9	12,9
Outras Causas de Morte		18,4	20,4	16,3	20,6	21,2	19,9
TOTAL DE ÓBITOS		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acidentes de transporte	60	38,7	41,2	31,7	24,8	27,0	19,0
Lesões autoprovocadas intencionalmente	63	21,1	22,4	17,5	19,1	20,8	15,0
Outras Causas de Morte Externas	58	40,2	36,4	50,9	56,1	52,2	66,0
TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, I.P. Estatísticas da Saúde 2002 -2006 (cálculos das autoras)

Fonte: CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

Anexo 20

Tumores malignos por sexo (%), Portugal, 2006 (CID – 10)



Fonte: CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

Anexo 21

Óbitos causados por Acidente de transporte (CID 10), Portugal, 2002 - 2006

Idades	2002			2003			2004			2005			2006		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
15-19	158	130	28	110	82	28	121	94	27	108	90	18	65	51	14
20-24	242	209	33	241	207	34	211	177	34	154	128	26	108	95	13
25-29	233	195	38	195	157	38	193	170	23	120	99	21	104	87	17
30-34	177	155	22	158	139	19	147	123	24	109	92	17	78	67	11
35-39	160	143	17	146	120	26	127	115	12	104	89	15	104	81	23
15-39	970	832	138	850	705	145	799	679	120	595	498	97	459	381	78
Total	2 220	1 739	481	1 997	1 561	436	1 760	1 385	375	1 373	1 092	281	1 149	896	253
Em percentagem															
15-19	100,0	82,3	17,7	100,0	74,5	25,5	100,0	77,7	22,3	100,0	83,3	16,7	100,0	83,7	16,3
20-24	100,0	86,4	13,6	100,0	85,9	14,1	100,0	83,9	16,1	100,0	83,1	16,9	100,0	85,9	14,1
25-29	100,0	83,7	16,3	100,0	80,5	19,5	100,0	88,1	11,9	100,0	82,5	17,5	100,0	77,9	22,1
30-34	100,0	87,6	12,4	100,0	88,0	12,0	100,0	83,7	16,3	100,0	84,4	15,6	100,0	85,9	14,1
35-39	100,0	89,4	10,6	100,0	82,2	17,8	100,0	90,6	9,4	100,0	85,6	14,4	100,0	83,0	17,0
15-39	100,0	85,8	14,2	100,0	82,9	17,1	100,0	85,0	15,0	100,0	83,7	16,3	100,0	78,0	22,0
Total	100,0	78,3	21,7	100,0	78,2	21,8	100,0	78,7	21,3	100,0	79,5	20,5	100,0	78,0	22,0

Fonte: INE, I.P. Estatísticas da Saúde 2002 -2006 (cálculos das autoras)

Fonte: CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista de Estudos Demográficos n.º 44, INE, Lisboa

Anexo 22

PENSÕES DE VIÚVA (M.3) - DEZEMBRO		1999	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
por distrito e outras regiões de residência																				
Aveiro		79.475	81.072	83.598	86.428	87.676	88.655	89.283	89.408	89.320	90.117	93.848	97.058	98.710	102.105	105.818	110.438	113.443	115.898	120.053
Baja		38.141	38.222	38.587	38.832	38.683	38.858	38.487	37.685	37.835	37.039	37.944	38.172	37.830	37.638	37.783	37.816	37.792	37.348	36.991
Braga		80.008	81.822	83.004	85.430	87.527	88.735	90.408	90.281	90.150	90.730	94.868	97.277	99.037	101.304	104.374	109.086	112.758	115.379	120.339
Bragança		31.038	31.854	32.058	32.498	32.766	32.864	32.801	32.398	32.057	31.714	32.378	32.617	32.517	32.606	32.763	32.877	32.452	32.273	32.078
Castelo Branco		48.223	49.443	49.752	50.325	50.280	50.098	48.653	48.699	48.280	47.730	48.087	48.406	48.172	48.062	48.301	48.887	48.513	48.482	48.481
Coimbra		71.859	72.121	72.754	73.569	73.768	74.078	73.827	72.854	72.427	72.097	73.869	74.872	75.348	75.653	77.466	79.186	80.038	80.891	81.598
Évora		33.358	33.885	34.380	34.828	35.213	35.538	35.684	36.666	36.540	35.435	38.423	37.056	37.382	37.635	38.124	38.789	38.588	38.531	38.538
Faro		57.784	58.260	58.625	60.085	60.244	60.030	59.846	60.255	60.788	60.778	59.918	60.895	61.338	62.165	63.301	65.025	66.028	66.814	67.820
Guarda		40.844	40.868	40.642	40.594	41.043	40.894	40.388	38.725	38.978	38.460	38.112	38.382	38.167	38.070	38.384	38.886	38.242	38.054	38.889
Leiria		63.895	65.098	65.648	68.509	69.482	70.309	70.759	70.466	70.665	70.808	73.201	74.866	75.878	77.001	78.900	81.430	82.617	84.002	86.421
Lisboa		230.381	237.345	245.081	254.261	261.531	267.079	269.488	270.865	273.361	277.403	288.946	289.382	307.342	315.654	327.247	340.180	351.086	361.185	386.772
Portugal		31.454	31.624	31.802	32.288	32.289	32.315	32.008	31.594	31.196	30.871	31.285	31.353	31.366	31.231	31.399	31.433	31.246	31.112	30.698
Porto		188.188	190.800	185.818	171.340	174.836	178.892	180.492	181.486	182.622	185.805	183.347	200.809	207.595	213.285	223.278	234.876	242.154	251.207	259.277
Santarém		77.633	78.779	79.187	79.901	80.036	80.400	80.805	79.719	79.164	79.101	81.328	82.391	83.317	83.907	88.310	88.287	88.185	90.188	91.140
Setúbal		76.165	81.829	84.707	88.089	88.872	88.121	94.822	95.410	98.546	97.864	101.741	105.832	109.373	112.860	117.749	122.866	126.883	131.108	136.080
Viana do Castelo		41.707	41.930	42.110	42.488	42.168	42.281	41.825	41.411	41.218	41.143	42.248	42.687	42.838	43.305	43.795	44.408	44.731	45.028	45.386
Vila Real		37.704	37.633	38.085	38.741	38.448	40.017	39.752	39.308	38.148	38.048	38.985	40.389	40.389	40.647	41.109	41.334	41.271	41.298	41.180
Viseu		69.370	68.316	66.178	67.270	67.801	67.571	67.316	66.477	65.982	65.688	67.483	68.261	68.724	68.828	70.334	71.607	72.085	72.898	73.394
R. A. Açores		27.330	27.471	28.868	27.112	25.737	26.840	26.878	27.092	25.333	18.304	18.854	24.283	24.940	24.539	24.370	24.882	24.489	24.387	24.534
R. A. Madeira		30.059	30.716	31.344	32.175	32.070	32.131	32.307	32.167	31.982	32.464	33.111	34.234	34.931	34.888	35.682	38.017	36.533	36.908	34.702
Extremadura		5.573	6.895	8.347	10.007	11.514	13.330	15.127	17.990	19.106	21.217	23.774	25.386	28.081	30.880	34.770	38.410	42.317	45.028	51.548
TOTAL		1.338.048	1.353.066	1.392.793	1.418.162	1.435.833	1.454.910	1.481.462	1.459.721	1.460.445	1.482.131	1.511.291	1.598.780	1.585.846	1.613.580	1.682.546	1.777.487	1.783.387	1.790.727	1.827.652

Fonte: http://www1.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=7286&m=PDF

Anexo 23

Página saragarcia@ua.pt Enviados mensagem 1 de 1

De: "SARA RAQUEL LOPES GARCIA" <saragarcia@ua.pt>
Assunto: CDSSAveiro - Pedido de informação
Date: Wed, 29 Apr 2009 16:57:30 +0100
Para: www.seg-social.pt



Bom dia,

Estou a desenvolver uma tese de mestrado, na Universidade de Aveiro, que inclui a evolução dos pensionista de velhice residentes na cidade de Aveiro, contudo ao pesquisar no site da S.S. os vossos dados estatísticos apercebi-me que só dispõem de dados, sobre a evolução do número de pensionistas de velhice, por distrito (1990-2008), daí a minha questão se seria possível facultarem-me os dados sobre a evolução dos pensionistas de velhice em Aveiro, como cidade e não como distrito.

Atenciosamente,

Sara Garcia

<https://mail.ua.pt/Session/277418-nEXhwKBgBOp0gCmK6oAt-aoddovc/Message.w...> 03-06-2009

Anexo 24

Página saragarcia@ua.pt Caixa de Entrada mensagem

1 de 1

De: <via-seguranca-social@seg-social.pt>
Assunto: RE: Pedido de Informação - VIA Segurança Social
Date: Thu, 30 Apr 2009 11:13:32 +0100
Para: <saragarcia@ua.pt>

Ex.mo(a) Senhor(a)

Na sequência do seu contacto, que desde já agradecemos, temos a informar que o pedido de informação efectuado não se encontra no âmbito de assuntos do serviço Via Segurança Social pelo que a informação desejada poderá ser solicitada directamente ao Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro ou ao Centro Nacional de Pensões (endereços disponíveis em <http://www.seg-social.pt/>).

Para qualquer esclarecimento adicional sobre condições de atribuição da Pensão de Velhice ou outra informação de carácter genérico, não hesite em contactar-nos.

Com os melhores cumprimentos,

VIA SEGURANÇA SOCIAL
808 266 266, dias úteis das 8h00 às 20h00
Estrangeiro: +351 272 345 313
E-mail em <http://www.seg-social.pt/>
Fax: (+351) 272 240 900

A distância mais curta para a Segurança Social.

O serviço Segurança Social Directa, disponível em www.seg-social.pt, permite aos Cidadãos e Empresas um relacionamento com a Segurança Social rápido, simples, seguro, sem filas de espera e sem sair de casa ou do escritório.

De: saragarcia@ua.pt
Recebida: 2009-04-29 16:47:33
Para: ISS-CCENTER-PENSOES@SEG-SOCIAL.PT
Assunto: RE: Pedido de Informação - VIA Segurança Social

Assunto: Pensões

NIF: 239890116

Distrito: Aveiro

Mensagem: Pedido de informação para trabalho de investigação.

<https://mail.ua.pt/Session/277418-nEXhwKBgBOP0gCmK6oAt-aoddovc/Message.w...> 03-06-2009

Anexo 25

Página saragarcia@ua.pt Enviados mensageme

1 de 1

De: "SARA RAQUEL LOPES GARCIA" <saragarcia@ua.pt>

Assunto: Pedido de informação - pensões de velhice

Date: Wed, 29 Apr 2009 17:05:14 +0100

Para: CDSSAveiro@seg-social.pt

Bom dia,

Estou a desenvolver uma tese de mestrado, na Universidade de Aveiro, que inclui a evolução dos pensionista de velhice residentes na cidade de Aveiro, contudo ao pesquisar no site da S.S. os vossos dados estatísticos apercebi-me que só dispõem de dados, sobre a evolução do número de pensionistas de velhice, por distrito (1990-2008), daí a minha questão se seria possível facultarem-me os dados sobre a evolução dos pensionistas de velhice em Aveiro, como cidade e não como distrito.

Atenciosamente,

Sara Garcia

<https://mail.ua.pt/Session/277418-nEXhwKBgBOP0gCmK6oAt-aoddovc/Message.w...> 03-06-2009

Anexo 26

Página saragarcia@ua.pt Caixa de Entrada mensageme 1 de 1

De: "Berta.B.Brites" <Berta.B.Brites@seg-social.pt>
Assunto: Pedido de informação - pensões de velhice
Date: Mon, 4 May 2009 17:16:02 +0100
Para: saragarcia@ua.pt

Muito boa tarde.

Exmª(a) Sr.(a)

No seguimento do seu mail cumpre-nos informar que, este Centro Distrital não dispõe dos dados estatísticos solicitados.

Aproveitamos para lhe dar conhecimento de que tem à sua disposição os seguintes meios de informação e de interacção com os Serviços da Segurança Social:

SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA (internet) em <https://www.seq-social.pt/consultas/ssdirecta/> para consultar dados pessoais (identificação, carreira contributiva, agregado familiar), alterar morada, alterar NIB, requerer subsídios e pensões, pedir a emissão do CESD (Cartão Europeu de Seguro de Doença), pedir declarações, etc.

VIA SEGURANÇA SOCIAL - Centro de contacto para informações de carácter genérico ou sobre processos Em Portugal marque 808 266 266 (custo de chamada local) nos dias úteis, das 08:00 às 20:00 No estrangeiro marque: + 351 272 345 313 nos dias úteis, das 08:00 às 20:00 TMG


FAX: + 351 272 240 900

E-mail formatado: aceda a http://www.seq-social.pt/contact_center/mensagem.asp

GUIAS PRÁTICOS sobre os produtos e serviços da Segurança Social: aceda a <https://www.seq-social.pt> e clique em "Guias Práticos" na secção "Informações Sobre..."

Atenciosamente

Berta Brites
Equipa de Gestão de Reclamações e Segurança Social Directa UPA/NGA ISS-I.P.
Centro Distrital de Aveiro Rua Dr. Alberto Soares Machado
3804-504 Aveiro



Ficheiro: Pedido de informação - pensões de velhice.msg.msg (19Kbytes)

<https://mail.ua.pt/Session/277418-nEXhwKBgBOP0gCmK6oAt-aoddovc/Message.w...> 03-06-2009

Anexo 27

Aumentos das pensões da Segurança Social em 2008 por carreira contributiva e por escalões em euros dos valores das pensões

PENSÕES Carreira Contributiva / Escalões euros	Nº Pensionistas 2007	Pensão média em 2007 Euros	Pensão média em 2008 Euros (*)	Aumento referente a dois meses a dividir por 14 (2/14) (**)	PENSÃO FINAL 2008 Em euros	Aumento Mensal Euros	Aumento dia Euros
REGIME GERAL							
Menos de 15 anos de contribuições	571.767	229,96	235,48	0,79	236,27	6,31	0,21
15 a 19 anos de contribuições	213.911	255,43	261,56	0,88	262,43	7,01	0,23
20 a 24 anos de contribuições	156.400	283,28	290,07	0,97	291,05	7,77	0,26
25 a 29 anos	133.319	355,77	362,59	0,97	363,57	7,80	0,26
Pensão 354 até 396 €	142.469	357,77	366,36	1,23	367,58	9,81	0,33
Pensão de 396 a 611 €	144.000	513,18	525,50	1,76	527,26	14,08	0,47
Pensão de 611 a 790 €	60.428	714,25	727,82	1,94	729,76	15,51	0,52
Pensão de 790 € a 1186 €	65.210	1.020,36	1.039,75	2,77	1.042,52	22,16	0,74
Pensões de 1186 a 2444 €	41.500	1.032,37	1.051,99	2,80	1.054,79	22,42	0,75
Pensões de 2444 € a 3165 €	6.979	2.652,93	2.696,70	6,25	2.702,96	50,03	1,67
Pensões superiores a 3165€	3.467	3.529,44	3.587,68	8,32	3.596,00	66,56	2,22
PENSÃO MÉDIA REGIME GERAL		380,50	389,66	390,28	390,28	9,78	0,33
PENSÃO SOCIAL	79.000	177,05	181,30	0,61	181,90	4,86	0,16
PENSÃO E. ACTIVIDADES AGRICOLAS	199.300	212,46	217,56	0,73	218,28	5,83	0,19
PENSÃO MÉDIA TOTAL		353,24	361,98	1,25	363,23	9,99	0,33

Fonte: Linhas Estratégicas da Reforma da Segurança Social - Maio 2006 -MTSS; Estatísticas da Segurança Social: Julho 2007 – MTSS

(*) Artº 6, artº 7º e Anexo da Lei 53-B/2006 ; (**) Artº 11 da Lei 53-B/2006

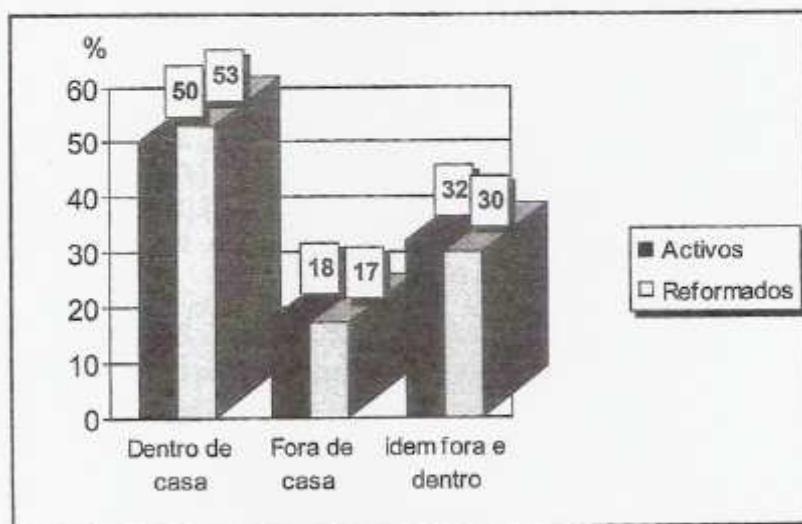
Anexo 28

1.1. APRESENTAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS

A maioria da população inquirida refere ocupar os seus tempos livres sobretudo em casa (figura n.º 7).

Mas, embora o espaço domiciliário apareça como um lugar particularmente importante de ocupação dos tempos livres, verificam-se diferenças significativas entre sexos, no que respeita a quem diz passar esse tempo “sobretudo em casa” ou “tanto dentro como fora de casa”.

Figura n.º 7 – Repartição (%) da população segundo o principal espaço de ocupação dos tempos livres (sexos reunidos)



São as mulheres que mais contribuem para esses valores elevados da “casa” como espaço central de ocupação dos tempos livres: enquanto

Fonte: ROSA, Maria João Valente (1999), *Reformados e Tempos Livres, Resultados do Inquérito à população activa e reformada sobre as actividades de lazer*. Edições Colibri – INATEL, Lisboa

Anexo 29

Quadro n.º 7 – Actividades de lazer praticadas
(% dos que afirmam a sua prática regular)

	Activos (H)	Activos (M)	Refor- mados (H)	Refor- mados (M)
Frequentar praças ou jardins públicos	18	15	34	15
Ir ao café ou taberna	70	42	61	17
Freq. de associações ou soc. recreativas	20	6	15	6
Viajar	31	19	18	14
Ler jornais ou revistas	70	46	41	21
Ir ao cinema	3	3	0	1
Dedicar-se a actividades religiosas	19	38	26	47
Ver desporto ao vivo	26	6	16	2
Ir a mercados ou centros comerciais	35	51	23	25
Jogar às cartas, bilhar, damas, etc.	34	5	28	2
Ver televisão	92	94	95	90
Ouvir rádio	62	60	58	41
Ir a bailes, romarias ou festas populares	12	9	7	7
Ouvir discos ou cassetes	24	26	8	6
Ler livros	25	23	15	9
Ir ao teatro ou a outros espectáculos	4	3	2	2
Visitar museus	6	4	5	4
Visitar exposições	12	8	6	5
Visitar bibliotecas ou livrarias	6	5	3	1

Base: (293) (303) (279) (309)

Antes de passarmos à apresentação mais detalhada das respostas obtidas para as várias actividades de lazer, importa ainda tecer algumas considerações genéricas suscitadas por uma leitura mais global dos resultados.

Sobre as quatro actividades que revelaram níveis de frequência bastante baixos (idas a bibliotecas ou livrarias; a museus; ao cinema e ao teatro ou outros espectáculos), notou-se que os baixos valores de praticantes (menores que 10% em qualquer das sub-populações em análise) estão, de algum modo, ligadas ao sentimento de acessibilidade.

Com efeito, estas actividades de exterior (selectivas do ponto de vista cultural) pressupõem uma proximidade (objectiva ou subjectiva) dos inquiridos aos locais ligados a esses consumos: ou seja, aos museus, às salas de teatro ou de espectáculos, às bibliotecas ou livrarias e aos cinemas.

Quadro n.º 3 – Repartição (%) da população por status social e económico (sexos reunidos e separados)

	ACTIVOS			REFORM.		
	H	M	HM	H	M	HM
S. Econ.						
1 e 2	19	12	16	10	3	7
3	37	38	37	15	13	14
4	36	32	34	44	35	39
5	8	18	13	31	49	40
total	100	100	100	100	100	100
S. Social						
A e B	8	8	8	5	2	3
C	27	22	24	19	11	15
D	33	32	33	32	34	33
E	32	38	35	44	53	49
total	100	100	100	100	100	100

d) Zona de residência e habitat:

Múltiplos são os estudos que realçam o modo profundamente desequilibrado como a população se distribui no espaço português. Estes desequilíbrios não se cingem às diferentes pressões populacionais sobre o espaço que, como se sabe, se têm vindo a agravar com o evoluir do tempo e que tomam cada vez mais nítidos os contrastes entre os lugares (áreas) de reduzida dimensão populacional (que tendem a perder importância) e de elevada dimensão populacional. Esses desequilíbrios referem-se também às diferenças entre a composição populacional das várias regiões, nomeadamente em termos da estrutura etária.

Em virtude da população inquirida neste estudo ter idades relativamente altas, são significativas as fatias da população, tanto activa como reformada, que residem nos lugares de menor dimensão, figurando em 2.º lugar na escala de importância a residência em lugares com mais de 10 000 habitantes (figura n.º 6).

Sobre a região onde reside a maior fatia de população inquirida, note-se que é Lisboa, no caso dos activos (aí residindo 29% da população activa inquirida) e o interior norte e centro, no caso dos reformados (aí residindo 20% dos inquiridos). Em 2.º lugar, como zonas preferenciais de residência, figura o norte litoral (concentrando 16%) e o interior norte e centro (com 14%), no caso dos activos; e Lisboa (com 18%) no caso dos reformados.

Fonte: ROSA, Maria João Valente (1999), *Reformados e Tempos Livres, Resultados do Inquérito à população activa e reformada sobre as actividades de lazer*. Edições Colibri – INATEL, Lisboa

Anexo 31



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

Questionário

Data de nascimento:

Sexo: Feminino

☐

Masculino

☐

Área de residência:

Que recursos possui:

Pensão

Biscates

Ajudas familiares:

Rendimentos financeiros:

Produção para auto-consumo

Outro:

Valor da pensão auferida:

≤250€

>250€ e ≤500€

>500€ e ≤1000€

>1000€ e ≤2000€

>2000€

Actividades de lazer mais usuais (escolha 4 actividades):

Ver televisão

Ir ao cinema/Teatro/Museu

Ler jornais, revistas, ou livros

Jogos de entretenimento

Conversar

Passear/Viajar

Excursões

Festas/Feiras

Actividades sociais

Outro:

Trabalhos domésticos

Trabalhos manuais

Actividades familiares

Agricultura/Jardinagem

Considera que existe algum factor que determine as suas actividades de lazer?

Sim ☐

Não ☐

Se sim, qual:

Monetário ☐

Disponibilidade (tempo) ☐

Vontade ☐

Outro:

Anexo 32

População/ Actividades lazer	Total	Homens	Mulheres
Ver televisão	93.3%	43.3%	50%
Ir ao cinema/Teatro/Museu	-	-	-
Ler jornais, revistas ou livros	20%	20%	-
Jogos de entretenimento	13.3%	13.3%	-
Conversar	75%	35%	40%
Passear/Viajar	25%	15%	10%
Excursões	13.3%	6.7%	6.7%
Festas/Feiras	11.7%	5%	6.7%
Actividades sociais	11.7%	8.3%	3.3%
Trabalhos domésticos	46.7%	6.7%	40%
Trabalhos manuais	23.3%	13.3%	10%
Actividades familiares	13.3%	3.3%	10%
Agricultura/Jardinagem	58.3%	31.7%	26.7%
Outro	5%	3.3%	1.7%